

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ANGELA LUCIANE KLEIN

**TURISMO RURAL PEDAGÓGICO E A FUNÇÃO EDUCATIVA DAS
PROPRIEDADES RURAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ROTEIRO
CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE-RS E DO PROJETO VIVA
CIRANDA, JOINVILLE- SC**

Porto Alegre

2012

ANGELA LUCIANE KLEIN

**TURISMO RURAL PEDAGÓGICO E A FUNÇÃO EDUCATIVA DAS
PROPRIEDADES RURAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ROTEIRO CAMINHOS
RURAIS DE PORTO ALEGRE-RS E DO PROJETO VIVA CIRANDA, JOINVILLE-
SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelino de Souza

Série PGDR - Dissertação nº

Porto Alegre - RS

2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS

KLEIN, Angela Luciane

Turismo rural pedagógico e a função educativa das propriedades rurais: uma análise a partir do roteiro caminhos rurais de porto alegre, rs e do projeto viva ciranda, joinville, sc/ Angela Luciane Klein - Porto Alegre, 2012.

[f.] il.

Orientador: Marcelino de Souza.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

1. Multifuncionalidade da agricultura. 2. Turismo rural pedagógico. 3. Propriedades rurais. 4, Atividades educativas I. Souza, Marcelino de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

ANGELA LUCIANE KLEIN

**A FUNÇÃO EDUCATIVA DAS PROPRIEDADES RURAIS E O TURISMO RURAL
PEDAGÓGICO: DUAS EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO SUL DO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em Porto Alegre, 29 de maio de 2012.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelino de Souza – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

Prof. Dr. Johannes Doll
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

Prof. Dr. Egon Roque Frohlich
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

Dedico este trabalho aos meus pais queridos, Nelson e Romilda, pelo apoio incondicional em todos os momentos de minha vida e por sempre terem me incentivado a ir em busca de meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Quando pensamos nas pessoas as quais queremos agradecer neste momento, nos damos conta de que, por mais solitário que possa parecer o caminho que se percorre na construção de um trabalho acadêmico, seja na monografia ou na dissertação, não seria possível sua concretização sem a presença incomparável de alguns amigos e familiares que durante toda a trajetória percorrida estiveram próximos, apoiando e acompanhando nossas dúvidas, angústias e, também, os momentos de alegria e contemplação das nossas próprias reflexões e conclusões.

Portanto, não posso deixar de registrar e agradecer a estas pessoas que foram corresponsáveis por mais essa etapa vencida em minha vida.

Agradeço, primeiramente a duas pessoas especiais, amigas, irmãs de coração, que embora distantes fisicamente sempre estiveram presentes, me encorajando a seguir em frente, me apoiando, me confortando. A vocês Circe Inês Dietz e Eliane Melara, pela sabedoria, sensibilidade, companheirismo e amizade, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço igualmente, aos meus pais por todo o amor e compreensão, pela força constante, pela confiança, pela educação me dada. Certamente, muito do que sou hoje devo a vocês, meus grandes pilares da vida. E aos meus irmãos Ricardo e Angélica, agradeço por tudo.

À minha amiga querida Cátia Salomão, que mesmo sem saber, muito contribuiu para esse processo, me estimulando, ouvindo minhas inquietudes e reflexões acerca de cada etapa elaborada.

Ao Professor Marcelino de Souza, meu orientador, mestre e amigo, por ter acreditado em mim e na ideia do turismo rural pedagógico enquanto tema de pesquisa desde os tempos da graduação, na USFM/Santa Maria, por sua disponibilidade, atenção constante, paciência e apoio durante toda essa trajetória.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, em especial, ao Professor Egon Roque Fröhlich, pelos ensinamentos e orientações e pela serenidade e paciência expressas em suas falas durante suas aulas.

Aos colegas do mestrado e doutorado da turma de 2010, especialmente, à turma da 'padaria', Alessandra Troian, Ana Luisa de Souza Soares, Simone Dorneles e Maristela Scarabelot, pelos momentos de aprendizagem e reflexão

constantes sobre teorias, teóricos e 'teoremas' e sobre a vida e suas surpresas. A vocês agradeço pelo carinho e pela amizade solidificada.

Agradeço ainda, à Angélica Fandiño, que mais que colega, tornou-se uma '*hermana*' e amiga ao longo desses dois anos. E à Aline Moraes Cunha, pelas contribuições enquanto colega e presidente da COODESTUR, favorecendo minha aproximação junto aos proprietários do Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre.

Agradeço aos responsáveis pelo Projeto Viva Ciranda, pela receptividade e apoio no desenvolvimento da pesquisa de campo no município de Joinville, sobretudo, a Vinicius Boneli Vieira e Anelise Rosa.

A todos os proprietários rurais que fizeram parte da pesquisa, por terem me recebido em suas casas, pelo acolhimento e disponibilidade, e por compartilharem suas experiências e saberes, possibilitando a análise apresentada neste trabalho.

Por fim, presto meu especial agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR, pela oportunidade concedida e experiências proporcionadas e à agência de fomento CAPES, pelo apoio financeiro, sem o qual não teria sido possível a realização desta dissertação.

RESUMO

O turismo rural pedagógico caracteriza-se como um conjunto de atividades educativas realizadas no âmbito da propriedade rural que utiliza como recurso didático as atividades agrícolas e pecuárias, bem como os recursos naturais ali existentes. Trata-se de uma nova alternativa socioeconômica que, sob o viés da multifuncionalidade da agricultura, pode favorecer tanto os agricultores rurais, na medida em que gera rendas complementares e a valorização de seus conhecimentos e saberes práticos, quanto os alunos, no sentido de possibilitar um aprendizado diferenciado e experiências diversas em contato com diferentes elementos da natureza. A pesquisa, portanto, teve como principal objetivo descrever e analisar as atividades que caracterizam o turismo rural pedagógico, tendo como enfoque a sua adequação enquanto prática educativa a ser desenvolvida em complemento ao ensino escolar. O estudo contemplou duas experiências desenvolvidas no sul do Brasil: o Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre (RS) e o projeto de turismo pedagógico 'Viva Ciranda', de Joinville (SC). Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, observação das atividades propostas e entrevistas semiestruturadas, realizadas com 11 proprietários rurais, donos dos empreendimentos que oferecem atividades educativas, e 22 professores, responsáveis pelas turmas de alunos que visitaram estas propriedades entre os meses de setembro a novembro de 2011. Os resultados evidenciam que as atividades desenvolvidas em tais empreendimentos, apesar de apresentarem suas especificidades (estrutura física, recursos utilizados, estratégias, finalidades), contemplam características semelhantes: são vivências que possibilitam aos alunos o contato direto com o meio rural, favorecendo a compreensão de questões relacionadas aos recursos hídricos, origem dos alimentos, flora, fauna e modos de produção sustentáveis. Tais aspectos podem ser trabalhados nas diferentes áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar, sendo para isso, imprescindível o papel do professor. O turismo rural pedagógico, nessa perspectiva, contribui para o desenvolvimento rural, desempenhando uma importante função educativa.

Palavras-chave: Turismo rural pedagógico. Multifuncionalidade da agricultura. Propriedades rurais. Atividades educativas.

ABSTRACT

Pedagogical rural tourism is characterized as a set of educational activities carried out within the farm as a teaching resource that uses the agricultural and cattle breeding activities, as well as the natural resources found there. This is a new socioeconomic alternative, that under the multifunctional agriculture, can promote both rural producers as it generate additional income, appreciation of their knowledge and practical skills, it allows the students a different kind of learning and experiences that happen in direct contact with different elements of nature. This research, however, had its main purpose describing and analyzing activities that distinguish pedagogical rural tourism, focusing on it as an educative practice developed in regular school. Two experiments carried out in southern Brazil are analyzed: Caminhos Rurais de Porto Alegre (RS) and educational tourism project Viva Ciranda in Joinville (SC). We have used bibliographic research, analysis of proposed activities and semistructured interviews accomplished with 11 rural owners who offer educational activities in their properties and 22 teachers, responsible for the class of students that visited these properties among September and November 2011. The results of this research show that are developed activities on these enterprises, in spite of showing their particularization (physical structure, resources, strategies and intention), regard similar features like: these experiences allow students to have direct contact with rural environment, helping the comprehension on issues as water resources, food origin, flora, fauna and sustainable production. These aspects can be used in different knowledge areas, inside interdisciplinary perspectives, with the indispensable presence of a teacher. The pedagogic rural tourism in this approach helps the rural development and plays an important role in education.

Keywords: Pedagogical rural tourism. Multifunctional agriculture. Rural properties. Educational activities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos municípios de Porto Alegre-RS e Joinville –SC.....	75
Figura 2 - Alunos do 3º ano do ensino fundamental interagindo com a ovelha e o cavalo no Sítio Recanto das Pedras.....	98
Figura 3 - Alunos do 3º ano do ensino fundamental em atividade na horta pedagógica do Sítio Recanto das Pedras.....	99
Figura 4 - Oficina da alimentação saudável no Sítio Recanto das Pedras: a proprietária orienta os alunos na preparação de bolinhos de espinafre.....	100
Figura 5 - O casal Vasco e Caren fazendo demonstração para os alunos de como é feito o preparo do solo para o plantio das hortaliças na Granja Santantonio.....	103
Figura 6 - Alunos do 8º ano do ensino fundamental conhecendo o sistema de irrigação utilizado na Granja Santantonio.....	104
Figura 7 - Trazendo a sala de aula para a propriedade: interação entre alunos e proprietário da Granja Santantonio com apresentação de trabalhos sobre impactos ambientais e produção agroecológica.....	105
Figura 8 - Alunos do 8º ano do ensino fundamental passeando de trator pela Granja Santantonio.....	106
Figura 9 - Monitor e alunos no Sítio do Mato: atividade pedagógica voltada a compreensão das diferenças entre as aves.....	112
Figura 10 - Alunos dos 6º ano do Ensino Fundamental em contato com aves do Sítio do Mato.....	113
Figura 11 - Proprietário rural e alunos alimentando aves no Sítio dos Herdeiros...	117
Figura 12 - Proprietário rural interagindo com os alunos no Sítio dos Herdeiros: atividade pedagógica e lúdica.....	118
Figura 13 - Alunos ouvem atentos as explicações do agricultor sobre a função das plantas (aguapés) no Sítio Tio Juca.....	122
Figura 14 - Agricultor mostrando os diferentes tipos de hortaliças e as árvores frutíferas no Sítio Tio Juca.....	123
Figura 15 - Roda de conversa no Sítio Tio Juca: alunos fazem perguntas ao agricultor.....	124

Figura 16 - Alunos do 3º ano do Ensino Fundamental conhecem o jardim das Hemerocallis na propriedade Agrícola da Ilha.Roda de conversa no Sítio Tio Juca: alunos fazem perguntas ao agricultor.....	129
Figura 17 - Alunos desenvolvem atividades interativas e lúdicas no jardim dos sentidos na propriedade Agrícola da Ilha.....	130
Figura 18 - Crianças alimentando as carpas japonesas na propriedade Agrícola da Ilha.....	131
Figura 19 - Fotos de crachás contendo figuras de um animal ou vegetal da propriedade da Família Schroeder.....	135
Figura 20 - Atividades educativas relacionadas ao cultivo de plantas na propriedade da Família Schroeder.....	136
Figura 21 - Atividades educativas relacionadas à criação de animais na propriedade da Família Schroeder.....	137
Figura 22 - Educação ambiental no Sítio Vale das Nascentes: conhecendo a propriedade através de croqui e da realização de trajeto a pé.....	141
Figura 23 - Alunos conhecendo a ‘casa da ignorância’ e o açude de peixes no Sítio Vale das Nascentes.....	142
Figura 24 - Crianças interagindo e conhecendo nascentes e fontes d’água no Sítio Vale das Nascentes.....	143
Figura 25 - Proprietária do Apiário PFAU dá explicações sobre as características das abelhas.....	146
Figura 26 - Alunos envolvidos na atividade de identificação das “casas” das abelhas jataí, mandaçaia e bugia no Apiário PFAU.....	147
Figura 27 - Alunos realizando passeio de trator pela propriedade na Propriedade do senhor Ango Kersten.....	151
Figura 28 - Atividade de sensibilização junto à natureza: alunos ‘tocando’ a árvore na Propriedade do senhor Ango Kersten.....	152
Figura 29 - crianças conhecendo os objetos antigos que compõem o museu rural na Propriedade do senhor Ango Kersten.....	153
Figura 30 - A prática do turismo rural pedagógico nas propriedades rurais com turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental: disciplinas e conteúdos contemplados.....	169
Figura 31 - Esquema com os quatro elementos-chave contemplados na prática do turismo rural pedagógico no âmbito das propriedades rurais.....	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Proposta para elaborar um projeto de turismo rural pedagógico em propriedades rurais	64
Quadro 02 - A prática do TRP no Sítio Recanto das Pedras: um dia de campo.....	97
Quadro 03 - A prática do TRP na Granja Santantonio: um dia de campo.....	103
Quadro 04 - A prática do TRP no Sítio do Mato: um dia de campo.....	111
Quadro 05 - A prática do TRP no Sítio dos Herdeiros: um dia de campo.....	116
Quadro 06 - A prática do TRP no Sítio do Tio Juca: um dia de campo.....	121
Quadro 07 - A prática do TRP na Propriedade Agrícola da Ilha: um dia de campo.....	128
Quadro 08 - A prática do TRP na Propriedade da Família Schroeder: um dia de campo.....	134
Quadro 09 - A prática do TRP no Sítio Vale das Nascentes: um dia de campo.....	140
Quadro 10 - A prática do TRP no Apiário PFAU: um dia de campo.....	145
Quadro 11 - A prática do TRP na Propriedade do senhor Ango Kersten: um dia de campo.....	150
Quadro 12 – Turismo rural pedagógico nas propriedades rurais do Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre: sistematização das principais atividades, características e objetivos.....	162
Quadro 13 - Turismo rural pedagógico nas propriedades rurais do projeto Viva Ciranda: sistematização das principais atividades, características e objetivos.....	165

LISTA DE SIGLAS

ABRATURR	Associação Brasileira de Turismo Rural
ASCOBEV	Associação Comunitária Belém Velho
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CASs	Contratos de Agricultura Sustentável
CIA	Confederação Italiana dos Agricultores
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COODESTUR	Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico
CTE	Contratos Territoriais de Estabelecimento
EMATER	Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPPUJ	Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville
LOA	Lei de Orientação Agrícola
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAAT	Medidas Agro-Ambientais Territorializadas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTur	Ministério do Turismo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OP	Orçamento Participativo
PAC	Política Agrícola Comum
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
POA RURAL	Associação Porto Alegre Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROMOTUR	Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TAR	Turismo na Área Rural
TER	Turismo no Espaço Rural
TRP	Turismo Rural Pedagógico
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UMB	Universidade Norueguesa de Ciências da Vida
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: BUSCANDO COMPREENDER O CONTEXTO EM QUE EMERGE O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO	24
2.1 A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: ASPECTOS HISTÓRICOS	24
2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA	29
2.3 A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA NO CONTEXTO BRASILEIRO	37
3 TURISMO RURAL PEDAGÓGICO: ALICERCES TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DE UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO	42
3.1 TURISMO RURAL PEDAGÓGICO: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO	42
3.2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA ENTENDER O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO: A ATIVIDADE TURÍSTICA NO MEIO RURAL E SUAS MODALIDADES ...	48
3.2.1 Turismo rural	48
3.2.2 Agroturismo	51
3.2.3 Turismo no espaço rural	54
3.3 TURISMO RURAL PEDAGÓGICO E SUAS DIFERENTES INTERFACES	56
3.4 O CARÁTER PEDAGÓGICO DO TURISMO RURAL	56
3.5 O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO E A FUNÇÃO EDUCATIVA DAS PROPRIEDADES RURAIS	61
3.6 PROJETOS DE COOPERAÇÃO ENTRE ESCOLAS E PROPRIEDADES RURAIS: EXPERIÊNCIAS ACERCA DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO	68
4 O PROCESSO DA PESQUISA: CAMINHOS PERCORRIDOS	75
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS DUAS EXPERIÊNCIAS PESQUISADAS	75
4.1.1 O Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre	76
4.1.2 O Projeto Viva Ciranda	81
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	86
4.2.1 Pesquisa bibliográfica	87
4.2.2 Pesquisa documental	87
4.2.3 Entrevista semiestruturada	88
4.2.4 Observação sistemática não-participante	90
4.2.5 A coleta de dados	91
4.2.6 Análise e interpretação dos dados	93

5 ENTRE CONTEXTOS, SABERES E FAZERES: ANÁLISE DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DO ROTEIRO CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE E DO PROJETO VIVA CIRANDA.....	95
5. 1 AS PROPRIEDADES RURAIS DO ROTEIRO CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE QUE DESENVOLVEM ATIVIDADES DE TURISMO RURAL PEDAGÓGICO	95
5.1.1 Sítio Recanto das Pedras	95
5.1.1.1 O percurso didático	97
5.1.2 Granja Santantonio.....	101
5.1.2.1 O percurso didático	102
5.1.3 Sítio do Mato	107
5.1.3.1 O percurso didático	110
5.1.4 Sítio dos Herdeiros	114
5.1.4.1 O percurso didático	116
5.1.5 Sítio Tio Juca.....	119
5.1.5.1 O percurso didático	121
5.2.1 Agrícola da Ilha	125
5.2.1.1 O percurso didático	128
5.2.2 Propriedade da Família Schroeder	131
5.2.2.1 O percurso didático	134
5.2.3 Sítio Vale das Nascentes.....	138
5.2.3.1 O percurso didático	140
5.2.4 Apiário PFAU.....	144
5.2.4.1 O percurso didático	145
5.2.5 Propriedade do senhor Ango Kersten.....	148
5.2.5.1 O percurso didático	150
5.2.6 Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Chaparral	154
5.3 A PRÁTICA DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO NAS PROPRIEDADES ANALISADAS: ESPECIFICIDADES E SIMILARIDADES.....	156
5.3.1 As características das propriedades rurais que praticam turismo rural pedagógico	158
5.3.2. O perfil dos proprietários	160
5.3.3 As atividades educativas propostas	162
5.3.4 As contribuições das atividades educativas desenvolvidas	171
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
REFERÊNCIAS.....	178
APÊNDICE A - Termo de consentimento para os proprietários rurais que participaram da pesquisa.....	187
APÊNDICE B – Roteiro para a observação sistemática não-participante realizada nas propriedades rurais integrantes do roteiro ‘Caminhos Rurais de Porto Alegre’ e do	

projeto ‘Viva Ciranda’, de Joinville/SC e que desenvolvem atividades de turismo rural pedagógico	189
APÊNDICE C – Roteiro da entrevista semiestruturada para os agricultores rurais que atuam com o turismo rural pedagógico	190
APÊNDICE D - Roteiro da entrevista semiestruturada para os professores responsáveis pelas turmas envolvidas nas atividades realizadas durante a pesquisa de campo.....	192

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1990, as transformações sociais, ambientais, tecnológicas, econômicas e culturais ocorridas no meio rural brasileiro têm contribuído para a constituição de uma nova realidade, um “novo rural”, caracterizado por uma diversidade de ocupações, serviços e novas funções não exclusivamente produtivas, e que antes existiam apenas no meio urbano. Essa nova fase do rural vem despertando um amplo debate no contexto acadêmico e científico em busca de uma redefinição do conceito de rural brasileiro. Questões concernentes à mobilidade crescente entre as cidades e os espaços rurais e vice-versa, o recuo demográfico da agricultura e a industrialização e terceirização difusas são fenômenos que têm contribuído para aprofundar essa imprecisão dos limites.

Diante dessa conjuntura, o meio rural passa a ser visto, não mais como um lugar atrasado e sem perspectivas, mas como um espaço dinâmico e diversificado com múltiplas potencialidades, marcado fundamentalmente por relações de complementaridade com o urbano. Segundo Silva (2002), o “novo rural” já não pode mais ser pensado apenas como um lugar que produz matérias primas e oferece mão-de-obra. Além de poder oferecer ar puro, água, lazer, turismo, bens de saúde, também possibilita no espaço local-regional a combinação de uma diversidade de novos postos de trabalho relacionados a pequenas e médias empresas.

Essa nova ruralidade está ligada a uma integração intersetorial entre o meio rural e o meio urbano, caracterizada por maior diversificação social, relações de complementaridade com o urbano, crescimento demográfico, valorização dos patrimônios natural e cultural das cidades e o surgimento de novos papéis atribuídos aos agricultores, envolvendo aspectos que vão desde a preservação da paisagem e proteção ambiental até a reprodução das tradições culturais rurais (WANDERLEY¹, 2000 *apud* KAGEYAMA, 2008).

Nesse cenário de revalorização das áreas rurais, novos conceitos começam a emergir, ganhando destaque nas discussões internacionais. É o caso da multifuncionalidade da agricultura, uma abordagem elaborada originalmente no contexto europeu no início dos anos 1990, e que se refere a todos os produtos,

¹ WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15. Out/2000.

serviços e externalidades criadas pela agricultura, gerando um impacto direto ou indireto na economia e na sociedade (BONNAL *et al.*, 2004).

Trata-se, pois, do reconhecimento de que, para além da sua função primária de produção de alimentos e fibras, a agricultura desempenha outras múltiplas funções, tornando-se responsável pela disponibilidade e qualidade dos alimentos, pela conservação dos recursos naturais e preservação do patrimônio cultural, bem como pela reprodução socioeconômica das famílias rurais (WANDERLEY, 2003).

Dentre as novas funções desempenhadas pela agricultura e pelos espaços rurais está a função educativa, que emerge a partir da prática do turismo rural pedagógico, caracterizado por um conjunto de atividades práticas realizadas no âmbito da propriedade rural, que utiliza os recursos naturais presentes e as atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas como recurso de ensino. Conforme Teixeira, Wandscheer e Souza (2005), mais que uma maneira diferenciada de explorar o turismo rural, essa atividade representa uma ferramenta pedagógica capaz de promover a articulação entre os saberes adquiridos em sala de aula com as diferentes realidades ambiental e cultural vivenciadas no meio rural.

Nessa perspectiva, o turismo rural pedagógico desponta como uma alternativa socioeconômica que pode favorecer tanto os agricultores rurais, na medida em que gera rendas complementares e a valorização de seus conhecimentos e saberes práticos, quanto os alunos, no sentido de possibilitar um aprendizado diferenciado e experiências diversas em contato com diferentes elementos da natureza. A atividade é relativamente nova no cenário brasileiro, com poucas experiências em processo de desenvolvimento e, do mesmo modo, poucas pesquisas científicas de caráter exploratório que possibilitem um melhor entendimento acerca das suas potencialidades.

As pesquisas existentes sobre essa prática desenvolvida no âmbito das propriedades rurais encontram-se, sobretudo, no contexto europeu, em países como Finlândia, França, Holanda e, também, nos Estados Unidos. Nesses países, a atividade pedagógica em propriedades rurais, não exclusivamente denominada de turismo rural pedagógico, vem se destacando nos últimos anos através de projetos de cooperação envolvendo escolas de educação básica e propriedades rurais.

Partindo de tais pressupostos, a problemática de pesquisa a que se circunscreve este estudo centrou-se na seguinte questão norteadora: pode o turismo

rural pedagógico, no âmbito da multifuncionalidade da agricultura, constituir-se em uma prática educativa a ser desenvolvida em complemento ao ensino escolar?

Nesses termos, teve-se como objetivo geral descrever e analisar as atividades que caracterizam o turismo rural pedagógico, tendo como enfoque a sua adequação enquanto prática educativa a ser desenvolvida em complemento ao ensino escolar. Como objetivos específicos propôs-se: 1) analisar as atividades educativas desenvolvidas, atentando para as estratégias metodológicas adotadas pelos proprietários rurais no seu desenvolvimento; 2) descrever as características das propriedades rurais que atuam no segmento do turismo rural pedagógico em termos de estrutura e envolvimento com as atividades produtivas; 3) identificar as áreas do conhecimento envolvidas e os conteúdos contemplados nas atividades desenvolvidas nas referidas propriedades; 4) caracterizar o perfil dos proprietários que atuam com o turismo rural pedagógico, considerando as razões que os levaram a atuar nesse ramo.

Para tal, foram selecionadas duas experiências de turismo rural pedagógico que estão sendo desenvolvidas na região sul do Brasil. A primeira delas contempla o Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre, abrangendo um grupo de famílias de agricultores residentes na zona rural que desenvolvem atividades de turismo rural em suas propriedades, recebendo visitantes de diversos contextos sociais. O roteiro, criado oficialmente no ano de 2005, por meio da Secretaria Municipal do Turismo de Porto Alegre, em parceria com a Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), atualmente integra 31 empreendimentos localizados na zona sul do município, que oferecem opções de lazer, gastronomia, hospedagem vivências rurais.

Algumas dessas propriedades oferecem atividades de caráter pedagógico e recreativo voltadas especificamente para grupos escolares. É o caso do Sítio do Mato, Sítio do Tio Juca, Sítio Recanto das Pedras, Sítio dos Herdeiros e Granja Santantonio, e que por esse motivo foram selecionados para a pesquisa em questão. Essas cinco propriedades recebem grupos de escolares há alguns anos e o principal foco das atividades oferecidas está na produção agroecológica de hortifrutigranjeiros.

A segunda experiência refere-se ao projeto de turismo pedagógico ‘Viva Ciranda’, iniciado no ano de 2010 no município de Joinville, no Estado de Santa

Catarina, por iniciativa da Fundação Turística de Joinville – PROMOTUR, órgão responsável pela promoção e desenvolvimento do turismo no município. O projeto abrange um conjunto de seis propriedades rurais que desenvolvem atividades pedagógicas voltadas especificamente para crianças do ensino fundamental, num processo de cooperação com a Secretaria da Educação do município.

Cada propriedade selecionada para o referido projeto contempla focos distintos: a Agrícola da Ilha, com a produção de flores e plantas ornamentais; a Propriedade do senhor Ango Kersten, com o cultivo da cana-de-açúcar e a produção de melado; a Propriedade da Família Schroeder, com os pequenos animais e a produção orgânica; o Apiário PFAU com as abelhas e a produção de mel; o Sítio Vale das Nascentes, com as nascentes de água e os recursos hídricos e preservação da flora e da fauna; e o CTG Chaparral, com a criação de cavalos.

A escolha destes dois cenários como universo de investigação da pesquisa justifica-se em função de três fatores. Primeiro, porque tanto o Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre quanto o Projeto Viva Ciranda enquadram-se no conjunto das estratégias inovadoras que estão sendo desenvolvidas no meio rural, tendo como público alvo os agricultores familiares e a valorização das potencialidades existentes em suas propriedades. Segundo, pelo fato do turismo rural pedagógico ser uma atividade relativamente nova no cenário brasileiro, ainda existem poucas experiências sendo desenvolvidas. E em terceiro lugar, ao optar por duas experiências desenvolvidas em contextos sociais e culturais distintos, tem-se a possibilidade de mostrar que o turismo rural pedagógico, enquanto uma alternativa socioeconômica a ser desenvolvida nas propriedades rurais, não se limita a um contexto sociocultural específico, evidenciando assim, o grau de aplicabilidade e relevância.

Cabe ressaltar que o interesse pessoal pela temática do turismo rural pedagógico não é algo recente, tendo início na graduação, quando integrei o grupo de pesquisa Turismo e Desenvolvimento, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, na Universidade Federal de Santa Maria/ RS. Posteriormente, na Especialização, com a produção da monografia intitulada “Educação Ambiental na Educação Infantil: um estudo de caso da Fazenda Quinta da Estância Grande – Viamão/ RS²”, foi possível ampliar os conhecimentos em relação à temática,

² Monografia apresentada ao curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), no ano de 2007.

podendo entender melhor as relações dessa atividade com o meio rural e o processo educativo.

Tais constatações incitaram o surgimento de novas questões, que foram desenvolvidas na presente pesquisa de mestrado. Durante esse período, o envolvimento com a temática do turismo rural pedagógico ganhou novas proporções a partir de dois fatos. O primeiro deles refere-se ao envolvimento na organização do I Seminário de Turismo Rural Pedagógico realizado no município de Picada Café, nos dias 23 e 24 de setembro de 2011 e coordenado pelo professor Marcelino de Souza, orientador da presente dissertação.

O segundo fato compreende a elaboração do projeto de pesquisa “O Turismo Rural Pedagógico sob o viés da multifuncionalidade da agricultura: análise a partir de três experiências desenvolvidas nos Estados de Santa Catarina, Distrito Federal e São Paulo”, coordenado pelo mesmo professor, e que teve a aprovação junto ao CNPQ (editais 07 e 014/2011 do CNPq), sendo seu período de execução o biênio 2012-2013. O referido projeto tem como propósito analisar a função educativa desempenhada pela agricultura a partir da prática do turismo rural pedagógico e a sua relação com as funções social, ambiental, econômica, cultural e de saúde e segurança alimentar. Essas duas oportunidades favoreceram de modo significativo o amadurecimento do tema, possibilitando, por conseguinte, a concretização do estudo em questão.

Quanto à estrutura, a presente dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos, sendo este o primeiro, no qual se faz uma breve apresentação do objeto de estudo e da pesquisa realizada. O segundo capítulo contempla a revisão bibliográfica sobre a multifuncionalidade da agricultura. Nesse sentido, inicialmente, apresentam-se alguns aspectos conceituais e históricos dessa abordagem, evidenciados no contexto europeu. Em seguida, discute-se as implicações e as possibilidades da multifuncionalidade da agricultura no cenário brasileiro, a qual tem se revelado um importante instrumento de análise do mundo rural e de reconhecimento do papel desempenhado pela agricultura familiar.

O terceiro capítulo analisa o turismo rural pedagógico e dos elementos que o circundam, buscando no campo da educação e do turismo rural o suporte teórico necessário para entender as suas particularidades. Nesse sentido, discute-se ainda, a função educativa das propriedades rurais a partir da prática do turismo rural pedagógico e, por fim, apresenta-se um conjunto de experiências envolvendo

projetos de cooperação entre propriedades rurais e escolas de educação básica e que estão sendo desenvolvidas em diferentes países.

O quarto capítulo contempla a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa e, também a caracterização das duas experiências selecionadas. No quinto capítulo, apresentam-se os resultados da pesquisa, com a descrição minuciosa das onze propriedades inseridas nos dois casos pesquisados e das atividades educativas propostas em cada uma delas.

No item subsequente, analisa-se o conjunto de especificidades e similaridades relacionadas às características das propriedades, ao perfil dos proprietários envolvidos, ao processo organizativo de cada experiência e as características das atividades desenvolvidas, sobretudo em relação aos objetivos propostos e conteúdos contemplados, relacionados às disciplinas trabalhadas em sala de aula.

Finalmente, são apresentadas as considerações finais, evidenciando em que medida foram alcançados os objetivos propostos na pesquisa e os apontamentos em relação às novas inquietações em torno do tema, surgidas a partir da elaboração desta dissertação.

2 MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: BUSCANDO COMPREENDER O CONTEXTO EM QUE EMERGE O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO

O capítulo trata da multifuncionalidade da agricultura, fundamental para compreender o contexto em que emerge o turismo rural pedagógico. Nesse sentido, inicialmente apresentam-se alguns aspectos conceituais e históricos dessa abordagem, evidenciados no contexto europeu. Em seguida, discutem-se as implicações e as possibilidades da multifuncionalidade da agricultura no cenário brasileiro, a qual tem se revelado como um importante instrumento de análise do mundo rural e de reconhecimento do papel desempenhado pela agricultura familiar.

2.1 A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: ASPECTOS HISTÓRICOS

Os debates sobre a multifuncionalidade da agricultura tiveram início em meados da década de 1990, mais especificamente durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, e conhecida como ECO-92. Foi durante a realização desse evento que os governantes internacionais, provenientes de vários países, reconheceram o caráter multifuncional da agricultura, especialmente em relação à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável (SOARES, 2000/2001). A partir daí, a multifuncionalidade passou a ser caracterizada como o reconhecimento por parte da sociedade e do interesse público sobre as funções sociais, ambientais, culturais e econômicas não diretamente produtivas ou mercantis, relacionadas às atividades agropecuárias (SABOURIN, 2008).

Para Losch (2004), essa multifuncionalidade encontra-se situada no cruzamento de quatro principais linhas de discussões: primeiro, os sérios obstáculos herdados dos objetivos de política agrícola do modelo produtivista. Segundo, relaciona-se a uma crescente consciência ambiental. Terceiro, as demandas de segurança alimentar. E quarto, o movimento em direção à liberalização econômica no nível internacional que ressalta a escala de medidas de proteção dos países industrializados.

Na análise de Maluf (2002), o interesse em promover uma agricultura multifuncional, reconhecendo outras funções desempenhadas pela agricultura,

emerge da rigorosa avaliação acerca das formas dominantes de se fazer agricultura, baseadas no modelo tecnológico da Revolução Verde e dos seus efeitos negativos em termos sociais, econômicos, ambientais e culturais.

Segundo Wanderley (2003), a disseminação desse modelo produtivista de modernização da agricultura garantiu a segurança alimentar interna dos países desenvolvidos e sua posição favorável no mercado internacional. Contudo, este mesmo modelo também ocasionou efeitos nefastos relacionados aos níveis: econômico, evidenciado pela superprodução; social, marcado pela redução dos trabalhadores efetivos agrícolas necessários à consecução das metas produtivas e a ampliação de espaços socialmente vazios ou desocupados; e, ambiental, a partir do intenso desgaste dos recursos naturais.

Em face disso, ainda na primeira metade da década de 1980, período profundamente marcado por um quadro de mudanças radicais no cenário político de muitos países industrializados, verifica-se uma crescente conscientização com respeito ao desenvolvimento de uma agricultura de caráter oneroso, incapaz de ocupar minimamente a força de trabalho rural e que, além de produzir a degradação dos recursos naturais, também provocava uma série de conflitos e distorções no comércio mundial (ANJOS; CALDAS, 2006).

A crítica ao modelo produtivista constituiu-se, assim, no principal argumento utilizado pelos governantes europeus para justificar os rumos que as políticas públicas voltadas para o rural começaram a tomar a partir da década de 1990. Diante desse cenário profícuo, no ano de 1997, o Conselho de Ministros de Agricultura e o Conselho Europeu de Luxemburgo se pronunciaram a favor de uma agricultura europeia com caráter multifuncional, constituindo-se no alicerce para a apresentação da proposta de reforma da Política Agrícola Comum (PAC), em março de 1998. A partir desse ano, a noção de multifuncionalidade começou a ganhar maior notoriedade, passando a estar presente, de modo frequente, nos debates internacionais, até se transformar na principal justificativa oficial de apoio à agricultura, aprovada na Agenda 2000 (MUNIZ; SARALEGUI, 2000).

Posteriormente, em 1998, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OECD - declarou que a atividade agrícola, para além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, pode também moldar a paisagem, fornecer benefícios ambientais como a conservação dos solos, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade e,

ainda, contribuir para a viabilidade socioeconômica nas áreas rurais (SOARES, 2000/2001).

Como resultado desse processo e visando o reconhecimento oficial e a consolidação do caráter multifuncional da agricultura na França, o governo francês, de posição esquerdista na época, passou a incorporar formalmente a noção de multifuncionalidade da agricultura na Lei de Orientação Agrícola (LOA), votada e promulgada em 1999, estabelecendo, assim, os Contratos Territoriais de Estabelecimento (CTE). Tais contratos compõem um conjunto de compromissos consolidados entre uma pessoa física ou jurídica que esteja exercendo uma atividade agrícola, com a autoridade administrativa (CANDIOTO, 2009).

De acordo com Rémy (2003, p. 154), embora o termo multifuncionalidade não conste na referida lei, em seu artigo 1º estipula-se que “[...] a política agrícola leva em consideração as funções econômicas, ambientais e sociais da agricultura e participa da gestão do território com vistas a um desenvolvimento sustentável.” Tal afirmativa evidencia visivelmente o caráter multifuncional da agricultura - mesmo sem utilizar o termo propriamente - garantindo, por vezes, uma legitimidade social à multifuncionalidade da atividade agrícola.

Desse modo, conforme Arranz, Estrada e Anjos (2008), dentre os principais objetivos evidenciados nos CTEs, merece ser destacado o incentivo aos agricultores para a adoção de mudanças, visando a adaptação da gestão de seus estabelecimentos às necessidades de um novo cenário europeu e mundial. Por meio de tais contratos, o agricultor signatário comprometia-se a cumprir um conjunto de obrigações concernentes com:

- a) a dimensão produtiva de sua unidade de produção relacionada aos tipos de cultivos, bem como à utilização de insumos e tratamentos fitossanitários;
- b) a dimensão ecológica, condizente à preservação dos recursos naturais e ao bem-estar dos animais;
- c) a dimensão cultural, referente à valorização do patrimônio cultural e, ainda, à conservação dos recursos arquitetônicos vinculados à propriedade rural;
- d) a dimensão socioeconômica, relacionada, dentre outros aspectos, à criação e manutenção de postos de trabalho e à legalização da economia informal.

Conforme Rémy (2003), os agricultores que demonstrassem interesse em aderir a um CTE, inicialmente necessitariam realizar um ‘autodiagnóstico’ da sua propriedade, assinalando os pontos fortes e fracos ali existentes. Em seguida,

apresentariam um projeto para seu estabelecimento, envolvendo ações específicas, relativas às questões ambientais e socioeconômicas, nos âmbitos local, regional e até nacional. Após essa etapa, os projetos passariam por uma avaliação feita por um grupo de técnicos especializados, no intuito de verificarem sua viabilidade e coerência. Os proprietários com seus projetos aprovados realizariam um contrato que teria duração de cinco anos, e já no momento da assinatura, os beneficiários receberiam sua primeira compensação financeira. O projeto, por sua vez, passaria a receber acompanhamento e avaliações permanentes.

Para Arranz, Estrada e Anjos (2008), a implementação dos CTEs constituiu um verdadeiro salto qualitativo nos debates acerca da agricultura e do desenvolvimento rural na França. Por meio desses contratos, foi possível recuperar a dimensão territorial da agricultura, que havia sido deixada de lado, sob a égide da modernização produtivista. A partir disso, passou-se a incluir iniciativas relacionadas ao reordenamento territorial, envolvendo, dentre outras questões, a valorização do patrimônio natural e cultural e da preservação da paisagem e dos recursos naturais.

Assim, por meio desses contratos, a agricultura, para além de seu papel estritamente econômico, passou a levar em conta uma realidade complexa que assegura de um lado, uma função social decorrente, sobretudo, da criação e manutenção de empregos, favorecendo conseqüentemente a ocupação equilibrada do território; e por outro lado, uma função ambiental resultante da preservação e renovação dos recursos naturais e paisagísticos (ROUX; FOURNEL, 2003).

Nessa perspectiva, segundo Abramovay (2002), a noção de multifuncionalidade da agricultura, que teve sua primeira materialização nos referidos CTEs, muito mais que uma nova maneira de legitimar os velhos interesses, evidencia o esgotamento de um modelo de intervenção setorial e sua substituição por uma atuação pública cada vez mais heterogênea, que leva em consideração as características de cada região e que tende a se estruturar por meio de projetos territorializados.

Apesar das avaliações positivas envolvendo os Contratos Territoriais de Estabelecimento, no ano de 2002 foram extintos a pedido do presidente da República francesa eleito na época, Jacques Chirac, que, para compensar o efeito catastrófico da eliminação de uma ferramenta que começava a ser onerosa aos cofres públicos (justamente em virtude de seu crescente sucesso), criou os Contratos de Agricultura Sustentável (CASs). Estes mecanismos, no entanto,

desapareceram rapidamente em decorrência da falta de financiamento, sendo substituídos por Medidas Agroambientais, denominadas Territorializadas (Maats), cuja aplicação restringe-se basicamente às áreas consideradas sensíveis e pouco protegidas (RÉMY, 2009).

Nesse contexto, torna-se proeminente expor que, embora a ascensão do governo da direita ao poder tenha interrompido o funcionamento dos CTEs, a ideia de manter uma política pública favorável ao impulso da multifuncionalidade não foi totalmente suprimida, uma vez que os referidos contratos foram substituídos por novos mecanismos contratuais, não resultando daí em mudanças de filosofia (ROUX; FOURNEL, 2003). A política da multifuncionalidade da agricultura na União Europeia e, em especial, na França, passa, assim, a ser caracterizada, resumidamente, como uma estratégia de alocação de caráter individual e contratual de recursos públicos aos agricultores para pagar as funções sociais e ambientais de interesse público, relacionadas à produção e ao território (SABOURIN, 2005).

Para alguns teóricos (SOARES, 2000/2001; ABRAMOVAY, 2000; RIBEIRO, 2005), esse posicionamento assumido pela União Europeia, em favor da multifuncionalidade da agricultura, não passa de uma estratégia protecionista, visando garantir a continuidade dos subsídios agrícolas, sem se preocupar com os impactos e efeitos negativos dessa política no contexto internacional. Segundo Miranda e Adib (2006), esse protecionismo presente no setor agrícola europeu acaba prejudicando a promoção do caráter multifuncional da agricultura nos países em desenvolvimento, comprometendo os preços dos produtos agrícolas no mercado internacional e, conseqüentemente, provocando o aumento da pobreza e do êxodo rural, bem como a exploração indiscriminada de recursos naturais.

No entanto, é necessário reconhecer que, embora a noção de multifuncionalidade possa ser apontada por muitos como uma justificativa utilizada pelos países mais desenvolvidos para encobrir as novas formas protecionistas de subvenção à atividade agrícola, não se pode negar a presença de uma crescente tendência nas sociedades contemporâneas voltadas para a valorização das funções consideradas não mercantis e preenchidas pelos agricultores. Trata-se, pois, de um retrato das novas demandas da sociedade referente ao meio rural e da sua utilização (ABRAMOVAY, 2002).

Apesar das controvérsias e críticas relacionadas aos objetivos e funções que permeiam a noção de multifuncionalidade da agricultura, bem como às abordagens

conceituais e a sua relevância e aplicabilidade em cada país e/ou região, os debates relativos ao tema têm ganhado respaldo no cenário internacional, tornando-se uma importante referência nas discussões sobre o futuro da agricultura e suas relações com a sociedade em geral. Partindo dessas questões, o item a seguir visa discutir os aspectos relacionados aos conceitos que permeiam a noção de multifuncionalidade da agricultura e as várias implicações que emergiram desse debate, tanto no cenário acadêmico e científico como no plano político e social.

2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA

Compreendida como “[...] todos os produtos, equipamentos e serviços criados por atividades agrícolas em benefício da economia e da sociedade em geral.” (LOSCH, 2004, p. 340), a noção de multifuncionalidade da agricultura tem se constituído em uma importante estratégia de desenvolvimento local, possibilitando o reconhecimento de outras potencialidades do meio rural e da atividade agrícola que até recentemente não eram valorizadas pela sociedade.

Blanchemanche *et al.* (2000), define multifuncionalidade da agricultura como o conjunto de contribuições da agricultura voltadas para um desenvolvimento econômico e social representados em sua unidade. Tais contribuições podem incluir desde a produção e a segurança alimentar até a manutenção do território, a proteção ambiental e a conservação do tecido econômico e social rural pela diversificação das atividades (por meio do desenvolvimento de novas atividades associadas à atividade agrícola, a exemplo do agroturismo).

Na opinião de Carneiro (2003), o enfoque da multifuncionalidade possibilita colocar no mesmo quadro analítico diferentes elementos e fatos sociais relacionados ao universo social rural, favorecendo, por conseguinte, a compreensão da introdução de diferentes famílias rurais nesse universo e a legitimação de distintas formas de produção e de fontes de renda, que até então ficavam de fora das representações analíticas de caráter hegemônico. Tal aspecto representa desse modo, ‘um novo olhar’ em torno da agricultura familiar, que possibilita avaliar a interação existente entre as famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, contemplando aí os diferentes modos de vida das famílias e não somente seus elementos econômicos (MALUF, 2002).

A defesa em prol de uma agricultura multifuncional leva necessariamente a “[...] valorizar, a preservar, a tornar perenes as funções sociais, ambientais e até econômicas, de interesse geral associadas à produção agrícola.” (SABOURIN, 2008, p. 1). Do mesmo modo, possibilita uma reaproximação entre sociedade e natureza, viabilizada por meio da produção orgânica, do comércio solidário, da institucionalização dos selos de qualidade e do turismo rural. Essa reconexão favorece o resgate da identidade do sujeito como um ser comunitário, integrado ao meio sociocultural em que vive (PERONDI, 2004).

Para Miranda e Adib (2006), a multifuncionalidade da agricultura apresenta características coerentes com os princípios que envolvem o desenvolvimento rural sustentável, sobretudo pelo fato da ruralidade não ser mais compreendida como sinônimo de agrícola³. Contempla, pois, as novas dimensões da vida no meio rural, servindo de referência na seleção e avaliação de alternativas no quadro das políticas públicas e favorecendo a reflexão acerca dos seus impactos nas diversas funções e nas relações estabelecidas entre elas.

Conforme é possível observar, a noção de multifuncionalidade contempla diferentes aspectos que são mais ou menos valorizados de acordo com o ponto de vista de quem está analisando. Essas questões evidenciam, de certo modo, a imprecisão e complexidade presente nesse termo que, além de apresentar distintas interpretações também tem provocado várias discussões referentes ao termo ‘agricultura’ e às funções a ela associadas.

A respeito disso, Sabourin (2005) chama a atenção para o fato da multifuncionalidade da agricultura não se constituir em um conceito consolidado e, como qualquer noção ampla e abrangente, demanda uma análise multidisciplinar, que abrange diferentes campos da ciência, tais como antropologia, ciências políticas, geografia e direito, além da economia e da sociologia. Para o autor, a multifuncionalidade da agricultura representa:

[...] um caso típico de uma noção para a qual a realidade, quer das práticas dos agricultores e dos rurais, quer das negociações internacionais e das políticas públicas, adiantou a reflexão científica. As propostas ligadas a essa noção revelam a crise dos modelos produtivistas da agricultura e da

³ Segundo Silva (2001), o termo agrícola diz respeito exclusivamente a um setor da atividade econômica relacionado ao cultivo de plantas, criação de animais e atividades correspondentes como, por exemplo, o preparo do solo, construção de cercas, etc. Já o rural refere-se a um recorte espacial, de natureza geográfica, que não diz respeito às atividades econômicas. Assim sendo, entende-se que nas áreas rurais podem ocorrer tanto atividades agrícolas como também não-agrícolas.

sociedade global com relação à situação e ao futuro dos espaços rurais e dos seus recursos (SABOURIN, 2005, p. 182-183).

As diferentes concepções e abordagens que permeiam a noção de multifuncionalidade representam desse modo, o primeiro entrave vislumbrado. As divergências iniciam-se com as duas abordagens apresentadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A primeira delas refere-se à abordagem positiva, que considera a multifuncionalidade como uma característica do processo de produção. A segunda compreende a abordagem normativa, que reconhece a atividade agrícola como uma atividade capaz de cumprir múltiplas funções. Assim, além de sua função primeira de produção de alimentos e fibras, pode também contribuir para outras questões em termos sociais, ambientais e econômicos (OCDE, 2001).

De acordo com O'Farrell (2005), na abordagem positiva, a multifuncionalidade é interpretada como uma atividade econômica de múltiplas saídas, que podem ser intencionais ou não, positivas ou negativas, complementares ou contraditórias. Tal abordagem - que é a escolhida pela OCDE - conduz a uma análise essencialmente econômica e quantitativa, que consiste em “[...] quantificar os bens e serviços a partir de modelos de equilíbrio entre a oferta e a demanda. Em termos de políticas públicas, a visão positiva é reducionista se comparada à abordagem normativa.” (RIBEIRO, 2007, p. 95).

Já na abordagem normativa, a agricultura é vista como uma função que tende a cumprir determinados papéis na sociedade. Por conseguinte, a multifuncionalidade não é percebida apenas como uma característica do processo produtivo, mas como um elemento que assume um valor em si mesmo, justamente por desempenhar outras funções além da econômica (O'FARRELL, 2005).

Assim, ao contrário da primeira, nesta abordagem tem-se naturalmente uma análise multidisciplinar de métodos de avaliação, obtendo, muitas vezes, resultados qualitativos. Trata-se de uma perspectiva que, em última instância, visa questionar o tipo de agricultura que se deseja para o futuro e as funções que este setor deve preencher (PINGAULT, 2001).

Apesar das polêmicas geradas em torno deste debate e das diferenças de pontos de vista sobre a importância do caráter multifuncional da agricultura, estas duas abordagens evidenciam a necessidade de se pensar a respeito das funções desempenhadas pela agricultura que, no contexto atual, adquirem significativa

relevância, sobretudo no quadro das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

A respeito disso, Marsden e Sonnino (2008), visando contribuir para o desenvolvimento rural, destacam três condições básicas de uma agricultura multifuncional:

- a) aumento da renda e oportunidades de emprego para o setor agrícola;
- b) contribuição para a construção de uma nova política do setor agrícola que corresponda às necessidades e expectativas da sociedade;
- c) redefinição e reconfiguração dos espaços rurais dentro e fora da propriedade.

Outro aspecto que também tem provocado inúmeras discussões entre os teóricos diz respeito ao uso dos termos multifuncionalidade e agricultura. De acordo com Carneiro (2003), a primeira dificuldade provém do viés funcionalista presente na ideia de múltiplas funções da agricultura que, de certa forma, pode ser explicado pelo intuito de se garantir o reconhecimento social e a concessão de recursos monetários às contribuições não exclusivamente produtivas da agricultura. A segunda dificuldade provém dos termos empregados, ou seja, refere-se à utilização da expressão agricultura, que é ampliada até o ponto de englobar uma série de elementos de caráter econômico, social, cultural e ambiental que configuram o mundo rural. Para a autora:

[...] o recurso à noção de multifuncionalidade da agricultura mantém a controvérsia acerca da definição de 'rural', seja porque este último comporta o não-agrícola, seja porque aquela noção tende a atribuir um peso excessivo à dimensão econômica (e agrícola) da reprodução das famílias rurais e do território onde elas se localizam (CARNEIRO, 2003, p. 19).

Frente a essas contestações, Maluf (2002) e Carneiro (2003) sugerem que o mais plausível seria, então, o uso da expressão multifuncionalidade do território ou da área rural, uma vez que o intuito é ultrapassar a abordagem setorial e chamar a atenção para as atividades não agrícolas relacionadas ou não à agricultura. No entanto, de acordo com os autores, em virtude de uma série de argumentos em favor do termo agricultura, mantém-se a expressão de sempre: "multifuncionalidade da agricultura".

No que concerne às funções desempenhadas pela agricultura e pelos espaços rurais, observa-se um conjunto diversificado de aspectos que envolvem basicamente três funções: a função social, ambiental e econômica. Todavia, como

bem ressaltam Blanchemanche *et al.* (2000), estas listas de funções se alteram dependendo do país e do ponto de vista. Logo, não há como instituir uma lista universal e única que seja aceita por todos os países, uma vez que a valorização do que é “satisfatório” diverge conforme as circunstâncias nacionais, podendo também mudar no decorrer do tempo.

No entanto, considera-se importante apresentar sumariamente cada uma dessas funções e suas possíveis contribuições, bem como outras funções complementares, a exemplo da segurança alimentar, da função patrimonial, da função terapêutica, da função recreativa e da função educativa. Esses aspectos permitirão compreender melhor as relações que podem se estabelecer entre estas funções e as práticas associadas - direta ou indiretamente - às atividades agrícolas, a exemplo do turismo rural pedagógico que utiliza a agricultura e a pecuária como elementos orientadores no desenvolvimento das atividades educativas, contemplando, de uma maneira ou de outra, as demais funções elencadas a seguir:

a) *Função econômica*: a agricultura continua sendo vista como uma atividade de fundamental importância para o crescimento da economia, inclusive em países majoritariamente urbanizados, a exemplo do Brasil (SOARES, 2000/2001). As funções desempenhadas por essa atividade envolvem não apenas a produção de alimentos e fibras e o fornecimento de matérias-primas para as indústrias alimentícias e têxteis, mas, também, a criação de um ambiente de vida que favoreça o desenvolvimento de atividades como o turismo ecológico e a valorização da produção agrícola, por meio de nichos de mercado (produtos agrícolas a partir de vendas diretas, agricultura biológica, rótulos de qualidade, dentre outros), (PINGAULT, 2001);

b) *Função ambiental*: A estreita relação entre a agricultura e o meio ambiente possibilita que as decisões tomadas pelo agricultor na gestão de sua propriedade, realizadas com o objetivo de melhorar a sua função agrária, tenham uma repercussão ambiental imediata podendo ser tanto positiva quanto negativa (MUNIZ; SARALEGUI, 2000).

Dentre os benefícios ambientais diretos da agricultura podem-se mencionar: a proteção da biodiversidade, a gestão sustentável da paisagem e dos recursos naturais renováveis, o combate à erosão e a manutenção da qualidade do solo, o controle e diminuição da poluição de origem agrícola, e a redução das emissões de gases que causam o efeito estufa (PINGAULT, 2001).

Com relação aos aspectos negativos, citam-se exemplos como o uso demasiado de insumos químicos, irrigação e plantio mecanizado, os quais causam efeitos adversos como a poluição e a perda da diversidade de ecossistemas, bem como a falta de renovação da composição do solo, o que leva a terra a se tornar extremamente vulnerável, vindo a reduzir drasticamente a sua resistência após essas crises (FAO, 1999);

c) *Função social*: voltada à necessidade de garantia das condições de permanência e de viabilidade da agricultura e a sobrevivência das comunidades rurais e de seus valores culturais, a partir de seus próprios meios de vida (FUCKS, 2005). Esta função abrange o setor social, político, histórico e cultural da atividade agrícola. Suas contribuições visam, portanto, a segurança alimentar (nacional e global), o emprego rural, a preservação do patrimônio rural e das tradições locais e a melhoria do bem-estar animal, assegurando, assim, a vitalidade do tecido social nas zonas rurais (PINGAULT, 2001). Em decorrência disso, as funções sociais da agricultura adquirem importância não apenas nos países industrializados e mais favorecidos, mas também naqueles menos desenvolvidos, desde as comunidades mais simples até as mais avançadas;

d) *Segurança alimentar*: a preocupação com a questão da segurança alimentar ganhou respaldo nas discussões internacionais evidenciadas, sobretudo, a partir da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Segundo relatório publicado por esse órgão, a segurança alimentar existe a partir do momento em que “todas as pessoas em todos os momentos têm acesso físico e econômico a alimentos seguros e nutritivos suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares a fim de levar uma vida ativa e saudável.” (FAO, 1999, p. 13).

Essa função, portanto, está diretamente relacionada com uma variedade de fatores que envolvem a gestão sustentável dos recursos naturais, aumento da produção de alimentos, as políticas públicas nos diferentes níveis, o comércio internacional, a conservação da biodiversidade ambiental, dentre outros aspectos. Logo, garantir a segurança alimentar não é tarefa nada fácil, pois requer um ambiente favorável e políticas que assegurem a paz, bem como a igualdade e estabilidade social, política e econômica (FAO, 1999).

Para além dessas funções, Franco e Senni (2005) apontam aquelas relacionadas ao valor social e que passaram a receber maior importância nos

últimos anos. Tais funções deram origem a serviços não alimentares e estão voltadas ao mercado e/ou a prestadores de serviços privados. Nesse grupo estão, por exemplo, os museus rurais (função histórico-cultural), as propriedades rurais pedagógicas (função educativa) e as propriedades que oferecem atividades terapêuticas e reabilitativas para pessoas com certas enfermidades.

Fucks (2005), por sua vez, destaca ainda:

a) a *função recreativa* relacionada aos espaços de lazer e às práticas lúdico-recreativas em contato direto com a natureza e atividades agrícolas e pecuárias;

b) a *função estética*, que diz respeito à beleza da diversidade de cores e formas dos elementos que integram a paisagem rural;

c) a *patrimonial*, associada à manutenção da biodiversidade, à conservação das edificações rurais e dos saberes-fazeres tradicionais;

d) a *terapêutica*, relacionada às propriedades terapêutico-curativas da agricultura utilizadas no tratamento de determinadas enfermidades humanas;

e) a *função pedagógica/educativa*, que faz uso da cultura e atividades humanas, bem como dos recursos da natureza e das sinergias originadas desta interação como ferramentas para a educação das pessoas.

Embora apresentem suas especificidades, essas funções estão intimamente relacionadas entre si. É o caso, por exemplo, da função ambiental e da educativa. Temas como a preservação da biodiversidade, poluição e qualidade do solo e da água podem ser facilmente trabalhados em atividades educativas que envolvam a agricultura. Essas atribuições, pelo conjunto de potencialidades que apresentam, podem favorecer o delineamento de um novo cenário no espaço rural, permitindo o interrelacionamento entre as pessoas do meio rural e urbano, a valorização da cultural rural e o reconhecimento do potencial socioeducativo presente nas atividades agrícolas e pecuárias.

Vale destacar que os resultados decorrentes deste conjunto de funções variam de acordo com o contexto social, cultural, econômico e político ao qual estão inseridos. Do mesmo modo, quando se fala em multifuncionalidade da agricultura devem-se levar em conta os reais interesses dos envolvidos nesse processo, assim como as concepções que permeiam as políticas públicas vigentes e o papel desempenhado pela agricultura em cada região ou país.

Para efeitos de compreensão, citam-se alguns exemplos que possibilitam visualizar com maior clareza essas questões. O primeiro compreende a contribuição

para a segurança alimentar desempenhada por uma determinada comunidade de agricultores familiares e por uma propriedade patronal especialista no monocultivo de soja para ser vendida no mercado externo. As contribuições serão consideravelmente distintas entre ambas, do mesmo modo, os impactos ambientais provocados e as contribuições sociais e econômicas desempenhadas por cada modelo diferem extraordinariamente (SOARES, 2000/2001).

Outro exemplo refere-se às experiências em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura averiguadas em alguns países. De acordo com Sabourin (2008), o tipo de estratégia presente na noção de multifuncionalidade não tem aplicabilidade em muitos países do mundo, sobretudo aqueles do Sul, uma vez que o Estado raramente possui recursos que possibilitem a remuneração de tais funções junto aos agricultores. É o caso, por exemplo, do Brasil, que embora seja caracterizado como um país agropecuário rico, não conta com uma margem ampla de manejo dos recursos públicos provenientes da agricultura ou de outros setores, que seja suficiente para assegurar uma redistribuição eficiente, justa e de fato sustentável das rendas da agricultura.

De fato, existe uma discrepância entre o que é proposto pelos formuladores de políticas públicas e teóricos europeus e as realidades dos países em desenvolvimento. Contudo, mesmo com todas essas implicações e divergências, a noção de multifuncionalidade da agricultura pode ser muito útil ao contexto brasileiro, na medida em que for considerada como um instrumento que visa analisar os distintos processos sociais agrários, permitindo observar dinâmicas e fatos sociais relativos à sociedade, os quais permanecem ocultos pelo enfoque que privilegia os processos econômicos (CARNEIRO, 2003).

Compreendida a noção de multifuncionalidade da agricultura, discutem-se na próxima sessão as possibilidades e implicações de tal abordagem no cenário brasileiro. Evidencia-se que, apesar da falta de incentivos em termos de políticas públicas, a multifuncionalidade da agricultura tem se revelado como um importante instrumento do mundo rural e dos distintos processos sociais agrários, incentivando, além disso, o reconhecimento da agricultura familiar.

2.3 A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, o tema da multifuncionalidade da agricultura ainda é pouco explorado no cenário acadêmico, sobretudo pelos formuladores de políticas públicas, dificultando ainda mais o seu reconhecimento por parte do poder público e da sociedade em geral.

No entanto, alguns autores como Carneiro (2003) e Maluf (2003) têm buscado alterar esse contexto, por meio de um conjunto de pesquisas⁴ realizadas em diferentes regiões do país, objetivando, a partir disso, mostrar as possibilidades oferecidas pela noção de multifuncionalidade. Dentre as múltiplas funções relacionadas à agricultura no cenário brasileiro, as pesquisas realizadas enfatizaram quatro dimensões: reprodução socioeconômica das famílias rurais; promoção da segurança alimentar dessas famílias e da sociedade; manutenção do tecido social e cultural; preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

A reprodução socioeconômica das famílias rurais está relacionada à geração de emprego e renda, que possibilita às mesmas continuarem vivendo no campo em condições dignas. O papel desempenhado pela agricultura nesse setor continua sendo central no cenário brasileiro, embora para um número significativo delas, a contribuição menos importante dessa atividade seja oriunda da renda monetária obtida pelas famílias com a produção agrícola própria; *a promoção da segurança alimentar* abrangeu dois aspectos, o da disponibilidade e acesso aos alimentos e o da qualidade destes. Nas pesquisas de campo, destacou-se a produção voltada para o autoconsumo, que se sobressai num cenário de crise da produção familiar de caráter mercantil e de desemprego no meio rural e urbano (MALUF, 2003).

A terceira dimensão, relacionada à *manutenção do tecido social e cultural* está associada à preservação e melhoria das condições de vida das comunidades rurais, considerando, nesse contexto, os processos de legitimação das identidades sociais e garantindo a promoção da integração social. Já a *preservação dos recursos naturais e da paisagem rural* compreende aspectos relacionados ao uso dos recursos naturais, às relações estabelecidas entre as atividades econômicas e a paisagem e, ainda, à preservação da biodiversidade (CARNEIRO, 2003).

⁴ Tais pesquisas estão relacionadas ao projeto “Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras”, apoiado pelo CNPq – COAGR (CARNEIRO, 2003).

Segundo Cazella, Bonnal e Maluf (2009), as formas de manifestação presentes em cada uma dessas quatro funções ressaltam aspectos peculiares de cada contexto socioespacial ou territorial. Assim, as visões em relação à agricultura e seus respectivos papéis revelaram-se distintas, compreendendo desde o reconhecimento da agricultura enquanto um elemento base da economia local, até a verificação da sua pouca importância econômica e ineficiência enquanto promotora do desenvolvimento local.

Nesse contexto, reforça-se a ideia de que a utilização dessa abordagem no Brasil precisa ser muito bem analisada, devendo-se levar em conta o tipo de agricultura que se está pensando. No caso em questão, a agricultura familiar ou a agricultura patronal, dois modelos consideravelmente distintos e que, por sua vez, desempenham funções que não são comuns ao conjunto da agricultura. Do mesmo modo, os serviços prestados à sociedade também não são os mesmos, ao contrário, em alguns casos, chegam a ser até antagônicos (SOARES, 2000/2001).

O meio rural brasileiro é extremamente heterogêneo, caracterizado por uma diversidade sociocultural muito acentuada. E é nesse contexto que a agricultura familiar se destaca, na medida em que é vista como potencialmente mais capaz de desempenhar funções estratégicas, tanto econômicas e produtivas, quanto ambientais e sociais, do que a agricultura patronal. Nessa perspectiva, segundo Soares (2000/2001), a noção de multifuncionalidade parece adequar-se mais à agricultura familiar, uma categoria social que, cada vez mais, tem mostrado sua importância e eficácia no âmbito do desenvolvimento rural em nosso país.

Segundo Carneiro (2003), o enfoque da multifuncionalidade possibilita não apenas a compreensão a respeito da inserção de diferentes tipos de famílias rurais nesse universo, mas, também, a legitimação de modos de produção e de fontes de renda que, na maioria das vezes, permanece alheia aos quadros analíticos de caráter hegemônico. O agroturismo e o turismo rural são algumas dessas atividades que passaram a figurar no cenário rural brasileiro, especialmente nos últimos anos.

Em relação a essas atividades, mais especificamente ao turismo rural, destaca-se aqui a sua importância no contexto da multifuncionalidade. A prática do turismo rural, em consonância com a agricultura, contribui para conservação do ambiente natural e da paisagem cultural, garantindo, assim, a manutenção do tecido social das comunidades. Segundo Bricalli (2005), muitos municípios brasileiros vêm aproveitando as suas paisagens, o seu patrimônio cultural, o acolhimento cativante

de sua população, transformando toda essa ruralidade em poder de atração sobre a população urbana e promovendo uma nova dinâmica nessas localidades.

Além dessas contribuições promovidas pela abordagem multifuncional da agricultura familiar, destacam-se também outras atribuições como a conservação dos solos, da flora e fauna e das fontes de água, bem como a preservação do patrimônio cultural, todas incluídas no campo dos bens públicos. É importante ressaltar que a valorização desses aspectos relacionados à função ambiental e social não significa a depreciação da função econômica. Na análise de Wanderley:

[...] não se trata da substituição da produção de riquezas materiais pelas riquezas imateriais, mas da afirmação e simultaneidade desta dupla dimensão, inerente ao ato de produzir e de viver em sociedade dos agricultores familiares (WANDERLEY, 2003, p. 15).

De acordo com Campanhola e Silva (2000), a possibilidade de se incorporar alternativas econômicas ao meio rural passou a ser uma estratégia adotada por vários países, visando manter o homem no campo e a melhoria de sua qualidade de vida, garantindo o aumento de sua renda que passa a ser gerada com base em uma maior diversidade de atividades e funções.

Em face disso, o conceito de multifuncionalidade da agricultura, especialmente no que diz respeito ao universo familiar, em virtude das suas características, pode contribuir na melhoria das condições de vida dessa população e, conseqüentemente, no desenvolvimento rural em âmbito local e nacional. Como bem salienta Maluf (2003), esse conceito possibilita uma abordagem articuladora entre a agricultura e o desenvolvimento local, na medida em que se estabelece uma ligação entre a atividade agrícola e o território e, ao mesmo tempo, ressalte seu papel na manutenção do emprego nas áreas rurais.

Apesar das considerações favoráveis acerca da multifuncionalidade da agricultura familiar e do seu reconhecimento por parte de muitos teóricos, que a consideram uma importante estratégia para o desenvolvimento rural, em termos práticos, no que diz respeito ao apoio governamental, ainda estamos no início do processo.

Hoje, o que se vislumbra no Brasil é uma política agrícola dualista, representada, de um lado, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), encarregado pelos programas referentes à agricultura familiar e à reforma agrária, e de outro, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que

privilegia os grandes produtores rurais e as corporações agroalimentares, além dos negócios voltados para o mercado exterior. Essas tensões políticas conflituosas (políticas de liberalização comercial *versus* políticas ativas de desenvolvimento agrícola e rural) se revelam, inclusive, no plano institucional, vindo a repercutir nas discussões em torno do tema da multifuncionalidade (MALUF, 2002).

Diante desse cenário conflitante, Sabourin (2008) chama a atenção para um fato muito positivo que vem ocorrendo no contexto brasileiro. De acordo com o autor, apesar da falta de engajamento por parte do Estado em relação às suas funções de regulação e de redistribuição, no que diz respeito à privatização dos serviços públicos, verifica-se em várias regiões do Brasil:

[...] a multiplicação de iniciativas de sistemas locais de acesso, produção ou manejo de recursos comuns ou de bens públicos. Os agricultores ou as suas organizações asseguram, a nível local ou regional, por meio desses dispositivos, funções de interesse geral em termos de manejo de recursos naturais e ambientais, de bio-diversidade, mas também de experimentação técnica e social, muitas vezes sem beneficiar de ajuda pública (SABOURIN, 2009, p. 9).

Tais iniciativas emergem como indicadores reais de que a multifuncionalidade da agricultura tem aplicabilidade no Brasil, porém num quadro muito distinto do cenário europeu, sobretudo no que concerne a políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e a valorização das múltiplas funções da agricultura.

Segundo Maluf (2002), em nosso país o principal e mais autêntico programa de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁵, que apesar de não especificar a noção de multifuncionalidade da agricultura, configura-se no exemplo mais próximo que se tem até então, de uma política pública com abordagem mais ampla, que leva em conta as características da agricultura familiar e o papel que desempenha no contexto do desenvolvimento rural.

Diante disso, destaca-se a importância da implementação de políticas públicas diferenciadas que reconheçam valorizem as múltiplas funções da agricultura, desde a função ambiental e econômica até a função social e educativa. Tal reconhecimento favorece não apenas e exclusivamente as comunidades rurais, mas a sociedade como um todo. E no caso específico da função educativa,

⁵ Instrumento que identifica os agricultores aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

favoreceria um setor significativo para o desenvolvimento social e cultural de uma nação, qual seja o setor da educação.

Nesse sentido, considerando que tais funções se materializam, sobretudo a partir das atividades desenvolvidas no meio rural, a próxima sessão se dedica a discutir o turismo rural pedagógico, uma alternativa que, sob o viés da multifuncionalidade, emerge como importante estratégia no contexto do desenvolvimento rural.

3 TURISMO RURAL PEDAGÓGICO: ALICERCES TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DE UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

O presente capítulo analisa o turismo rural pedagógico e os elementos que o circundam, buscando no campo da educação e do turismo rural o suporte teórico necessário para compreender as suas particularidades. Nesse contexto, discute-se ainda a função educativa desempenhada pelas propriedades rurais a partir da prática do turismo rural pedagógico, apresentando, por conseguinte, um conjunto de experiências envolvendo projetos de cooperação entre propriedades rurais e escolas de educação básica e que estão sendo desenvolvidas em diferentes países.

3.1 TURISMO RURAL PEDAGÓGICO: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Caracterizado por um conjunto de atividades práticas realizadas no âmbito da propriedade rural, que utiliza como recurso didático as atividades agrícolas, a produção agropecuária e os recursos naturais e culturais ali existentes, o turismo rural pedagógico emerge como uma alternativa inovadora que reflete as características do *novo rural*. Aspectos como educação, meio ambiente, agricultura familiar, universo rural e integração social representam alguns dos muitos elementos que envolvem esse tema emergente, atual, cuja legitimidade evidencia-se a partir das diversas experiências em desenvolvimento no cenário internacional.

No entanto, discutir o termo turismo rural pedagógico não é tarefa fácil, considerando que se trata de uma realidade emergente e de um tema ainda pouco tratado academicamente, sem um aporte teórico que favoreça a compreensão acerca das suas características. A inexistência de uma literatura específica sobre o assunto representa desse modo, a primeira dificuldade encontrada. No contexto brasileiro, as discussões em torno desse tema são relativamente recentes, não havendo muitas pesquisas relacionadas e, também, muitas experiências em desenvolvimento.

A primeira definição elaborada data do ano de 2005. Na ocasião, a Associação Brasileira de Turismo Rural, em parceria com a Agência de Comunicações ECA Jr., Empresa Júnior da Universidade de São Paulo, juntaram-se para executar um projeto piloto que tinha como objetivo criar um roteiro, visando à

promoção e difusão das propriedades rurais enquadradas no conceito de turismo rural pedagógico (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL - ABRATURR; AGÊNCIA DE COMUNICAÇÕES ECA JR).

Não havendo uma definição anterior que pudesse servir como referência, a saída identificada pela equipe responsável pelo projeto foi a de criar tal definição, tendo como base a conceituação de turismo rural proposta pelo Ministério do Turismo (Mtur). Assim, de acordo com a Associação Brasileira de Turismo Rural, o emprego do termo *turismo rural pedagógico* passou a ser definido como:

[...] o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com o meio ambiente e a produção agropecuária e/ou com os valores históricos de produção no universo rural, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade que fundamentalmente tem um acompanhamento didático pedagógico com o objetivo de aquisição de conhecimento (ABRATURR; ECA JR., 2005, p. 6).

Embora pareça um conceito abrangente e generalista, essa definição se constitui em um marco importante no cenário brasileiro, na medida em que favorece o seu posterior conhecimento diante da comunidade acadêmica. Além disso, é uma definição que, de certa forma, possibilita a compreensão do conceito de turismo rural pedagógico, praticado no âmbito das propriedades rurais, e que contempla diferentes dimensões, quais sejam: a dimensão social, cultural, econômica, ambiental e a educacional.

Nessa conjuntura, alguns estudos relacionados ao tema começaram a ser divulgados, a exemplo do trabalho intitulado “A multifuncionalidade da agricultura e a contribuição do turismo rural pedagógico”, de Teixeira, Wandscheer e Souza (2005), que teve como base empírica as atividades realizadas na Fazenda Quinta da Estância Grande, localizada no município de Viamão, Rio Grande do Sul. As constatações evidenciadas pelos autores reforçam o caráter atual e inovador desse tipo de atividade, bem como a sua relação com o meio rural e as atividades agrícolas e pecuárias.

Os resultados apresentados no referido estudo apontam o TRP como uma estratégia educativa eficaz a ser utilizada pelo professor, permitindo uma exploração mais ativa dos conteúdos teóricos desenvolvidos em sala de aula. A prática de tal atividade contempla diferentes aspectos que vão desde o conhecimento de modos de produção e de processamento até a identificação de ações que podem favorecer a preservação ambiental. Ao mesmo tempo, também, “[...] propicia o encontro de

peças do meio urbano com a natureza, com as atividades agrícolas e, é claro, com outras pessoas, e por si só já se constitui em um ato pedagógico.” (TEIXEIRA; WANDSCHEER; SOUZA, 2005, p. 137).

Outro estudo que busca mostrar a importância do TRP no contexto atual, destacando aspectos relativos a sua definição, encontra-se em Klein, Troian e Souza (2011). Nesse trabalho, os autores analisam as contribuições do turismo rural pedagógico no processo de educação ambiental infantil, tendo como base empírica a já citada Fazenda Quinta da Estância Grande, situada no município de Viamão, RS. Assim, os autores destacam que tal prática constitui um recurso eficaz na promoção da educação ambiental, uma vez que possibilita às crianças vivências diferenciadas em contato direto com a natureza, favorecendo a investigação e a experimentação por meio de situações reais realizadas ao ar livre. Em face disso, caracterizam o turismo rural pedagógico como:

[...] uma alternativa de desenvolvimento que incentiva o cuidado e a preservação dos recursos naturais e contribui para a ampliação do universo de conhecimento de crianças e adolescentes. Ele também possibilita o contato com diferentes culturas e costumes, aproximando pessoas, integrando campo e cidade e valorizando espaços antes configurados como lugares atrasados e sem perspectivas de desenvolvimento (KLEIN; TROIAN; SOUZA, 2011, p. 119).

A prática do TRP permite assim visualizar ganhos em diferentes contextos. No âmbito da educação, relacionado ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes; no âmbito social, na medida em que possibilita uma interação entre diferentes estratos sociais e o intercâmbio de experiências; no âmbito cultural, por meio da valorização dos costumes e tradições das famílias rurais; na dimensão ambiental, com a conservação da paisagem rural e promoção da educação ambiental. Cita-se ainda, a dimensão relacionada à segurança alimentar, a partir do contato e reconhecimento da origem dos alimentos e relação com a saúde e bem estar.

Trata-se de um tipo de atividade que tem como foco o meio rural, estando relacionado com as atividades agrícolas e/ou pecuárias e com os recursos naturais e culturais existentes nesse espaço. Tal característica o diferencia, de certa maneira, do termo turismo pedagógico, que vem sendo utilizado nos últimos anos, sobretudo pelas agências de turismo para designar as viagens de estudos a diferentes lugares e cenários e com diferentes fins, abrangendo desde visitas aos centros históricos de

grandes cidades, museus, zoológicos e igrejas até parques ecológicos e regiões com plantações de culturas distintas.

Para Hora e Cavalcanti (2003), a prática do turismo pedagógico pode ser planejada e executada por equipes multidisciplinares formadas por bacharéis em Turismo e por professores de diferentes áreas, envolvendo propostas de atividades que abranjam algum tipo de deslocamento do ambiente escolar, como, por exemplo, uma visita aos atrativos naturais de um determinado município ou então um parque ou participação em um acampamento.

Segundo Milan (2007), o turismo pedagógico emerge como uma das recentes modalidades do mercado turístico, que tem por objetivo proporcionar aos estudantes a oportunidade de conhecer melhor uma determinada região por meio de aulas práticas. “Isso se realiza com a utilização dos mais diversos meios e com as mais diversas finalidades, independente da localização geográfica em que seja praticado.” (MILAN, 2007, p. 31). No entanto, em seu aspecto conceitual evidencia muitas confusões de ordem semântica e metodológica, apresentando diferentes termos, tais como Turismo Educativo, Turismo Educacional, Estudo do Meio, entre outros.

Conforme constatado, os dois últimos termos são os que aparecem com maior frequência nos trabalhos que têm como tema o turismo pedagógico. O turismo educacional, de acordo com Beni (2002), compreende a retomada da antiga prática que foi muito usada na Europa e nos Estados Unidos por escolas e universidades particulares e no Brasil, por algumas escolas de elite. Tais práticas consistiam, segundo o autor, na organização de viagens culturais com programas de aulas e visitas a locais históricos ou de interesse para o desenvolvimento educacional dos alunos, cujo acompanhamento era feito pelos professores especializados da própria instituição de ensino.

O estudo do meio, por sua vez, refere-se a “[...] um método de ensino interdisciplinar que visa proporcionar a alunos e professores o contato direto com determinada realidade, um meio, rural ou urbano, que se decida estudar.” (LOPES; PONTUSCHKA, 2009, p. 173). Trata-se de uma atividade prática diferenciada que relaciona teoria e prática, favorecendo aos envolvidos experiências múltiplas em diferentes contextos, e tornando o processo de ensino e aprendizagem mais significativo.

Assim, enquanto o turismo educacional busca fundamentar-se nas antigas viagens de estudo denominadas de *grand tour*, a partir do século XVIII (RAYKIL;

RAYKIL, 2005), o estudo do meio baseia-se nas aulas-passeio difundidas pelo educador francês Celestin Freinet. Por acreditar que o interesse das crianças não estava na escola e sim fora dela, Freinet propôs essa atividade com o propósito de motivar os estudantes, por meio da ação, buscando trazer vida para o interior da escola. Nesses passeios, as crianças tinham a oportunidade de observar plantas, pedras, animais e, voltando à sala de aula, eram incentivadas a escrever na lousa um resumo do que ocorrera (MILAN, 2007).

Partindo desses pressupostos, o turismo pedagógico passa a ser visto como uma oportunidade de explorar a relação existente entre homem e espaço, nas diferentes perspectivas de análise que envolve o conhecimento humano (geográfico, físico, biológico, ecológico, etc.) de maneira interativa (RAYKIL; RAYKIL, 2005). Do mesmo modo, as atividades relacionadas a esse termo adquirem importância na formação do senso de processo, na medida em que possibilitam o entendimento de diferentes aspectos associados à história da comunidade local a ser visitada e a compreensão das várias etapas necessárias no processo de composição de produtos e de serviços (HORA; CAVALCANTI, 2003).

Turismo pedagógico e turismo rural pedagógico, portanto, são termos que se diferenciam em relação às suas definições. Enquanto o primeiro está associado a viagens de estudos para vários locais geográficos e com diferentes fins, podendo ocorrer tanto no meio urbano quanto no meio rural, o segundo refere-se a um conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, tendo como principais elementos componentes os saberes-fazeres do agricultor, do proprietário rural, os hábitos e costumes preservados, as atividades produtivas desenvolvidas, os animais e plantas que fazem parte desses espaços.

Apesar dessas divergências, são termos que, em certa medida, se equiparam no que concerne às contribuições no âmbito da educação. Tanto o turismo rural pedagógico quanto o turismo pedagógico podem ser caracterizados como importantes recursos educativos que no contexto atual passaram a fazer parte das propostas de muitas instituições de ensino. Ambos possibilitam aos alunos experiências diversificadas em contato direto com a cultura local e com um ambiente que vai muito além da sala de aula. Nos dois casos, as atividades desenvolvidas permitem aos sujeitos envolvidos a aquisição de novos conhecimentos e a ampliação do seu universo cultural, enriquecendo as suas experiências de vida e promovendo a coletividade e a integração no grupo.

A complexidade que permeia o termo TRP pode ser evidenciada também na literatura internacional. Conforme pesquisas as quais tivemos acesso, após uma intensa busca, não foram encontradas referências abordando especificamente o termo turismo rural pedagógico. No entanto, em muitos países, sobretudo da Europa, verifica-se o surgimento e expansão de projetos de cooperação que envolvem escolas e propriedades rurais, as quais passam a ser vislumbradas como ambientes pedagógicos valorosos que possibilitam a realização de uma gama de atividades educativas, utilizando como recurso didático a produção agropecuária, a agricultura e os recursos naturais e culturais ali existentes.

Para D'Agostinho (2008), as atividades desenvolvidas no âmbito dessas propriedades rurais podem representar uma ferramenta bastante útil, na medida em que favorecem a introdução das novas gerações no mundo rural, por meio da experiência direta, constituindo-se, desse modo, em um verdadeiro laboratório ao ar livre, onde é possível combinar aprendizagem teórica e prática, a partir de uma estimulante interação.

As características evidenciadas nesses projetos são similares ao conceito de TRP. Por esse motivo, neste trabalho adotou-se como sinônimo o termo *propriedades rurais pedagógicas* cujas denominações diferem muito de um idioma para outro, embora apresentem o mesmo significado. Conforme pesquisas realizadas, na França utiliza-se a palavra *fermes pédagogiques*; na Itália, *fattorie didattiche*; em Portugal, *quintas pedagógicas*; e no Chile, *granjas educativas*. Na Noruega, o termo *green care* tem se difundido de modo significativo nos últimos anos, assim como a expressão *the farm as a pedagogical resource*. Nos Estados Unidos e no Japão, utilizam-se as expressões *farms-to-school* e/ou *farms educational*. Todos os termos, no entanto, convergem em seu significado, qual seja o de propriedade rural pedagógica.

Para além dessas questões, outra implicação que provoca reações diversas está associada às modalidades do turismo, ao qual o turismo rural pedagógico se enquadra. Dizer que essa expressão situa-se mais próxima do turismo rural ou então do agroturismo exige, primeiramente, um estudo aprofundado acerca das características de cada uma dessas modalidades e a relação com o TRP, o que não é tarefa fácil. Nesse sentido, reconhecendo a complexidade que permeia tal assunto, pretende-se aqui apresentar brevemente alguns aspectos que caracterizam o turismo rural, o agroturismo e o turismo no espaço rural, para que, a partir disso, seja

possível entender um pouco mais sobre o turismo rural pedagógico, situando-o no contexto dessas modalidades.

3.2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA ENTENDER O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO: A ATIVIDADE TURÍSTICA NO MEIO RURAL E SUAS MODALIDADES

O turismo desenvolvido em áreas rurais assume diferentes terminologias, sobretudo em função da diversidade cultural, econômica, ambiental e social de cada região. As diferentes modalidades que emergem a partir dessa atividade evidenciam, no entanto, características que convergem entre si, relacionadas aos aspectos do meio rural, como paisagem, costumes do homem do campo e contato com a natureza. Em face disso, discutimos nesta sessão alguns conceitos referentes a três modalidades: o turismo rural, agroturismo e turismo no espaço rural, identificando suas especificidades e semelhanças e, ainda, as relações com o turismo rural pedagógico.

3.2.1 Turismo rural

O turismo rural é uma atividade relativamente recente no Brasil, tendo suas primeiras experiências registradas no ano de 1984, no município de Lages-SC, quando um grupo de proprietários rurais, em virtude das dificuldades econômicas que surgiam no setor agropecuário, decidiram diversificar suas atividades, passando a receber turistas em suas propriedades (ZIMMERMANN, 1996). Desde então, a prática do turismo rural vem se expandindo de maneira significativa nas diferentes regiões brasileiras, destacando-se como uma atividade não-agrícola com potencial para promover o desenvolvimento local, favorecendo a dinamização social e econômica das áreas rurais.

Diante desse cenário, proliferam diversas modalidades de turismo como agroturismo, ecoturismo, turismo rural, turismo cultural, estabelecendo, assim, uma nova configuração aos espaços rurais. Por conseguinte, o turismo desenvolvido em áreas rurais acaba adquirindo diferentes terminologias, suscitando uma imprecisão conceitual e várias divergências entre pesquisadores da área.

Para Elesbão (2005), o termo turismo rural vem sendo utilizado indistintamente para definir as atividades turísticas que são desenvolvidas no espaço rural, o que tem provocado uma confusão terminológica e ocasionado uma diversidade de classificações. Nesse sentido, são apresentadas a seguir algumas definições do termo turismo rural, bem como algumas características e peculiaridades que as diferenciam das demais modalidades.

Iniciamos com o conceito adotado pelo Ministério do Turismo (2003), o qual define turismo rural como:

[...] o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2003, p. 11).

Assim, além do comprometimento com as atividades agrícolas e pecuárias, tal atividade caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural, considerados elementos da oferta turística no meio rural.

Entendido dessa forma, o turismo rural estaria relacionado às especificidades do rural, como paisagem, estilo de vida e cultura rural (TULIK, 2006). Trata-se, portanto, de uma atividade que, na sua forma mais original e 'pura', deve estar instituída em estruturas essencialmente rurais, de pequena escala, situadas ao ar livre, favorecendo ao visitante o contato direto com a natureza, com a herança cultural das comunidades do campo e, também, com as denominadas sociedades e práticas 'tradicionais' (RUSCHMAN, 2000).

Zimmermann (1996) assinala um conjunto de princípios básicos do turismo rural, a saber: identidade própria, autenticidade, harmonia ambiental, preservação das raízes, divulgação dos costumes e atendimento familiar. Em tais princípios estão inseridos aspectos como as peculiaridades de cada propriedade, a manutenção da arquitetura típica, os tipos de atividades produtivas, a preservação e restauração do ambiente rural, o resgate das formas culturais locais (gastronomia, uso de objetos, artesanato, hábitos e costumes), lazer e maior interação entre os sujeitos.

Na mesma linha de análise, encontra-se a definição proposta na "Carta de Joinville" elaborada durante o Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado em 2004. De acordo com esse documento:

Turismo Rural é aquele que, do ponto de vista geográfico, acontece no espaço rural; do ponto de vista antropológico, oferece ao visitante a possibilidade de vivências da cultura rural; do ponto de vista

socioeconômico, representa um complemento às atividades agropecuárias e, finalmente, do ponto de vista do imaginário, atende às expectativas de evasão da rotina urbana e de realizar outras experiências de vida (CARTA DE JOINVILLE, 2004, p.1).

Partindo dessa perspectiva, o turismo rural compreenderia um conjunto de atividades realizadas no espaço rural que possibilita aos visitantes experiências diferenciadas acerca do mundo rural. Ao mesmo tempo, emerge como um complemento às atividades agropecuárias desenvolvidas nas propriedades, gerando retorno econômico para as comunidades locais e impulsionando a economia local.

Outra perspectiva é apresentada por Rodrigues (2000), para quem o turismo rural estaria associado às atividades agrárias de outrora e do presente, atribuindo à paisagem sua fisionomia essencialmente rural, distinguindo-se das áreas cuja marca principal é o seu grau de naturalidade, como é o caso dos ecossistemas ricos em biodiversidade. A autora propõe uma classificação para definir turismo rural, levando em conta alguns elementos como o processo histórico-cultural das propriedades rurais, a sua estrutura fundiária e agrária e as características da paisagem, dividindo-o em dois grandes grupos.

O primeiro grupo denomina-se turismo rural tradicional e seus principais produtos turísticos estão associados à história do país, subdividindo-se em turismo rural de origem agrícola, caracterizado pelas propriedades que se estabeleceram como unidades de exploração agrária durante os ciclos do café, açúcar e ouro; e turismo rural de colonização europeia, relacionada à história da imigração europeia para o Brasil, sobretudo para a região sul. O segundo grupo, denominado de turismo rural contemporâneo compreende uma modalidade que surge como alternativa ao modelo “sol e praia”, estando relacionado ao modo de vida e cultura do meio rural. Contemplam esse grupo os hotéis-fazendas, as pousadas rurais, os *spas* rurais, as segundas residências campestres e os *campings* rurais (RODRIGUES, 2000).

Essa diversidade de definições aqui expostas reforça uma importante questão: apesar da variedade de conceitos acerca da expressão turismo rural e das divergências que emergem entre os autores, algumas características prevalecem, evidenciando, assim, as especificidades dessa atividade. Conforme constatado, o turismo rural está intimamente relacionado aos aspectos históricos e culturais do meio rural, à valorização do modo de vida do homem do campo. Trata-se, pois, de uma atividade realizada em um ambiente cuja simplicidade, tranquilidade e rusticidade estão entre os principais elementos.

Segundo Almeida e Riedl (2000), umas das principais peculiaridades do turismo rural é justamente a ruralidade, isto é, as características próprias do meio rural representadas por sua cultura e *modus vivendi*: a arquitetura edificada, as paisagens e demais bens não materiais, que mesmo não tendo sido produzidos, especialmente para os turistas, passam a ser consumidos por eles.

Diante disso, a revalorização das áreas rurais por meio do turismo rural vai muito além do aspecto econômico, contemplando diferentes dimensões. Do ponto de vista social, a atividade tem contribuído para uma maior aproximação entre os moradores da cidade e do campo, favorecendo a troca de experiências entre pessoas que preservam valores, muitas vezes, distintos. Do ponto de vista ambiental, possibilita criar uma preocupação acerca da conservação dos recursos naturais. E com relação à dimensão cultural, o turismo rural favorece o resgate dos saberes-fazeres, dos costumes e tradições da população rural, além de contribuir para a geração ou manutenção de ocupações e empregos para a comunidade local (BRICALLI, 2005).

3.2.2 Agroturismo

Confundido frequentemente com o turismo rural, o agroturismo apresenta todas as características dessa modalidade, principalmente por ser uma atividade realizada no espaço rural e ter como principais atrativos as atividades agropecuárias, os produtos agrícolas e o modo de vida rural. A diferença do agroturismo em relação ao turismo rural, no entanto, refere-se à participação direta e/ou indireta do turista em atividades desenvolvidas pelos agricultores, tais como plantio, colheita, ordenha, entre outras. Desse modo, toda a oferta de agroturismo poderia ser classificada como turismo rural, no entanto nem toda oferta de turismo rural pressupõe a presença do agroturismo (CANDIOTTO, 2010).

Assim sendo, emergem várias definições relacionadas ao termo, o que gera conseqüentemente, certa imprecisão conceitual. Na análise de Campanhola e Silva (2000), o agroturismo no contexto atual pode ser definido como o conjunto de:

[...] atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais

(paisagem, ar puro) a partir do 'tempo livre' das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 148).

Seguindo essa mesma linha de análise, Tulik (2003) expõe que o agroturismo compreende uma atividade que se desenvolve integrado a uma propriedade rural ativa, tendo como características a organização e gestão familiar, com a presença do proprietário. Trata-se de uma atividade de renda complementar que pressupõe o contato direto do turista com o meio rural e a possibilidade de participar das atividades rotineiras.

Ainda, conforme Bricalli (2005), o agroturismo é caracterizado pela presença das atividades agropecuárias no interior das propriedades, geralmente de estrutura familiar. Dentre os produtos turísticos, destacam-se as rotas coloniais e a venda de produtos artesanais rurais. Já para Portuguez (2002), o agroturismo representa uma modalidade de turismo desenvolvida em espaço rural praticada no interior das propriedades, de modo que o turista/excursionista tenha a possibilidade de entrar em contato com a atmosfera da vida no campo, integrando-se de alguma maneira aos hábitos da comunidade local, mesmo que seja por um curto período de tempo.

Beni⁶ (2002, *apud* CANDIOTTO, 2010, p. 13), por sua vez, define agroturismo como sendo o “deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e observação, vivência e participação em atividades agropastoris”. Para diferenciar agroturismo de turismo rural, o autor apresenta dois aspectos distintos: na propriedade de agroturismo, a produção agropastoril representa maior fonte de renda, de modo que o turismo gera uma receita complementar; as atividades agropastoris compõem o principal diferencial turístico, permitindo ao turista a participação ou não da rotina da propriedade.

Na literatura internacional, o termo adquire ainda outras definições e que provocam várias divergências entre os autores e entre países. Uma proposta que apresenta vários elementos que podem ser enquadrados no turismo rural e, sobretudo, no turismo rural pedagógico, encontra-se em Sznajder, Przezbórska e Scrimgeour (2009). De acordo com tais autores, o agroturismo apresenta um

⁶ BENI. M. C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. (Org.). **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

conjunto de características e funções diversas, evidenciando, assim, o caráter multifuncional da atividade.

A primeira característica apontada pelos autores relaciona-se à possibilidade de satisfazer necessidades humanas, por meio da participação prática no processo de produção de alimentos, na vida de uma família e na comunidade rural. A segunda refere-se à possibilidade de satisfazer a necessidade cognitiva humana ou etnográfica no âmbito da produção agrícola; e a terceira compreende a satisfação das necessidades emocionais, a partir do contato direto com animais domésticos, plantas, produtos de processamento, bem como por meio de diferentes experiências vivenciadas no rural associado a uma atmosfera de rusticidade e sossego (SZNAJDER; PRZEZBÓRSKA; SCRIMGEOUR, 2009).

No que concerne às funções do agroturismo, destacam-se:

a) a função econômica, relacionada ao estímulo do desenvolvimento agrícola, bem como criação animal e geração de renda adicional, tanto para as propriedades rurais quanto para as comunidades locais ou regionais;

b) a função espacial e ambiental, concernente aos cuidados com o ambiente, a proteção da natureza e a utilização de edificações antigas, comumente abandonadas e que podem contribuir para a preservação da herança cultural rural;

c) a função sócio-psicológica, referente à ampliação do respeito pela comunidade rural, ao entrelaçamento entre culturas urbanas e rurais, à obtenção de novas habilidades e experiências e à oportunidade para contemplar contatos com um estilo de vida tradicional, favorecendo o aprendizado sob sua área local, sua história e atrações (SZNAJDER; PRZEZBÓRSKA; SCRIMGEOUR, 2009).

Nessa função, emergem, ainda, as funções educacionais do turismo rural, relacionadas ao aprendizado a respeito do mundo rural e suas peculiaridades (natureza, herança cultural, os produtos agrícolas, as práticas dos produtores) e as oportunidade de participação no trabalho agrícola, as quais permitem aos turistas expressar sentimentos próprios e desenvolver sua criatividade, contribuindo ainda para a boa saúde (condições climáticas, alimentação e prática de exercícios, por exemplo) (SZNAJDER; PRZEZBÓRSKA; SCRIMGEOUR, 2009).

A análise desse conjunto de definições e características do agroturismo possibilita perceber a proximidade desta atividade com o turismo rural pedagógico, sobretudo por envolver ativamente os turistas nas atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas pelos agricultores ou proprietários rurais. No entanto, como veremos

a seguir, vários aspectos presentes nos conceitos referentes ao termo turismo no espaço rural também podem ser contemplados pela prática do turismo rural pedagógico, evidenciando, assim, a complexidade que circunda o termo e as dificuldades de situá-lo em um ou outro segmento.

3.2.3 Turismo no espaço rural

As expressões *turismo no espaço rural*, *turismo na área rural* e *turismo no meio rural*, não raro, são utilizadas por muitos autores como sinônimos de turismo rural. No entanto, há uma significativa diferença entre as expressões supracitadas. De acordo com Tulik (2003), o Turismo no Espaço Rural (TER)/Turismo na Área Rural (TAR) diz respeito a todas as formas de turismo realizadas no espaço rural, abarcando nesse grupo, desde os componentes rurais e culturais até os naturais.

Ainda, segundo Campanhola e Silva (2000), o turismo no meio rural refere-se a qualquer atividade de lazer e turismo realizada no meio rural, envolvendo, assim, várias modalidades definidas de acordo com seus elementos de oferta: agroturismo, turismo rural, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, etc. Neste grupo, incluem-se:

[...] os *spas* rurais; os centros de convenções rurais; os locais de treinamento de executivos; os parques naturais para atividades esportivas; as caminhadas; as visitas a parentes e amigos; as visitas a museus, igrejas, monumentos e construções históricas; os festivais, rodeios e shows regionais; as visitas a paisagens cênicas e ambientes naturais; a gastronomia regional; os campings, as colônias de férias, os hotéis-fazenda; os fazenda-hotéis, os esportes de natureza como canoagem, alpinismo, pesca, caça; chácaras de recreio e condomínios rurais de segunda moradia (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p.147-148).

Tais aspectos evidenciam o caráter abrangente do turismo no espaço, que pode envolver ou não as atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas nas propriedades rurais. Nesse sentido, Bricalli (2005) esclarece que qualquer empreendimento turístico que esteja situado em território rural se enquadraria como turismo no espaço rural. A inter-relação estabelecida entre esses empreendimentos com os recursos naturais, as atividades agropecuárias e com os turistas, assim como o comprometimento com o desenvolvimento local é que irão determinar e diferenciar as demais categorias turísticas. Nesses termos, o turismo no espaço rural caracteriza-se atualmente:

[...] pela pluralidade de práticas em virtude da incorporação de novas funções derivadas dos múltiplos recursos as quais proporcionaram o desenvolvimento de atividades inovadoras, nem sempre tipicamente rurais, ajustadas a uma demanda crescente (TULIK, 2006, p. 107).

A partir dessa multiplicidade de atividades o espaço rural passa a ser vislumbrado como um local de descanso, de lazer, de aventura e de troca de experiências, um espaço dinâmico e de múltiplas possibilidades, cujas contribuições envolvem desde questões econômicas, ambientais e sociais até culturais, evidenciando, assim, o caráter multifuncional dos espaços rurais e da agricultura.

No que concerne ao aspecto econômico, o turismo no espaço rural pode contribuir de modo significativo para o crescimento da economia local onde é desenvolvido, por ser uma atividade que possui um conjunto de benefícios, dentre eles o de mobilizar recursos ociosos e, principalmente, despertar iniciativas de caráter empreendedor (ELESBÃO, 2010). Referente aos demais aspectos (cultural, social, ambiental), reforçam-se as questões contempladas pelas modalidades do turismo rural e agroturismo: preservação dos recursos naturais, conservação da paisagem, valorização dos costumes e tradições, integração social, etc.

Diante dessa perspectiva, a prática do turismo no espaço rural e suas distintas modalidades, a exemplo do turismo rural e do agroturismo, representam iniciativas que vão ao encontro de uma proposta de desenvolvimento rural de caráter inovador, pois como ressalta Van der Ploeg:

O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas ao nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo; representa, enfim 'uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe (VAN DER PLOEG, 2000, p. 395).

Ressalva-se aqui que a atividade turística no espaço rural não representa a única estratégia para o desenvolvimento rural, nem significa a solução para os problemas que ainda perduram nas comunidades rurais. No entanto, é inegável o papel desempenhado por essa atividade em muitas regiões do país e do mundo, que na atual conjuntura tem se destacado de diferentes maneiras, tornando-se um elemento potencializador das áreas rurais.

3.3 TURISMO RURAL PEDAGÓGICO E SUAS DIFERENTES INTERFACES

Conforme foi possível observar, o turismo rural, o agroturismo e o turismo no espaço rural apresentam características distintas que os diferenciam entre si, mas que de certa forma, os mantêm muito próximos, interligados, o que acaba causando confusão em termos conceituais. Do mesmo modo, cada uma das modalidades analisadas apresenta um conjunto de atributos que também podem ser identificados na prática do turismo rural pedagógico.

Nesse sentido, torna-se complexo apontar uma única modalidade a qual essa atividade faz parte. O TRP contempla aspectos diversos que variam de acordo com características geográficas, sociais e culturais de cada região e com as especificidades de cada propriedade rural. Considerando essa diversidade sociocultural e espacial presente no cenário rural e levando em conta as definições das três modalidades aqui apresentadas, pode-se presumir que a prática do turismo rural pedagógico compreende uma atividade que contempla vários elementos presentes no agroturismo (participação nas atividades produtivas da propriedade, vivências diversas envolvendo o contato direto com animais e plantas e a aquisição de produtos processados produzidos no local).

Ao mesmo tempo, evidencia características do turismo rural (valorização da cultura rural por meio da apreciação da paisagem e arquitetura tipicamente rural, dos costumes e tradições, dos saberes e fazeres do homem do campo) e alguns aspectos do turismo no espaço rural (atividades envolvendo os recursos naturais renováveis, experiências que favorecem a valorização da paisagem rural, etc.).

Em suma, o TRP compreende um conjunto de atividades que não pertence a um único segmento, mas que interage com vários, em especial, com o agroturismo e o turismo rural. Esta intersecção dá ao turismo rural pedagógico um caráter diferencial, no sentido de possibilitar aos sujeitos envolvidos uma compreensão mais aprofundada acerca das atividades produtivas e dos saberes fazeres das famílias rurais, tendo como fio condutor desse processo as atividades educativas.

3.4 O CARÁTER PEDAGÓGICO DO TURISMO RURAL

O turismo rural pedagógico, conforme ressaltado anteriormente, caracteriza-se como uma atividade que emerge num cenário de transformações constantes,

representado por um espaço rural dinâmico e de múltiplas possibilidades. Trata-se de uma atividade relativamente recente no contexto brasileiro, que contempla diferentes características. Tem-se assim, uma série de implicações que giram em torno do seu caráter conceitual, relacionadas não apenas ao termo *turismo rural*, mas também ao termo *pedagógico*.

Nesse sentido, busca-se aqui evidenciar esse caráter pedagógico do turismo rural, tentando compreender o que se entende por pedagógico e quais as relações estabelecidas com a educação e o processo educativo. Para isso, torna-se necessário inicialmente, apresentar algumas definições sobre o termo pedagogia e as transformações evidenciadas no contexto da sociedade atual.

Segundo Pilleti (1995), a palavra pedagogia vem do grego e significa condutor da criança (*paidós*= criança; *agein* = conduzir). Assim, *paidagogia*, na Grécia antiga, compreendia o acompanhamento e o cuidado do jovem, cujo *paidagogo* era representado pelo escravo e a atividade principal consistia em guiar as crianças à escola, tanto na *didascáleia*, onde conheceriam as primeiras letras, quanto no *gymnásion*, considerado um local de cultivo do corpo (GHIRALDELLI Jr., 1966).

Contudo, no decorrer dos tempos, o termo foi recebendo outras conotações, de acordo com o momento histórico e o contexto social, político, econômico e cultural ao qual estava inserido. Nesse processo, novas abordagens pedagógicas foram surgindo, assim como novas concepções sobre educação e o seu papel na sociedade. O entendimento que se tinha de pedagogia e de educação no século XV era diferente daquele evidenciado no século XVIII que, por sua vez, não é igual ao que visualizamos na sociedade do século XXI.

Diante desse contexto, a pedagogia passou então a ser compreendida como o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, da prática educativa concreta. O pedagógico, por sua vez, refere-se a finalidades da ação educativa, indicando objetivos sociais e políticos, por meio dos quais se instituem formas organizativas e metodológicas referentes à ação educativa (LIBÂNEO, 2004).

Em face disso, as concepções sobre o significado de educação também se transformaram. Hoje, a educação é compreendida como um processo amplo e constante que ocorre durante toda a vida do sujeito, e não apenas na escola, dentro da sala de aula. Uma educação que acontece em todos os locais, já que por toda parte podem existir “[...] redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma

geração a outra, onde não foi sequer criado à sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado [...]” (BRANDÃO, 1993, p. 13). Uma educação com caráter permanente e transformador, visto que não há seres educados e não educados, pois estamos sempre nos educando, em todos os momentos (FREIRE, 1979).

Trata-se de um modelo de educação estruturado em um contexto histórico profundamente marcado por mudanças tanto no campo social, político, econômico e cultural, quanto no da ciência e da tecnologia. São tempos de intensas transformações, evidenciadas pela internacionalização da economia, pelas inovações tecnológicas na área da informática, microeletrônica, bioenergética, tempos em que são requeridas novas habilidades e maior capacidade de abstração e atenção, associado a um comportamento profissional mais flexível. Tais exigências requerem a necessidade de uma formação geral, envolvendo, dentre outros aspectos, o desenvolvimento de competências comunicativas e de capacidades criativas para pensar e agir com horizontes de maior amplitude (LIBÂNIO, 2004).

Fala-se atualmente em ruptura dos paradigmas, globalização, cidadania, planetaridade, sustentabilidade, virtualidade, cultura digital, em sociedade da informação e do conhecimento. Uma sociedade na qual a escola deve servir de bússola, como elemento orientador que favoreça uma formação geral voltada para a educação integral (GADOTTI, 2000). E nesse cenário de muitas crises, mas também de muitas possibilidades e perspectivas:

[...] vale tudo para aprender. Isso vai além da “reciclagem” e da atualização de conhecimentos e muito mais além da “assimilação” de conhecimentos. A [...] sociedade do conhecimento possui múltiplas oportunidades de aprendizagem: parcerias entre o público e o privado (família, empresa, associações, etc.); avaliações permanentes; debate público; autonomia da escola; generalização da inovação. As *consequências* para a escola e para a educação em geral são enormes: ensinar a pensar; saber comunicar-se; saber pesquisar; ter raciocínio lógico; fazer sínteses e elaborações teóricas; saber organizar o seu próprio trabalho; ter disciplina para o trabalho; ser independente e autônomo; saber articular o conhecimento com a prática; ser aprendiz autônomo e a distância (GADOTTI, 2000, p. 8, grifo do autor).

Observa-se assim, uma ação pedagógica múltipla na sociedade, na qual o pedagógico perpassa por diferentes espaços sociais, indo muito além do âmbito escolar formal. Conseqüentemente, o educador já não é mais apenas o professor, mas também outras pessoas que atuam nos meios de comunicação, nos movimentos sociais, nas empresas e em tantas outras instâncias da sociedade. Do

mesmo modo, o educando não é mais somente o aluno, mas também o adulto, o morador, o consumidor, o trabalhador, etc. E a educação formal não se limita exclusivamente à prática escolar, mas envolve outras instâncias, a exemplo da educação de adultos, educação profissional e assim por diante (LIBÂNEO, 2004).

Por conseguinte, as relações de ensino e aprendizagem também sofrem transformações, assim como os espaços considerados educativos e os conteúdos a serem aprendidos. Tem-se assim, um cenário em que o ato educativo, a ação de ensinar, como bem ressaltou Paulo Freire (1996, p. 12), “[...] não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

É nesse contexto que emerge o turismo rural pedagógico, uma atividade que do ponto de vista da educação tem se configurado como uma ferramenta de ensino eficaz, enquadrada no âmbito da educação não-formal⁷. Um tipo de ação pedagógica⁸ que vai muito além da sala de aula, desenvolvida no âmbito das propriedades rurais em que os agentes educativos não são propriamente os professores das escolas, mas sim os agricultores e/ou proprietários rurais e cujos conteúdos são enriquecidos pelos saberes e fazeres desses atores sociais, pelas suas práticas cotidianas, seus costumes e tradições.

O turismo rural pedagógico, nesse sentido, emerge como uma prática educativa que tem como elemento orientador a aprendizagem pela experiência. Segundo Yus (2002), a aprendizagem pela experiência compreende um processo que vincula a educação, o trabalho e o desenvolvimento pessoal; um processo que exige métodos ativos, rompendo assim com o esquema tradicional de alunos passivos e receptivos. Trata-se de uma estratégia educativa que teve especial relevância no denominado movimento da educação progressista, que surgiu na

⁷ Entende-se por educação não-formal aquelas atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas. Tal é o caso dos movimentos sociais organizados na cidade e no campo, os trabalhos comunitários, atividades de animação cultural, os meios de comunicação social, os equipamentos urbanos culturais e de lazer (museus, cinemas, praças, áreas de recreação), etc. Na escola, são práticas não-formais as atividades extraescolares que proveem conhecimentos complementares, em conexão com a educação formal (feiras, visitas) (LIBÂNEO, 2004, p. 69).

⁸ Beillerot (1985 *apud* LIBÂNEO, 2004, p. 32-33), define ação pedagógica como a “prática, ou seja, um conjunto de comportamentos e ações conscientes e voluntários de transmissão de saberes (...) por explicações que apelam à razão de uma ou mais pessoas, com a finalidade de: 1) modificar os comportamentos, os afetos, as representações dos ensinados... (aptidão para a mudança); 2) fazer adquirir métodos e regras fixas que permitam fazer face a situações conhecidas que se reproduzem com regularidade (aptidão para a resolução de problemas dados); 3) fazer agir”.

América do Norte no final do século XIX em contraposição à natureza autoritária e antidemocrática evidenciada pela escolarização tradicional.

Dentre os precursores desse movimento está John Dewey (1859-1952), que critica o saber livresco para ressaltar a experiência, mais precisamente os métodos ativos. Para Dewey (1954), a experiência constitui um papel central na aprendizagem do sujeito, sendo definida como um processo de renovação da existência física que alarga os conhecimentos, enriquecendo o nosso espírito e dando um significado mais profundo à vida. A educação, por conseguinte, é definida pelo autor como um processo presente, que acontece a cada dia e não como uma ação de preparação para o futuro.

Compreende, pois, “[...] o processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras.” (DEWEY, 1954, p. 10). Consequentemente, a escola não pode ser entendida como um ambiente de preparação para a vida, mas a própria vida, uma instituição que teria como princípio orientador a reconstrução constante da experiência.

A premissa de que toda aprendizagem deveria ser integrada à vida, adquirida em uma experiência real, na qual aquilo que for aprendido tenha sentido, constituiu-se em um dos pontos-chaves da proposta metodológica de Dewey. Desse modo, para que não existissem tantas diferenças entre os conteúdos ensinados na escola e aquilo que a criança vivia no seu dia a dia, o teórico propôs uma nova forma de organização curricular vinculada às múltiplas experiências ocorridas no cotidiano.

Tal proposta dava ênfase aos brinquedos, jogos e às atividades práticas que permitissem a observação, a experimentação, despertando nas crianças uma curiosidade intelectual e estimulando suas emoções. Sua preocupação principal voltava-se para uma aprendizagem que se relacionasse com o próprio desenvolvimento intelectual da criança na sua fase de criança (CASTELLER, 2008).

Na análise de Teixeira (1954), um dos principais méritos presentes na teoria de educação proposta por Dewey foi justamente o de restaurar o equilíbrio existente entre a educação tácita e não-formal recebida diretamente na vida e a educação direta expressa nas escolas, integrando, dessa forma, a aprendizagem adquirida por meio de um exercício específico a isto destinado (escola) com a aprendizagem adquirida nas experiências sociais (vida) (TEIXEIRA, 1954).

A valorização da experiência enquanto elemento mediador da aprendizagem traz à tona a ideia do 'aprender fazendo' e do 'aprender sentido', das múltiplas vivências fora da sala de aula e das relações estabelecidas com os conteúdos escolares, aspectos estes que vão totalmente ao encontro da proposta do turismo rural pedagógico. A abordagem pedagógica que orientaria a prática do turismo rural pedagógico encontra-se intimamente relacionada com os princípios da pedagogia ativa, do aprender-fazendo, proposta pelo educador norte-americano John Dewey.

3.5 O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO E A FUNÇÃO EDUCATIVA DAS PROPRIEDADES RURAIS

A prática do turismo rural, analisada sob a perspectiva da multifuncionalidade, emerge como uma atividade que perpassa por diferentes áreas do conhecimento, favorecendo o reconhecimento de novas alternativas desenvolvidas nas propriedades rurais e, ao mesmo tempo, constituindo-se em uma ferramenta eficaz de ensino que possibilita às novas gerações conhecer um mundo diferente do seu, qual seja, o mundo rural. Segundo Ohe (2007), essa função educativa da agricultura desempenha um papel cada vez mais importante na sociedade atual, na medida em que possibilita aos cidadãos aliviar o stress da vida urbana e permite aos estudantes a oportunidade de aprender temas relacionados à alimentação e ao patrimônio rural.

Nesses termos, as propriedades rurais passam a receber um novo enfoque. Além de se constituírem em locais destinados à moradia das famílias rurais e à produção agrícola e pecuária, seu objetivo primeiro, essas propriedades tornam-se ambientes pedagógicos valiosos que possibilitam a realização de uma ampla gama de atividades educativas voltadas para grupos escolares. Para Campos (2010), as propriedades rurais pedagógicas compreendem estruturas que podem contribuir para a formação e desenvolvimento das crianças, favorecendo a divulgação de valores do meio rural através de um conjunto diversificado de práticas agrícolas, pecuárias e artesanais, tendo como base o sistema de ensino educativo de caráter não-formal que incentive a participação e a aprendizagem, possibilitando, ao mesmo tempo, uma aproximação do homem com a natureza.

Ainda, segundo Gurrieri (2008), as propriedades rurais que desenvolvem atividades educativas representam locais que favorecem uma conexão direta entre a cidade e o campo, entre o produtor e o cidadão, entre o agricultor e o consumidor,

caracterizando-se em uma importante ferramenta, capaz de impedir a dispersão do patrimônio sócio-cultural existente no meio rural, relativo à produção de alimentos, à terra, à natureza e ao meio ambiente.

Analisada por esse ângulo, a propriedade rural pedagógica torna-se um lugar de observação e exploração concreta, favorecendo a experiência pessoal e estimulando o desenvolvimento de diferentes habilidades, contemplado um universo repleto de possibilidades e valores educacionais que são oferecidos às escolas como banco de dados a ser utilizado na plataforma curricular (BERTACCI, 2005).

A compreensão da função educativa desempenhada pelas propriedades rurais tem se difundido de modo significativo em países como Estados Unidos, Japão e, sobretudo, a Europa Ocidental, podendo ser identificada não apenas nas ações dos agricultores, mas, também, em iniciativas governamentais, a exemplo da França. Neste país, de acordo com Caffarelli *et al.* (2010), em 2001 uma comissão interministerial da França, composta pelos ministérios da educação nacional, da agricultura e pesca, do desenvolvimento territorial e ambiental, da juventude e dos esportes e da justiça, publicou uma Circular que definiu as estruturas e o papel das propriedades rurais que desenvolvem atividades pedagógicas, bem como os objetivos e os tipos de públicos.

Conforme estabelecido neste documento, a propriedade rural pedagógica caracteriza-se como uma estrutura com criação de animais e/ou culturas, que recebe crianças e jovens da escola e fora dela, podendo ser subdividida em dois tipos: as propriedades de animação e as propriedades/explorações agrícolas. A primeira compreende as propriedades urbanas ou periurbanas que apresentam pouca ou nenhuma produção agrícola, mas que dispõem de uma diversidade de espécies de animais domésticos; estas foram criadas prioritariamente para atender as crianças, porém, seu público tem se tornado cada vez mais variado. Já as explorações agrícolas, abrangem as propriedades rurais que, além de manter a sua função primária de produção, também desenvolvem atividades educativas, recebendo grupos de crianças e jovens de maneira regular (CAFFARELLI *et al.*, 2010).

Em relação às explorações agrícolas, Tibiletti (2002) ressalta que para se tornar uma propriedade rural pedagógica, as mesmas não precisam fazer muito além do que já fazem, basta continuar a desempenhar as suas atividades habituais, tais como adubação, plantio, capina, irrigação, colheita de frutas, ordenha, etc. Do mesmo modo, os interessados em inserir-se nesse ramo não precisam

necessariamente ter uma licenciatura em educação, mas certamente deverão ter uma “sabedoria antiga” e comunicável e a capacidade de explicar, de argumentar, de abordar os diferentes públicos de ouvintes.

Logo, o sucesso da propriedade está diretamente ligado a dois aspectos: o primeiro, relacionado ao aspecto pedagógico, com a preparação do percurso didático; o contato com os professores das turmas antes da visita; uso de materiais estruturados e documentação apropriada; aprendizagem ativa, por meio da realização de atividades que abrangem metodologias experienciais e envolventes; a presença do agricultor enquanto uma *testemunha privilegiada*; e boa capacidade de comunicação para transmitir ideias e emoções e lidar com o público. Já o segundo aspecto diz respeito à organização e segurança da propriedade, com a presença de áreas equipadas para recepção dos grupos, degustação de produtos, ajuste de acordo com as leis vigentes, e outras precauções necessárias para garantir a segurança e bem estar dos visitantes (D’AGOSTINHO, 2008).

Para além desses aspectos, Napoli (2006) ressalta a importância da presença de áreas de recreação e das instalações cobertas para a realização de atividades educativas em dias chuvosos, assim como o uso de sistemas produtivos de baixo impacto ambiental, integrados a uma agricultura biológica. Ainda, segundo o autor, cada propriedade rural é em si um lugar onde há muito que aprender, desde questões relacionadas à redescoberta da cultura camponesa e reflexões sobre a paisagem agrícola até problemas ecológicos e tendências do mercado. Desse modo, a pessoa responsável pelas atividades educativas em cada propriedade rural pedagógica deve encontrar seu próprio método de apresentar o mundo rural, não devendo simplesmente repetir o que as crianças já estudaram em sala de aula.

Conforme constatado, essas iniciativas não exigem grandes investimentos em termos financeiros, porém requerem uma adequada organização dos espaços da propriedade e cuidados básicos com as questões de segurança e higiene, bem como uma proposta educativa coerente com as características do local e pessoas com capacidade para comunicar os saberes e fazeres da vida no campo.

Ohe (2007), com base em estudos anteriores, evidencia que a implantação de uma propriedade rural pedagógica requer poucos investimentos se comparado com as atividades de turismo rural que necessitam de investimento em meios de hospedagem. Por esse motivo, uma propriedade rural pedagógica torna-se relativamente mais fácil de ser implementada pelos agricultores.

Apesar de não ser uma atividade que apresente custos elevados, o que favorece em parte a sua criação, a implementação de uma propriedade rural pedagógica requer planejamento por meio da elaboração de um projeto que possa servir como base orientadora, favorecendo assim o sucesso do empreendimento.

Pensando nessas questões, Caffarelli *et al.* (2010)⁹ apresentam uma proposta de projeto interessante, contando com orientações estruturadas em etapas que permitem ao proprietário rural/agricultor ter uma visão mais ampla do todo, desde a sua idealização até a sua concretização.

Quadro 1 - Proposta para elaborar um projeto de turismo rural pedagógico em propriedades rurais

Etapa	Características	Questões a serem contempladas
1ª etapa	Definir um primeiro projeto: identificação e priorização de metas	<ul style="list-style-type: none"> - Por que diversificar minha atividade agrícola para uma atividade pedagógica? - Por quê/Para que criar uma propriedade rural pedagógica? - Meu projeto atende às necessidades locais? - Qual é o público potencial? - Há qualquer possibilidade de concorrência ou de parceria? - Existem parceiros locais técnicos ou financeiros para o meu projeto?
2ª etapa	Identificar os recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Que competências e que disponibilidade são necessárias? - Qual deve ser a capacidade de investimento financeiro?
3ª etapa	Realizar um diagnóstico do território	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o público potencial; - Identificar a distribuição geográfica dos públicos; - Identificar a hospedagem da região; - Conhecer as políticas públicas implantadas; - Localizar a estrutura em seu ambiente físico.
4ª etapa	Realizar um diagnóstico do local	<ul style="list-style-type: none"> - A abordagem de paisagem; - O estudo da situação de acessibilidade; - Inventário das construções e terrenos; - As características de produções.
5ª etapa	Definir o formato do projeto pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> - Definir as finalidades e as metas; - Estabelecer os objetivos; - Selecionar os meios/recursos a serem utilizados (da agricultura, da pecuária, etc.); - Selecionar os métodos e abordagens pedagógicas (a maneira como a atividade será realizada para atingir os resultados estabelecidos); - Buscar parcerias e apoiadores; - Promover a divulgação do projeto; - O papel do pedagogo.

Fonte: Caffarelli *et al.* (2010), adaptado por Klein.

⁹ A obra *Creer une ferme pédagogique* publicada por Caffarelli, Marie-Sylvie, Vincent e Mylene, é um importante trabalho relacionado às propriedades rurais educativas e que possibilita entender com mais afinco o processo de elaboração de um projeto que contempla atividades com propósitos educativos desenvolvidas em propriedades rurais.

A proposta de Caffarelli *et al.* (2010), conforme é possível constatar, exige uma postura empreendedora e dinâmica por parte dos interessados em investir nesse ramo de atividades. Elaborar um projeto de propriedade rural pedagógica, seguindo estes princípios, não é uma tarefa fácil, uma vez que nem todas as pessoas possuem um perfil com tais características. O principal investimento, desse modo, concentra-se no sujeito, mais precisamente na capacitação dos agricultores/proprietários rurais que desejem inserir-se nesse ramo de atividades. Associado a isso, está a necessidade de buscar parcerias que possam auxiliar no desenvolvimento da proposta, no sentido de viabilizá-la e torná-la fidedigna.

Em relação às atividades educativas propriamente, Nasolini (2005) aponta três ideias básicas que orientam essa prática nas propriedades rurais. A primeira - já ressaltada anteriormente - está relacionada a uma pedagogia ativa, do *aprender-fazendo*, representada por um conjunto diversificado de atividades práticas e experiências diretas; a segunda refere-se ao contato direto com animais e plantas em seu ambiente natural; e a terceira compreende a oportunidade de encontro e interação entre agricultores e jovens, possibilitando o enriquecimento das experiências destes, por meio da emoção e do conhecimento despertado.

De acordo com Franco e Senni (2005), o caráter inovador que caracteriza esse tipo de formação educativa está justamente no desenvolvimento de uma nova metodologia de ensino conhecida como *ensinar fazendo*, realizada por meio de diferentes atividades e recursos, tais como passeios educativos, aulas de ecologia ao ar livre e laboratórios de ensino. São atividades que contemplam diferentes finalidades como, por exemplo, a exposição e explicação dos processos biológicos das atividades agrícolas e da produção e processamento dos alimentos, ou ainda, de aspectos relacionados aos problemas ambientais presentes nas áreas rurais, decorrentes da má gestão dos recursos naturais.

Nesse sentido, segundo Gurrieri (2008), as propriedades rurais pedagógicas podem representar um momento de interação com o mundo da escola, favorecendo a participação ativa dos estudantes por meio de atividades que permitem *aprender-fazendo*, visando promover um processo de educação ambiental e alimentar, não somente com as crianças e jovens, mas também com suas respectivas famílias.

Canavari *et al.* (2011) que compartilham do mesmo pensamento, reforçam que a promoção de um aprendizado voltado para a educação alimentar, para uma cultura de alimentos, compreendida como a conexão entre os aspectos nutricionais e

sua relação com a tradição da terra e do contexto local representa um dos principais objetivos das propriedades rurais pedagógicas.

O desenvolvimento de atividades educativas em propriedades rurais compreende, desse modo, uma ferramenta eficaz na promoção da segurança alimentar¹⁰, permitindo que a produção de alimentos e as condições onde ela se realiza tornem-se um instrumento de aprendizado para os cidadãos, compreendendo desde o conhecimento das formas de produção, plantio e de processamento, até características da culinária local, a qualidade dos alimentos, seu valor nutricional e importância para a saúde.

Outro aspecto reforçado no desenvolvimento das atividades educativas nas propriedades rurais refere-se às questões ambientais e à valorização do meio ambiente. Para Nasolini (2005), a criança dos tempos atuais, em comparação com as crianças de gerações anteriores, não tem mais a oportunidade de explorar, por meio de experiências diretas, os elementos da natureza como a terra, as árvores do campo, as margens dos rios, ou brincar com os animais. A relação das crianças com a natureza, na sociedade atual, está cada vez mais indireta e distante.

No cenário atual, as crianças encontram-se cada vez mais envolvidas com o mundo da internet, das novas tecnologias, sendo detentoras de muitas informações, porém carentes de vivências práticas, de experiências significativas. Segundo Jolly *et al.* (2004), esse atual estilo de vida das crianças e jovens tem consequências preocupantes, ocasionando uma série de problemas relacionados à saúde física e psicológica. Problemas como sobrepeso, transtornos alimentares, diabetes, sedentarismo e distúrbios de comportamento têm aumentado consideravelmente nos últimos anos entre jovens e crianças, exigindo da sociedade novas estratégias capazes de alterar esse quadro preocupante e que favoreçam um estilo de vida mais ativo e saudável.

Nesta mesma linha de análise, Nasolini (2005) chama a atenção para o desconhecimento das novas gerações em relação à origem dos alimentos e do trabalho na terra. De acordo com uma pesquisa feita pelo Conselho Europeu dos Jovens Agricultores, com 2.400 crianças com idade entre 9 e 10 anos, cerca de 50%

¹⁰ Entende-se por *segurança alimentar* a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa, com preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos a longo prazo (FAO, 1996).

não sabem de onde vem o açúcar, 75% desconhecem a origem do algodão, somente 40% conseguiram relacionar o pão de trigo com a farinha e para completar, 75% das crianças consideraram como pouco atraente o trabalho do agricultor, sendo visto como difícil e *sujo*, embora muitas dessas crianças nunca estiveram numa propriedade rural.

Para Franco e Senni (2005), esses números evidenciam a falta de conhecimento das novas gerações acerca das características da vida no meio rural e de experiências como apreciar o cheiro da terra, das flores e árvores frutíferas, do leite fresco, das sensações causadas pelo contato com os animais e plantas. Emerge, desse modo, a necessidade de levar as crianças e jovens a conhecer essa realidade do mundo rural, com todas as suas riquezas e potencialidades e, também, problemas ambientais e sociais que o circundam.

Diante dessa conjuntura, D'Agostinho (2008) expõe que um dos objetivos das atividades desenvolvidas na propriedade rural é proporcionar às crianças e aos jovens maneiras de viver em harmonia com o meio ambiente, por meio de situações concretas e não somente proporcionar um conhecimento proveniente do mundo virtual, obtido por meio da internet e da televisão. A partir dessas experiências, as crianças têm a oportunidade de vivenciar e perceber um mundo que nem sempre é mostrado em sala de aula e tampouco na televisão, podendo descobrir novas sensações e emoções que acabam despertando um sentimento de pertencimento, de conexão, de inter-relação com o seu ambiente (KLEIN; TROIAN; SOUZA, 2011).

Além de servir como ferramenta para a promoção da educação ambiental e nutricional, as propriedades rurais pedagógicas possuem outros objetivos, que na perspectiva de Caffarelli *et al.* (2010), compreendem:

a) propor diferentes abordagens pedagógicas (sensível, sensorial, científica, criativa e lúdica) que possibilitem aos envolvidos um ensino com base no real e no concreto;

b) introduzir a economia agrícola, possibilitando aos jovens e adultos uma compreensão mais clara acerca dessa atividade, e adquirindo maior sensibilidade em relação à qualidade dos produtos e da alimentação;

c) possibilitar a compreensão das relações entre cidade e campo e as ligações existentes entre as áreas econômicas, sociais, culturais e ambientais;

d) contribuir para o desenvolvimento local, reforçando as parcerias entre os atores locais;

e) capacitar os jovens.

Nesses termos, segundo Jolly *et al.* (2004, p. 633) a utilização da propriedade rural como recurso pedagógico no cenário atual constitui-se em importante “[...] fonte de renda para o agricultor, como uma plataforma pedagógica para o ensino e como fonte de identidade para uma população que está cada vez mais distante da agricultura e produção primária.” Na análise de Caffarelli *et al.* (2010), as propriedades rurais representam ferramentas pedagógicas eficazes que favorecem o crescimento da consciência do papel social da agricultura e das áreas rurais e, numa perspectiva de desenvolvimento integrado, contribuem para a valorização dos recursos históricos, arqueológicos e culturais do território, representando, além disso, um meio eficaz de educação ambiental e nutricional a ser utilizado para fins educacionais.

3.6 PROJETOS DE COOPERAÇÃO ENTRE ESCOLAS E PROPRIEDADES RURAIS: EXPERIÊNCIAS ACERCA DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO

As discussões em torno das características do turismo rural pedagógico e da função educativa desempenhada pelas propriedades rurais comprovam o caráter inovador presente nesse tipo de atividade. Trata-se de uma alternativa que além de oportunizar novas experiências aos estudantes, permitindo a construção de novos conhecimentos, também possibilita aos proprietários rurais agregar valor aos produtos e serviços existentes em suas propriedades, valorizando os recursos naturais presentes, bem como os costumes e tradições relacionados ao mundo rural.

Assim, apesar de ser uma atividade recente no cenário brasileiro, no contexto internacional o reconhecimento da importância da prática do turismo rural, no âmbito das propriedades, podem ser evidenciados a partir da análise de uma série de experiências envolvendo projetos de cooperação entre propriedades rurais e escolas de educação básica.

Em países como a França, por exemplo, a presença de inúmeras propriedades rurais pedagógicas no meio rural têm se revelado como uma atividade de caráter exemplar no quadro de um desenvolvimento sustentável. Tal constatação se deve ao fato de que essas atividades contemplam um conjunto significativo de objetivos que vão desde aspectos econômicos (possibilidade de rendas complementares), ecológicos (educação ambiental), patrimoniais, (preservação do

patrimônio histórico e paisagístico), até sociais (intercâmbio entre o urbano e o rural), favorecendo desse modo o reconhecimento do papel do agricultor e, sobretudo, da agricultura no processo de aprendizagem e valorização do meio ambiente (CAFFARELLI *et al.*, 2010).

A compreensão do relevante papel desempenhado pelas propriedades rurais no âmbito da educação também está presente na Noruega, um país localizado no norte da Europa e que desde 1995 vem desenvolvendo projetos de cooperação entre escolas e propriedades rurais, por meio da assistência da Universidade Norueguesa de Ciências da Vida (UMB). A proposta inicial denominada de *Living School*, contemplou um conjunto de oito escolas e oito propriedades rurais e tinha como principal objetivo a promoção de situações pedagógicas que permitissem aos alunos experiências de conexão ao seu meio natural, a partir de um trabalho contínuo desenvolvido junto às propriedades rurais (JOLLY *et al.*, 2004).

Segundo Jolly *et al.* (2004), o governo norueguês na época, especialmente por meio do Ministério da Educação e do Ministério da Agricultura, concedeu o valor equivalente a um milhão de euros para o respectivo projeto, aspecto muito apreciado pelas autoridades escolares locais. Nesse período estavam em processo de reformulação do seu currículo escolar e a proposta contemplava justamente a promoção de atividades práticas que pudessem ser desenvolvidas fora da sala de aula. Os resultados obtidos com tal experiência têm sido promissores, tornando-se uma referência para outros países que almejam realizar trabalho semelhante.

Em face disso, novos termos foram emergindo nesse país, ampliando assim o leque de possibilidades e potencialidades relacionadas às atividades desenvolvidas nas propriedades. Como exemplo, cita-se o termo *Green Care* que compreende a utilização das propriedades rurais como recurso para a promoção da saúde e cuidado social, cujo quadro de atividades está voltado para um público amplamente diversificado, contemplando desde creches e projetos escolares até grupos de alunos com necessidades especiais, pacientes psiquiátricos e idosos com problemas de insanidade. A expansão desse tipo de atividade pode ser vislumbrado por meio de um estudo realizado nos anos de 2003-2004, pelo Centro de Investigação Rural da Noruega, que identificou a existência de cerca de 500 propriedades rurais que oferecem serviços de *green care* (HAUGAN *et al.*, 2006).

Outra experiência semelhante envolvendo a realização de atividades pedagógicas no âmbito das propriedades rurais está sendo desenvolvida na

Finlândia, tendo como inspiração o projeto da vizinha Noruega. Lançado no ano de 2008, o projeto *School Goes to the Farm* caracteriza-se como um modelo de ação que tem como principal objetivo a promoção de uma educação para o desenvolvimento sustentável, por meio da interação entre sociedade e escola local e da valorização das áreas rurais e da agricultura (RISKU-NORJA; KORPELA, 2009).

O projeto piloto envolveu nove grupos de alunos (com idade entre 10 e 13 anos) com seus professores provenientes de oito escolas e um grupo de propriedades rurais locais de agricultura familiar, cujos programas foram realizados através de um planejamento conjunto entre os professores e os agricultores. As experiências mostram que o projeto é uma possibilidade interessante tanto para as escolas como para as propriedades rurais e atende as necessidades de uma aprendizagem experiencial, compreensiva e contextualizada. Confirmou-se, ainda, que quando a educação está conectada ao ambiente e à comunidade local, o significado do que é aprendido ganha outra proporção e os alunos têm a possibilidade de aplicar o que aprenderam na prática. Compreende uma educação contextualizada e incrementada com emoções, experiências pessoais e atividades coletivas (RISKU-NORJA; KORPELA, 2009).

Na Holanda, as propriedades rurais pedagógicas também vêm se expandindo rapidamente. De acordo com Schuler (2010), existem cerca de 8.000 agricultores que vêm abrindo suas propriedades para grupos escolares, com o intuito de mostrar-lhes os sistemas de produção ou deixá-los participar das atividades agrícolas diárias. Muitos destes programas são projetados para grupos que visitam as propriedades somente uma vez, como uma espécie de viagem de um dia. Nessas visitas, os alunos conhecem os espaços das propriedades e tem a oportunidade de interagir com o proprietário e sua família e com os animais existentes no local, além de conhecer a produção de alimentos e/ou criação de animais. O objetivo consiste em fornecer conhecimentos e experiências práticas para as crianças e adolescentes, no que diz respeito ao que ocorre no âmbito da propriedade rural.

Ainda no cenário europeu, destacam-se as experiências da Itália. De acordo com Napoli (2006), no ano de 2000 foram averiguadas 273 quintas pedagógicas, destacando-se a região de Emilia-Romagna, que na época já contava com 115 propriedades rurais envolvidas com atividades de caráter pedagógico. Os objetivos dos projetos desenvolvidos nesta região visam, sobretudo, reforçar a identidade local e promover a valorização dos produtos alimentícios típicos e as explorações

agrícolas, favorecendo uma maior conscientização da função social desempenhada pela agricultura e também pelos espaços rurais.

A presença significativa desse tipo de propriedade no cenário italiano favoreceu a criação de importantes documentos voltados para a sua regulamentação e legitimação. É o caso, por exemplo, do acordo firmado em 2001, que foi assinado em Roma entre a Confederação Italiana dos Agricultores (CIA) e o Ministério da Educação da Itália, visando o desenvolvimento de um projeto denominado “Escolas na propriedade rural” com o propósito de trazer as crianças e jovens para o mundo agrícola, favorecendo o conhecimento da sua história, suas tradições culturais e suas múltiplas funções (FRANCO; SENNI, 2005).

Nesse acordo, determinou-se um conjunto de deveres e princípios a serem assumidos pela Confederação Italiana dos Agricultores (CIA), quais sejam, a organização de uma rede nacional de “Escolas na propriedade rural”, a elaboração de uma carta de qualidade, o desenvolvimento de cursos de formação para os agricultores, preparação dos materiais didáticos, além de fornecer às escolas uma oferta formativa eficaz, evidenciando assim, o importante papel assumido pela agricultura no processo educativo das crianças (FRANCO; SENNI, 2005).

Visando estabelecer parâmetros de qualidade que favorecessem práticas adequadas nas propriedades rurais pedagógicas, muitas regiões italianas passaram a adotar as denominadas *cartas de qualidade*, dentre elas a região de Emilia Romagna, Vêneto, Piemonte, Lombardia, Abruzzo e Sardenha. Embora apresentem suas especificidades, de um modo geral, estas cartas contemplam um conjunto de regulamentos e normas semelhantes e que estão relacionadas aos aspectos de segurança e higiene, características estruturais e de produção da propriedade, a formação de competências dos agricultores empreendedores, recepção e proposta didática, bem como a organização e a logística (BAMBI *et al.*, 2009).

A valorização da função educativa desempenhada pela agricultura e pelos espaços rurais também está presente em países como Estados Unidos e Japão. Nos EUA, vários avanços foram feitos na última década, no sentido de incentivar o reconhecimento das propriedades rurais enquanto recurso a ser utilizado pelas escolas americanas, sobretudo para a promoção da educação alimentar e nutricional. Conforme estimativas, no ano de 2006 existiam cerca de 950 propriedades rurais envolvidas em programas escolares, espalhadas em mais de 35 estados americanos, e os números possivelmente aumentaram desde então. O

principal argumento dos programas, envolvendo propriedades rurais e escolas, consiste no fato de que tais atividades apresentam um potencial na solução de dois desafios comuns à sociedade atual, quais sejam, as preocupações relacionadas à saúde e dieta infantil e ao desaparecimento das pequenas propriedades (JOSHI *et al.*, 2006).

Destaca-se, nesse cenário, o estado da Pensilvânia, que desde 2006 vem desenvolvendo um programa de cooperação entre escolas e propriedades rurais, focado em uma abordagem holística relacionada à nutrição e educação agrícola, visando desenvolver entre os alunos do jardim de infância hábitos saudáveis através de uma alimentação mais nutritiva, e com alimentos locais. O pilar de sustentação dessas atividades concentra-se, portanto, na preocupação com aspectos relacionados à obesidade infantil e diabetes e a promoção de um estilo de vida mais saudável e sustentável (HINRICHS *et al.*, 2008).

No Japão, por sua vez, a proposta situa-se na realização de um programa pedagógico envolvendo um grupo de agricultores, donos de propriedades leiteiras, que oferecem serviços de caráter educativo aos visitantes, em especial às crianças e jovens das escolas locais. O projeto vem sendo desenvolvido desde 2000, produzindo efeitos positivos em termos de aprendizagem tanto para os visitantes quanto para os próprios agricultores, ao passo que estes têm a oportunidade de descobrir novas possibilidades para a agricultura (OHE, 2009).

Em 2003, já havia 167 propriedades rurais caracterizadas como propriedades leiteiras de ensino, que corresponde a 0,5% das explorações leiteiras existentes no país e o número vem crescendo anualmente. Para se inserir no programa, os proprietários interessados devem participar de um seminário de formação e os locais devem, dentre outros aspectos, possuir instalações adequadas que possam atender aos visitantes; preparar kits médicos de emergência; estar situado perto de instituições médicas; seguir as normas de segurança e higiene e possuir seguro contra danos pessoais e/ou materiais (OHE, 2009).

Para além dessas experiências, também foram encontrados estudos identificando a existência de propriedades rurais pedagógicas em Portugal em alguns países da América do Sul, como o Chile. O primeiro caso compreende uma pesquisa realizada por Campos (2010) em Portugal e teve como propósito desenvolver um plano de requalificação sustentável da propriedade rural Quinta Castanheiro da Areia. De acordo com os autores, existem diversas propriedades

rurais pedagógicas espalhadas pelo território português. No estudo em questão, foram apontadas nove propriedades rurais pedagógicas com características distintas e com um rol de atividades que contemplam desde a agricultura biológica, a produção de vinho, pomar, animais, ciclo do pão, passeios de carroça, nascentes até jogos didáticos, atividades desportivas e ateliers.

Com base nessa análise, constatou-se que a principal missão das propriedades rurais pedagógicas consiste em desenvolver os conteúdos pedagógicos em meio rural, através de vivências rurais e ecológicas e tendo como objetivos específicos:

[...] a prática da agricultura, pecuária; incentivar o convívio e a partilha de experiências e saberes intergeracionais; (re) viver tradições rurais de norte a sul do país, comemorar festividades do calendário rural, (re) contar-se histórias e (re) criar espaços de imaginação e criatividade; representar um recurso pedagógico que pode contribuir para a melhoria da saúde e da nutrição através da aprendizagem da experiência directa; e a sua interação, integração e inclusão social de crianças, jovens e adultos (CAMPOS, 2010, p. 36).

É importante ressaltar que apesar de apresentarem características e propósitos semelhantes, as propriedades rurais pedagógicas de Portugal não estão vinculadas a um projeto específico, tal como pode ser verificado em países como a Noruega, a Finlândia e a Itália. Em Portugal, as propriedades pedagógicas atuam de forma mais individual e isolada, sem o estabelecimento de parcerias e participação em projetos de cooperação com as escolas. O público é diverso e abrange desde grupos escolares até adultos.

Outro exemplo similar ao caso de Portugal encontra-se no Chile. Um estudo elaborado por Leal, no ano de 2002, já apontava a existência de um conjunto crescente de propriedades rurais pedagógicas, localizadas principalmente próximas a região metropolitana da capital chilena. Na análise elaborada pela pesquisadora, constatou-se que as propriedades rurais educativas espalhadas pelo território chileno apresentam estruturas e serviços muito similares, com a presença de espaços comuns, como áreas com animais e hortas.

São propriedades direcionadas ao mercado e especializadas em realizar atividades que favoreçam o conhecimento do meio rural e da vida rural, tais como o contato e cuidados dos animais, o cultivo nas hortas, a transformação de alguns produtos como pães e conservas. Paralelamente a isso, os grupos de visitantes

também podem participar de atividades de expressão e animação desenvolvidas nos espaços das propriedades (LEAL, 2002).

Conforme foi possível constatar, a prática do TRP desenvolvida no âmbito das propriedades rurais constitui uma atividade já reconhecida em vários países e que vem se expandindo a cada ano, principalmente no cenário europeu. Em decorrência disso, a sociedade passa a reconhecer que a agricultura e os espaços rurais desempenham múltiplas funções, abrangendo desde a segurança alimentar e preservação ambiental até a valorização da cultura rural e o reconhecimento da função educativa das propriedades rurais, que passam a ser vislumbradas como verdadeiros laboratórios de aprendizagem ao ar livre, um recurso eficaz para as escolas no processo de aprendizagem das crianças.

Nos capítulos seguintes, analisam-se duas experiências em desenvolvimento no Brasil e que evidenciam as características expressas por essa atividade na perspectiva da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais.

4 O PROCESSO DA PESQUISA: CAMINHOS PERCORRIDOS

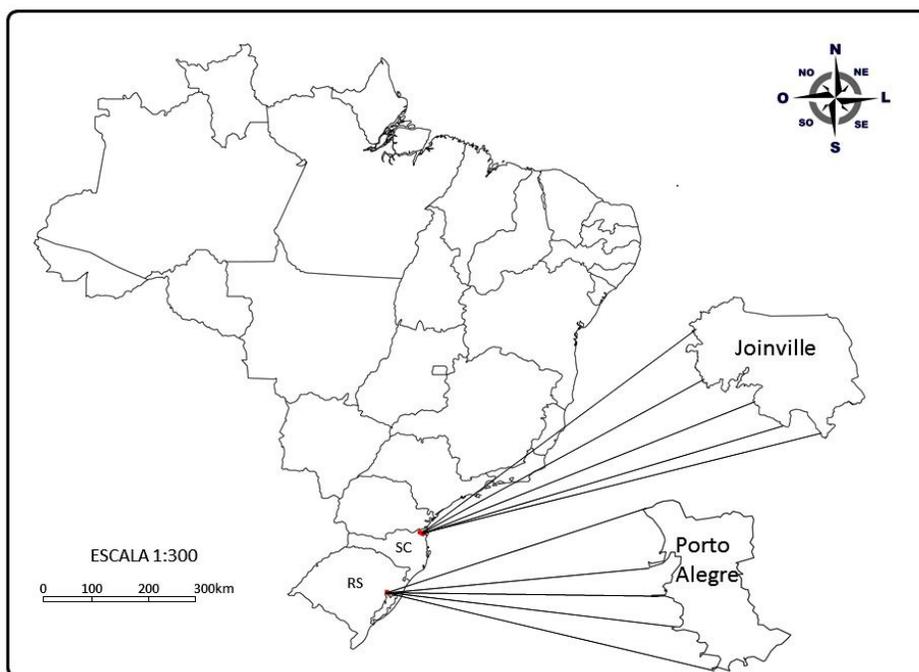
Esta sessão dedica-se à descrição minuciosa dos métodos e técnicas a serem utilizadas na realização da pesquisa, bem como do tipo de abordagem seguida e os instrumentos adotados na posterior análise e interpretação dos dados. Antes, porém, de apresentar tais aspectos, é necessário, inicialmente, conhecer o contexto em que a pesquisa foi desenvolvida.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS DUAS EXPERIÊNCIAS PESQUISADAS

Neste item, são descritos as duas iniciativas de turismo rural pedagógico que foram eleitas como universo de pesquisa. São elas, Caminhos Rurais de Porto Alegre e o Projeto Viva Ciranda. Essas experiências localizam-se respectivamente nos municípios de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) e Joinville (Santa Catarina), como pode ser verificado na Figura 1.

Figura 1 – Localização dos municípios de Porto Alegre-RS e Joinville –SC

Localização dos municípios de Porto Alegre-RS e Joinville-SC



Fonte: elaborado por Fábio Soares Pires tendo como fonte a base cartográfica do IBGE.

4.1.1 O Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre

O Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre compreende uma proposta de turismo rural desenvolvida nas áreas rurais da zona sul do município de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. O município está situado a leste do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), no extremo sul do Brasil e possui cerca de 1.409.351 habitantes (IBGE, 2010).

Com uma extensão territorial de 497 km², a capital dos gaúchos é considerada atualmente a segunda capital brasileira com maior área rural, com aproximadamente 30% do seu território definido como espaço rural, caracterizado como rururbano¹¹ que diz respeito à presença de uma conformação onde o rural e o urbano se misturam, com predominância de ocupação rarefeita¹². Logo, quanto mais ao sul do município, maior é a predominância de áreas com características essencialmente rurais, onde a produção primária, representada pelas atividades agrícolas e pecuárias, constitui a principal atividade econômica, seguida das atividades terciárias, que têm como base a prestação de serviços (PORTO, 2011).

De acordo com Ribeiro (2010), a área rural do município, que no final do século XIX era ocupada por estâncias, atualmente caracteriza-se por uma expressiva agricultura familiar e agroecológica, representada por pequenas propriedades e sítios familiares com produção de frutas, hortaliças, flores e criação de animais, tais como ovelhas, equinos, peixes, suínos, bovinos, búfalos e avestruzes.

Nesse sentido, segundo Souza e Elesbão (2008), os estabelecimentos rurais situados nessa região de Porto Alegre encontram-se divididos em três tipos: produção para comercialização, moradia e/ou subsistência e, também, sítios de lazer. Tais aspectos, associados às belezas naturais, culturais e históricas presentes nas construções, nos costumes e tradições preservadas, passaram a despertar a atenção de entidades e grupos interessados em divulgar este cenário que até pouco

¹¹ O termo rururbano “[...] compreende áreas com características mistas de ocupação, mesclando atividades de agropecuária e da agroindústria com atividades urbanas.” (RIBEIRO, 2010, p. 344).

¹² O termo *área de ocupação rarefeita* (AOR) foi adotado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), Lei Complementar nº 434/1999, e refere-se à parte da cidade onde deve haver baixíssima densificação e um maior cuidado com a natureza (PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL, 1999).

tempo permanecia *esquecido* e pouco valorizado pelo poder público e pela própria sociedade.

A realização de um diagnóstico do meio rural de Porto Alegre no ano de 1994 já evidenciava a existência dessas riquezas e um significativo potencial a ser explorado, por meio de serviços e atividades voltadas para o lazer e o turismo, com necessidade de formulação e implementação de políticas públicas específicas que pudessem contribuir para a ordenação do uso dos espaços rurais (PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL, 1994).

O reconhecimento acerca do potencial turístico presente nessa parte de Porto Alegre, evidenciado pelo diagnóstico realizado favoreceu o surgimento de novas iniciativas nos anos posteriores. A respeito disso, Porto (2011) aponta dois marcos importantes no final da década de 1990 que favoreceram a promoção e valorização do turismo no contexto das políticas públicas. O primeiro refere-se à constituição do Orçamento Participativo (OP)¹³ em unidades temáticas, que uniu a discussão do turismo à cidade como um todo; e o segundo diz respeito à criação do Escritório Municipal de Turismo, que possibilitou ao turismo um novo tratamento, passando a ser visualizado como uma política pública. Num primeiro momento, as iniciativas desenvolvidas por esse órgão ocorreram em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), que na época era a única instituição a oferecer o curso de turismo em Porto Alegre.

Nesse contexto, no ano de 1999, um grupo de acadêmicos estudantes do curso de Turismo dessa Universidade, com o apoio do Escritório Municipal de Turismo, realizou novas pesquisas envolvendo a atividade turística desenvolvida na zona sul de Porto Alegre (RODRIGUES, 2011). A realização dessas pesquisas foi de suma importância para a elaboração dos primeiros roteiros turísticos nas áreas rurais da zona sul de Porto Alegre, com a divulgação de suas belezas naturais e históricas.

Nos anos seguintes, as iniciativas continuaram, porém sem um roteiro formalizado. Somente no ano de 2005, a Secretaria Municipal do Turismo de Porto Alegre, em parceria com a Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e o Serviço Nacional de

¹³ O Orçamento Participativo (OP) compreende “[...] um mecanismo governamental de democracia participativa que permite ao cidadão influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o investimento da Prefeitura Municipal, através de processos de participação cidadã [...]” (PORTO, 2011, p. 132).

Aprendizagem Rural (SENAR), no intuito de estimular essas potencialidades, passara; m a auxiliar os agricultores familiares, indicando os melhores locais de suas propriedades que poderiam ser mostrados aos turistas, em virtude da importância cultural ou beleza natural existente.

Nesse mesmo período, realizou-se uma pesquisa nas propriedades localizadas na zona rural de Porto Alegre, selecionando aquelas que apresentavam alguma prática rural ou o interesse em desenvolver atividades turísticas. A partir da identificação dessas propriedades interessadas na realização da atividade do turismo rural, foi criado, então, o roteiro turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre (SOUZA; ELESBÃO, 2009).

Em 2007 o roteiro foi ampliado (inicialmente abrangia 30 empreendimentos) e passou a contar com 42 atrativos turísticos. No ano seguinte com a aprovação junto ao Ministério do Turismo (MTur), do projeto de apoio a iniciativas de turismo de base comunitária, elaborado pela Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico (COODESTUR), em parceria com a Associação Porto Alegre Rural (POARURAL)¹⁴ e apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), possibilitou a reorganização do roteiro Caminhos Rurais, com a produção de um novo diagnóstico e de material promocional, assim como oferecimento de cursos de capacitação e de consultoria para as propriedades. No ano de 2010, o projeto foi ampliado, recebendo verba de valor significativo para ser investido na divulgação e promoção do roteiro e na qualificação dos empreendedores¹⁵.

O primeiro projeto elaborado em 2008 teve como propósito elaborar ações de apoio voltadas para a produção integrada ao turismo, a qualificação profissional, o planejamento estratégico e organização comunitária, bem como, a promoção, comercialização e iniciativas de fomento às práticas de economia solidária (COODESTUR, 2008). Assim, dentre as ações previstas destacam-se:

¹⁴ A Associação foi criada em 2006 com o objetivo de promover a “integração entre os espaços rural e urbano, através da troca de experiências, ao possibilitar o convívio dos visitantes com os empreendedores de turismo rural, promovendo o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas rurais e dos atrativos da região, em harmonia entre a comunidade rural e o meio ambiente”, conforme estabelecido no artigo 4 do seu Estatuto Social. (CAMINHOS RURAIS PORTO ALEGRE, RS, [2011?]).

¹⁵ Informações concedidas pela atual presidente da Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico (COODESTUR), senhorita Aline Moraes Cunha, em entrevista realizada no mês de outubro de 2011. Conforme a mesma, o primeiro recurso financeiro liberado pelo MTur (2008-2009) foi de R\$ 147.560,00 (cento e quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais) e o segundo financiamento concernente ao período de 2010-2012, compreendeu um valor total de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais).

a) a realização de um diagnóstico e prognóstico dos empreendimentos integrantes dos Caminhos Rurais;

b) promoção do roteiro, por meio da criação e confecção de material institucional;

c) reestruturação do portal¹⁶ do projeto com um novo *layout*, novos conteúdos, informativos, fotos e notícias relacionadas à área rural e ao turismo e meio ambiente de Porto Alegre (COODESTUR, 2008).

Já o segundo projeto, aprovado em 2010, centrou-se em duas metas principais: a primeira, relacionada à questão da estruturação, promoção e ampliação da oferta turística nos Caminhos Rurais, contemplando ações diversas, dentre as quais, citam-se a elaboração de um novo mapa turístico do roteiro; a realização de pesquisa de demanda turística; o desenvolvimento de um plano de marketing voltado para o direcionamento dos Caminhos Rurais do mercado turístico, no âmbito regional e nacional; a promoção do roteiro, com a confecção de materiais promocionais; realização de estudo da capacidade de carga nos empreendimentos que integram a Associação POA RURAL e os Caminhos Rurais.

A segunda meta abrange a qualificação associativa, a diversificação da oferta e a estruturação dos produtos e empreendimentos turísticos. Neste grupo, as ações desenvolvidas abrangeram uma visita técnica para conhecer o roteiro “Acolhida na Colônia”, no município de Santa Rosa de Lima/SC, visando o reconhecimento e avaliação de serviços e equipamentos relacionados ao turismo rural de base comunitária existente em outro contexto, bem como qualificação dos produtos e serviços dos proprietários associados da POA Rural, comunidade e demais empreendedores do roteiro Caminhos Rurais. A proposta contemplou ainda, a realização de oficinas temáticas distintas como inovação de atividades, associativismo, rede de cooperação, turismo e segmento (COODESTUR, 2010).

Após a realização do diagnóstico nos Caminhos Rurais em 2008, a COODESTUR propôs uma nova estrutura de segmentos, tendo como referência os tipos de atividades desenvolvidas nas propriedades rurais inseridas no roteiro. A nova estrutura contemplou cinco segmentos diversos, que se subdividem em áreas temáticas: ecoturismo (turismo de observação da fauna e flora local), turismo rural (turismo agroecológico, turismo de flores e plantas ornamentais e turismo equestre),

¹⁶ Para consulta, Cf. Caminhos Rurais Porto Alegre, RS ([2011?]).

turismo cultural (turismo religioso e esotérico e o enoturismo), serviços e equipamentos (alimentação, eventos, hospedagem, etc.) e turismo de estudos e intercâmbio (turismo científico e turismo de vivências e pedagógico)¹⁷.

A identificação de vários segmentos presentes no roteiro Caminhos Rurais é uma evidência clara de que a atividade turística praticada na zona rural de Porto Alegre compreende o denominado turismo no espaço rural, representado por um conjunto diversificado de atividades que podem ou não estar relacionada à agricultura. Segundo Rodrigues (2011), os 31 empreendimentos que atualmente fazem parte dos Caminhos Rurais encontram-se distribuídos em onze bairros¹⁸ localizados na zona sul, oferecendo desde opções de lazer, gastronomia e hospedagem até experiências relacionadas à rotina de vida rural.

Nesse quadro, encontram-se as propriedades que também desenvolvem atividades de caráter educativo, voltadas especificamente para o público escolar¹⁹ e que, por apresentarem tais características, são foco de análise da pesquisa ora apresentada. São elas: Sítio do Tio Juca, Sítio dos Herdeiros, Sítio do Mato, Sítio Recanto das Pedras e Granja Santantonio.

Nesse contexto, torna-se importante destacar que, embora nos últimos anos os Caminhos Rurais de Porto Alegre tem recebido um significativo apoio em termos de divulgação e promoção do roteiro, decorrente do projeto de fomento a iniciativas de turismo de base comunitária, aprovado pelo Ministério do Turismo, as propriedades rurais que desenvolvem atividades voltadas para grupos escolares, não tiveram muitas orientações acerca da prática do turismo rural pedagógico e na elaboração das atividades de caráter educativo.

Logo, todas as iniciativas relacionadas especificamente à prática do turismo rural pedagógico ocorreram por interesse dos próprios proprietários sem apoio

¹⁷ A estruturação contendo cada segmento pode ser conferida em Caminhos Rurais Porto Alegre, RS ([2011?]).

¹⁸ Os bairros que fazem parte do projeto Caminhos Rurais de Porto Alegre são: Belém Novo, Belém Velho, Campo Novo, Cascata, Hípica, Ipanema, Lajeado, Lami, Lomba do Pinheiro, Restinga e Vila Nova.

¹⁹ Conforme os dados divulgados no Censo Escolar de 2011, o município de Porto Alegre possui 41.607 crianças matriculadas na Educação Infantil, sendo 2.940 em escolas estaduais, 125 em escolas federais, 4.557 em escolas municipais e 32.945 em escolas particulares. No ensino fundamental, da 1^a a 4^a série, existem 93.205 alunos matriculados (52.662 em escolas estaduais, 94 em escolas federais, 20.204 em escolas municipais e 20.245 em escolas particulares) e nas séries finais, da 5^a a 8^a série, o número aumenta para 84.380 alunos matriculados (47.887 em escolas estaduais, 855 em escolas federais, 16.420 em escolas municipais e 19.218 em escolas particulares) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), 2011).

externo das entidades envolvidas no projeto de fomento do Roteiro Caminhos Rurais. Somente em 2011 se passou a pensar na importância dessa atividade no âmbito do turismo rural praticado nos Caminhos Rurais de Porto Alegre, sendo inserido como uma das temáticas a ser trabalhada nas oficinas desenvolvidas. Segundo Cunha, atual presidente da COODESTUR, a inserção desse tema na pauta das discussões surgiu a partir da pesquisa de demanda turística para Porto Alegre e Caminhos Rurais, realizada no ano de 2009. A realização da oficina²⁰ sobre turismo rural pedagógico aconteceu no mês de novembro de 2011 e contemplou questões relacionadas ao desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas nas propriedades rurais, contemplando uma parte teórica e outra com atividades práticas.

4.1.2 O Projeto Viva Ciranda

O Projeto Viva Ciranda²¹ compreende uma proposta de turismo pedagógico que está sendo desenvolvida no município de Joinville, situado na região nordeste do Estado de Santa Catarina (Figura 1), ao sul do Brasil. O município abrange uma área total de 1.147 km², com uma população de 515.220 mil habitantes (IBGE, 2010).

Considerado o maior município catarinense, responsável por cerca de 20% das exportações no Estado, Joinville foi oficialmente fundado em 1851 por imigrantes alemães. Atualmente, a cidade concentra grande parte de suas atividades econômicas na indústria, assumindo o posto de terceiro polo industrial da Região Sul, com destaque para os setores metal-mecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e, também, farmacêutico (FUNDAÇÃO IPPUJ, 2011).

A geografia da região é outro aspecto que se destaca. Além de estar interligada ao Oceano Atlântico através da Baía de Batitonga, Joinville possui uma cadeia de montanhas que apresenta uma densa cobertura de Mata Atlântica, compondo uma barreira natural que propicia um clima ameno e chuvas durante o

²⁰ A oficina intitulada “Atividades para brincar e aprender no meio rural” foi realizada no dia 10 de novembro de 2011, com duração de seis horas, tendo como ministrante Juliane Magagnin da Soler, turismóloga e bacharel em geografia.

²¹ Por ser um projeto muito recente, não foram identificados matérias ou pesquisas que pudessem constituir conhecimento sistematizado sobre essa iniciativa. Logo, todas as informações relacionadas especificamente ao projeto Viva Ciranda foram obtidas por meio de entrevista não-estruturada realizada com o coordenador do projeto, Vinícius Boneli Vieira, e com a Assessora Técnica Thaise Costa Guzzatti.

ano inteiro (MAIA, 2005). Para além dessa geografia rica e diversificada, Joinville também apresenta um valoroso patrimônio cultural, evidenciado em sua arquitetura e gastronomia típica.

Esse conjunto de aspectos favoreceu, por conseguinte, o desenvolvimento de outro setor da economia joinvilense, qual seja, o da atividade turística, com destaque para o turismo de negócios, o turismo de eventos, turismo industrial e, também, o turismo rural (ROMÃO, 2003).

As primeiras experiências envolvendo essa modalidade do turismo ocorreram ainda a partir de 1992, na Estrada Bonita, situada ao norte de Joinville. Posteriormente, no ano de 1995, foi fundada a Associação de Moradores da região da Dona Francisca, cuja principal preocupação girava em torno das questões ambientais, sobretudo em relação à água potável e saneamento básico na região rural. Uma década mais tarde, em 2005, diversos atores envolvidos com o processo de planejamento municipal reuniram-se para elaborar planos de ação estratégicos envolvendo várias áreas do município e nesse contexto, criou-se a Associação de Turismo Eco-Rural (BORGES, 2009).

Nesse cenário, a partir de 2006, o denominado turismo eco-rural começou a ser incorporado às propriedades localizadas nas regiões de Piraí, Dona Francisca, Quiriri e Estrada Bonita. A utilização do termo *eco-rural* está associada ao fato de, nestas regiões, haver uma significativa concentração de propriedades produtivas e propriedades que possuem opções de lazer, ecoturismo e turismo de aventura. Nesses locais, é possível encontrar desde opções gastronômicas típicas, pesque-pagues, parques aquáticos e trilhas ecológicas até a possibilidade de conhecer de perto o processo de fabricação de melado, farinha de mandioca, cachaça e outros produtos produzidos pelas próprias famílias em suas propriedades (FUNDAÇÃO IPPUJ, 2011).

As iniciativas em prol do desenvolvimento do turismo na região se devem, em grande parte, à atuação da Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville (PROMOTUR) (ROMÃO, 2003). Uma das últimas iniciativas da PROMOTUR refere-se à criação do projeto Viva Ciranda, uma proposta de turismo rural pedagógico envolvendo um grupo de proprietários rurais e escolas do município.

Oficialmente inaugurado em março de 2011, o projeto começou a ser idealizado ainda em 2010 por uma equipe de profissionais da PROMOTUR que,

percebendo o cenário favorável existente na região, não somente em relação aos atrativos naturais e culturais, mas, sobretudo, pelo público potencial presente²², decidiu investir e elaborar uma proposta envolvendo propriedades rurais e escolas.

Assim, no ano de 2010, o projeto que recebeu o nome de Viva Ciranda começou a ser idealizado e estruturado em etapas. A primeira dessas etapas consistiu na seleção das propriedades. Como a referida equipe já possuía um conhecimento aprofundado das áreas rurais do município de Joinville, foi diretamente às propriedades que apresentavam potencial ou que já tinham alguma experiência de turismo rural pedagógico que não precisariam de investimentos suntuosos e cujos proprietários tivessem interesse em inserir-se no projeto. Nesse sentido, visando elaborar um roteiro que não suscitasse competitividade, e no qual cada um tivesse seu foco, mapeou-se tais propriedades, buscando elencar diferentes atividades.

A segunda etapa compreendeu a realização do diagnóstico das propriedades, objetivando conhecer as características físicas e estruturais das mesmas e o perfil dos proprietários. Pretendeu-se ainda, apresentar e explicar o projeto para estas famílias, buscando despertar o interesse e motivá-las, a participar de um teste-piloto. Algumas aceitaram o desafio, outras por não apresentarem uma estrutura segura e adequada no momento e, a partir desse grupo de interessados e com potencial e estruturas adequadas, formou-se um roteiro com seis propriedades, divididas em temas-chave: água e meio ambiente, flores, pequenos animais, cavalos, produção de mel e melado.

Na terceira etapa, uma pedagoga foi contratada para assessorar os proprietários. Para isso, a profissional visitou as propriedades, conversou com os agricultores e, a partir dos recursos identificados em cada uma delas, preparou entre duas e três atividades para serem desenvolvidas nesses locais. Feito isso, conseguiu-se então estabelecer uma parceria com a Secretaria da Educação do município, que disponibilizou um ônibus e selecionou uma escola para a realização do teste-piloto no segundo semestre de 2010.

²² De acordo com os dados do Censo Escolar de 2011, o município de Joinville possui 20.357 crianças matriculadas na Educação Infantil, sendo 10.908 em escolas municipais e 9.449 em escolas particulares. No ensino fundamental da 1^a a 4^a série, existem 36.844 alunos matriculados (7.279 em escolas estaduais, 25.068 em escolas municipais e 4.497 em escolas particulares). Já nas séries finais do ensino fundamental, da 5^a a 8^a série, há 32.024 alunos matriculados (7.649 em escolas estaduais, 20.611 em escolas municipais e 3.794 em escolas particulares) (INEP, 2011).

Com esse teste, foram geradas fotos e materiais para a elaboração de uma cartilha, visando a elaboração de uma proposta maior, a qual foi apresentada ao Ministério do Turismo em Brasília, mais precisamente em dezembro de 2010, e cuja aprovação ocorreu no mesmo mês. O referido órgão governamental disponibilizou 168 mil reais para a execução do projeto, o que permitiu subsidiar 55 visitas as propriedades, bem como a confecção do material de divulgação e o oferecimento de treinamentos. Os cursos de capacitação foram estruturados em quatro oficinas: uma direcionada para a organização da propriedade, duas com enfoque nos recursos naturais e meio ambiente e a última direcionada às atividades lúdicas e pedagógicas a serem desenvolvidas na propriedade.

Nas capacitações propostas, foram realizadas ainda duas visitas técnicas, sendo uma para a cidade de Urubici, localizada na Serra Catarinense, onde o grupo teve a oportunidade de conhecer um conjunto de propriedades de turismo rural, estruturadas e organizadas de forma adequada. A segunda visita técnica compreendeu uma viagem para a França com o objetivo de fazer que os agricultores tivessem uma vivência fora do seu ambiente habitual, buscando com isso motivá-los e, também, apresentar experiências bem sucedidas de turismo rural pedagógico. Assim, dos seis proprietários, três foram contemplados com a viagem (senhor Acácio, senhor Ango e Dona Ilse), em virtude de serem os únicos que possuíam a Declaração de Aptidão ao PRONAF²³, uma das exigências do Ministério do Turismo para ser contemplado.

Todas as atividades desenvolvidas são acompanhadas por uma pedagoga efetiva, que foi cedida pela Secretaria da Educação para trabalhar exclusivamente no projeto. Suas funções envolvem:

- a) o auxílio na realização do diagnóstico das propriedades rurais, analisando as possibilidades de atividades pedagógicas que poderiam ser desenvolvidas no local durante a visita dos grupos de escolares;
- b) a orientação e motivação da equipe de docentes das escolas, assumindo o papel de mediadora entre as escolas e os proprietários rurais, oportunizando aos professores e aos agricultores, orientações didáticas e pedagógicas;

²³ Instrumento que identifica os agricultores aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

- c) acompanhamento das visitas nas propriedades, dando suporte as ações do professor e do proprietário, vindo a complementar as explicações apresentadas aos alunos;
- d) elaboração de atividades e jogos pedagógicos para os agricultores/proprietários rurais aplicarem com os grupos de alunos visitantes;
- e) visitação às escolas e acompanhamento do desenvolvimento das atividades concernentes aos temas abordados durante as visitas;
- f) divulgação das ações do Projeto junto às demais escolas da rede do município, sejam elas municipais, estaduais ou privadas;
- g) realização de relatório das visitas, entre outros²⁴.

Referente às visitas subsidiadas, 48 contemplavam as seis propriedades do projeto e sete seriam realizadas nas *novas* propriedades que serão inseridas na proposta no ano de 2012. Para tal, foram selecionadas quatro escolas municipais²⁵ localizadas em regiões com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município de Joinville. Cada escola foi contemplada com doze visitas, que foram realizadas durante o ano de 2011 nas seis propriedades inseridas no projeto, com turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Para 2012, a proposta é ampliar o projeto, incluindo outras seis propriedades²⁶, visando com isso expandir a demanda, atraindo públicos de outras cidades e estados.

Outra questão a ser ressaltada quanto ao projeto Viva Ciranda refere-se às iniciativas desenvolvidas pela PROMOTUR com o intuito de integrar diferentes esferas sociais do município. Uma dessas iniciativas compreende a parceria estabelecida com o curso de Pedagogia da Universidade da Região de Joinville-UNIVILLE, envolvendo as alunas da disciplina de “Estágio Curricular em Espaços Escolares e Não-Escolares”. A proposta compreende a realização de observações nas propriedades rurais inseridas no Projeto Viva Ciranda, com a elaboração de relatórios das visitas, contempladas ao final com sugestões de atividades pedagógicas para os locais visitados.

A segunda iniciativa da PROMOTUR refere-se à realização de um curso de formação para condutores locais sobre o turismo rural, em parceria com o Ministério

²⁴ Tais informações foram concedidas pela pedagoga do Projeto Viva Ciranda, Anelise Rosa.

²⁵ Escola Municipal Nilson Bender, Escola Municipal Professor Sylvio Sniecikovski, Escola Municipal Nelson de Miranda Coutinho e Escola Municipal Hans Dieter.

²⁶ Dentre as novas propriedades que estão sendo inseridas em 2012 no Projeto Viva Ciranda, citam-se: Recanto dos Araribás, Propriedade da Família Pogan, Rancho Alegre, Propriedade da Família Roos, Recanto das Arrozeiras e Propriedade do senhor Valdir e senhora Dalvina Amaral.

do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Fundação 25 de Julho, voltado para jovens, mais precisamente filhos de agricultores residentes nas comunidades rurais de Joinville.

Ressalte-se que o projeto iniciou em junho de 2011, com carga horária de 80 horas e teve como objetivo capacitar 20 jovens para atuar no setor do turismo rural do município, buscando, além disso, estimular os mesmos a permanecerem no campo, favorecendo-lhes uma fonte de renda complementar e maiores oportunidades para sua inserção no mercado de trabalho. Por fim, cita-se a realização do Seminário de Turismo Pedagógico de Base Comunitária, ação que fazia parte da proposta aprovada pelo Ministério do Turismo em dezembro de 2010 e que foi realizado no mês de outubro de 2011.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Rampazzo (2011), a pesquisa compreende um procedimento sistemático, de caráter reflexivo, controlado e crítico que possibilita desvendar novos fatos ou dados, soluções ou leis relacionadas a qualquer área do conhecimento. Trata-se, pois, de uma atividade que envolve “[...] método, organização, paciência, trabalho e uma boa dose de sensibilidade.” (COTANDA *et al.*, 2008, p. 63).

Nesses termos, a pesquisa científica, segundo Minayo (1993, p.23), pode ser definida como “[...] uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.”

Partindo dessas premissas e visando aproximar ao máximo o objeto de estudo com a realidade investigada, são apresentados a seguir os procedimentos e técnicas utilizados neste estudo, bem como a abordagem metodológica adotada.

A pesquisa em questão apresenta uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A escolha desse tipo de pesquisa justifica-se pelo fato de centrar-se no estudo de um fenômeno social contemporâneo pouco investigado e que necessita de uma compreensão mais aprofundada, que permita a identificação de aspectos que o caracterizem e o tornem mais explícito e acessível para a comunidade científica e a sociedade como um todo.

Na análise de Oliveira (2008), a abordagem qualitativa pode ser definida como um processo de reflexão e análise da realidade por meio do uso de métodos e técnicas, visando obter uma compreensão detalhada do objeto de estudo no seu

contexto histórico ou conforme sua estruturação. Assim, segundo Triviños (1987), têm-se o ambiente natural como fonte direta dos dados e os pesquisadores como as peças-chave no processo de observação, análise e interpretação das informações.

A seguir, os procedimentos técnico-metodológicos que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa são desenvolvidos individualmente.

4.2.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica procura elucidar um problema a partir de referências teóricas publicadas em livros, revistas, entre outros. Assim, qualquer tipo de pesquisa independente da área a qual está vinculada, supõe e requer uma investigação bibliográfica precedente, seja com o intuito de fazer um levantamento da situação acerca do tema, seja para fundamentar teoricamente ou, ainda, para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa (RAMPAZZO, 2011).

Neste estudo, a pesquisa bibliográfica compreendeu, portanto, a leitura e interpretação de capítulo de livros, periódicos, dissertações e artigos disponíveis na internet com a finalidade de construir um embasamento teórico relativo ao tema turismo rural pedagógico, utilizando para isso um quadro diversificado de autores presentes na literatura nacional e internacional. Tal procedimento manteve-se ao longo da pesquisa, dada a sua importância na elaboração e concretização deste trabalho.

4.2.2 Pesquisa documental

Segundo Lakatos e Marconi (1991, p. 174), "[...] a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.". Como fontes primárias, portanto, foram utilizados documentos de arquivos públicos municipais relacionados aos dados estatísticos e informações históricas dos municípios de Porto Alegre e Joinville, além de dados de recenseamento a partir de órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

4.2.3 Entrevista semiestruturada

Constitui uma técnica de pesquisa que contempla um roteiro de perguntas abertas e fechadas, as quais podem ser adaptáveis de acordo com o contexto. Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada possibilita não somente a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão no seu contexto, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador durante todo o processo de coleta das informações. Desse modo, “[...] ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

A utilização dessa técnica pareceu ser a mais adequada na efetivação da pesquisa em questão. As entrevistas foram aplicadas a dois grupos distintos. O primeiro grupo envolveu onze proprietários rurais, donos das propriedades que desenvolvem atividades de turismo rural pedagógico. Deste grupo, seis estão localizados no município de Joinville e contemplam o Projeto Viva Ciranda (Agrícola da Ilha, Propriedade do senhor Ango Kersten, Propriedade da Família Schroeder, Apiário PFAU, Sítio Vale das Nascentes, CTG Chaparral) e cinco situam-se na zona rural do município de Porto Alegre e estão inseridos no Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre (Sítio do Mato, Sítio do Tio Juca, Sítio Recanto das Pedras, Sítio dos Herdeiros e Granja Santantonio).

No roteiro elaborado para os proprietários rurais (apêndice C), constaram questões visando conhecer o perfil de cada um deles, as atividades produtivas desenvolvidas na propriedade e a trajetória em relação ao desenvolvimento de atividades de turismo rural pedagógico, bem como os tipos de recursos naturais e culturais existentes nas propriedades, os quais são utilizados no desenvolvimento das referidas atividades.

O segundo grupo de entrevistados foram os professores responsáveis pelas turmas que visitaram as propriedades nos meses de agosto a novembro de 2011. Inicialmente, a proposta era entrevistar somente os responsáveis pelas turmas que foram acompanhadas pelo entrevistador durante as atividades propostas em cada propriedade rural.

No entanto, no contexto joinvilense, isso acabou não ocorrendo e as

entrevistas contemplaram também professores cujas turmas não tiveram acompanhamento do pesquisador. A decisão de ampliar o quadro de sujeitos entrevistados no município de Joinville teve incentivo por parte dos responsáveis pelo projeto Viva Ciranda e, também, dos professores das escolas integradas à referida proposta.

Na cidade de Porto Alegre, a situação seguiu um rumo um pouco diferente. Como algumas turmas que visitaram as propriedades nos dias observados tiveram acompanhamento de dois professores responsáveis, e que atuavam em disciplinas específicas, surgiu a necessidade de realizar a entrevista com ambos, no sentido de conhecer com maior profundidade as questões trabalhadas em sala de aula e a relação estabelecida com as atividades desenvolvidas nas propriedades. No total, foram entrevistados vinte e dois professores, sendo catorze de Joinville e oito do município de Porto Alegre.

O roteiro elaborado para esse grupo (apêndice D) teve como foco a opinião dos mesmos em relação às atividades desenvolvidas (sistematização, estratégias e recursos utilizados, conteúdos envolvidos e a relação de tais atividades com o processo de aprendizagem de seus alunos) e a interação do proprietário/agricultor com os alunos. Outro aspecto abordado diz respeito aos motivos que levaram esses professores a escolher tais propriedades como destino de visita e a relação dessas atividades práticas com os conteúdos escolares abordados no momento da visita.

Para além desses dois grupos, surgiu a necessidade de realizar uma conversa com os responsáveis pelo Projeto Viva Ciranda e, também, com a presidente da Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico (COODESTUR), entidade proponente e executora do projeto de fomento ao turismo de base comunitária, desenvolvido no Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre. O intuito era conhecer com maior profundidade aspectos relacionados ao projeto/roteiro e que não puderam ser contemplados nas pesquisas bibliográfica e documental.

Por não estarem previstas na proposta metodológica inicial e, sobretudo, por não apresentarem um roteiro pré-estabelecido, estas conversas compreenderam um tipo de entrevista não-estruturada, com questões abertas direcionadas ao projeto/roteiro. Segundo Lakatos e Marconi (1991), esse tipo de entrevista possibilita ao entrevistador maior liberdade para desenvolver cada situação em qualquer

direção que considere ser adequada, além de ser uma maneira de poder explorar mais amplamente uma determinada questão.

Todas as entrevistas foram registradas através do uso de gravador, o que garantiu que as informações fornecidas pelos entrevistados fossem mais bem utilizadas. Segundo Gil (1999), o registro das informações durante a entrevista, por meio de anotações ou do uso de gravador, compreende o único modo de reproduzir com exatidão as respostas coletadas.

Nesse contexto, Queiroz (1991, p. 74) destaca que o uso da técnica de gravação possibilita ao pesquisador a coleta de informações com maior riqueza de detalhes, o que nem sempre é possível com o uso do registro através da escrita, porque, “[...] além de colher aquilo que se encontra explícito no discurso do informante, ela abre portas para o implícito, seja este o subjetivo, o inconsciente coletivo ou o arquetipal.”. Para a autora, os registros gravados, denominados de *informação viva*, resultam diretamente do informante e de suas motivações peculiares, contrariamente aos registros escritos, que acabam sofrendo as determinações feitas pelo pesquisador.

Cabe ressaltar que a utilização dessa técnica foi bem aceita pelos entrevistados, o que de certa forma causou surpresa ao pesquisador, pois havia a preocupação de sentirem-se receosos e inibidos diante do uso de tal recurso.

4.2.4 Observação sistemática não-participante

A utilização da observação em estudos científicos compreende um instrumento de pesquisa eficaz, na medida em que possibilita ao pesquisador verificar a veracidade das informações obtidas por meio de outras técnicas acerca de uma determinada realidade investigada. Segundo Cotanda *et al.* (2008, p. 79), trata-se de uma “[...] estratégia de construção de informações acerca de uma realidade não mediada por materiais documentais ou narrativas orais, como entrevistas, que visa a apreender práticas e comportamentos no momento em que se desenrolam.”.

A observação, portanto, desempenha importante papel nos processos observacionais, exigindo do investigador um contato mais direto com a realidade. Nesse processo, o pesquisador sabe o que procura e o que de fato é importante em determinada situação, devendo, por isso, ser objetivo e capaz de reconhecer

possíveis erros, suprimindo sua influência a respeito do que vê ou recolhe (LAKATOS; MARCONI, 1991).

Quanto à sua natureza, optou-se pela observação sistemática não-participante, em que o pesquisador entra em contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela, assumindo um papel de expectador. Ele presencia o fato, porém não participa dele, não se deixando envolver pelas situações ocorridas (LAKATOS; MARCONI, 1991).

Em face dessas questões, o roteiro (apêndice B) elaborado para a observação sistemática não-participante teve como finalidade descrever e analisar as atividades educativas desenvolvidas nas propriedades rurais pesquisadas, com o propósito de conhecer as estratégias metodológicas adotadas pelos agricultores e os tipos de conhecimentos e saberes práticos evidenciados nestas situações e sua relação com os conteúdos escolares.

4.2.5 A coleta de dados

Conforme descrito, a realização da presente pesquisa envolveu a utilização de um conjunto de procedimentos técnico-metodológicos, visando alcançar com satisfação e exatidão os objetivos propostos. Nesses termos, torna-se importante descrever, mesmo que sucintamente, algumas questões relevantes acerca do processo de coleta de dados.

Os primeiros contatos com os proprietários foram mediados pelos responsáveis do projeto 'Viva Ciranda', de Joinville e pelos representantes da Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico (COODESTUR), entidade responsável pelo projeto de estruturação do roteiro "Caminhos Rurais de Porto Alegre". Esse apoio foi de extrema importância e favoreceu uma aproximação mais imediata junto aos proprietários rurais.

Conseqüentemente, a proposta apresentada ganhou maior credibilidade aos olhos dos entrevistados, que não hesitaram em participar da pesquisa, mostrando-se dispostos a responder os questionamentos propostos. A única implicação identificada durante essa etapa da pesquisa compreendeu o receio inicial dos entrevistados em responder *errado*. Tal aspecto foi minimizado quando se explicou o propósito do estudo, ressaltando que se tratava de uma pesquisa de caráter

científico que tinha como objetivo a descrição e análise das atividades que caracterizam o turismo rural pedagógico, tendo como enfoque a sua adequação enquanto prática educativa a ser desenvolvida em complemento ao ensino escolar.

Em relação às observações realizadas nas propriedades, estas apresentaram uma série de obstáculos, exigindo uma dedicação maior e a ampliação do tempo previsto para a coleta de dados. Dentre os fatores que interferiram no processo está a questão climática (dias chuvosos) e o cancelamento sem antecedência das visitas agendadas a determinadas propriedades por parte das escolas.

Outro fator que dificultou a aplicação dessa técnica refere-se ao curto tempo de permanência de algumas turmas nas propriedades, ocasionadas, principalmente, pelo atraso em relação ao horário da chegada. Em alguns casos, a visita durou não mais que trinta minutos, o que prejudicou o desenvolvimento das atividades propostas pelo proprietário. Em virtude disso, várias questões do roteiro de observação ficaram sem respostas, exigindo o agendamento de uma segunda visita a estes locais.

Por fim, é necessário fazer menção à sazonalidade do turismo rural pedagógico, evidenciada pelas poucas visitas agendadas em cada propriedade no período em que sucedeu a coleta de dados. Em decorrência disso, a realização das observações teve início no mês de setembro de 2011 e término em novembro do mesmo ano. Ainda assim, não foi possível concluir o procedimento metodológico proposto em uma das onze propriedades analisadas. No CTG Chaparral, localizado no município de Joinville, o roteiro de observações não foi realizado por não haver turmas agendadas até a data de conclusão da coleta de dados.

Para além desses aspectos, é importante ressaltar que durante essa etapa da pesquisa, também estivemos envolvidos em dois eventos relacionados ao tema turismo rural pedagógico, cujas discussões em termos de experiências empíricas contemplavam as propriedades rurais do projeto Viva Ciranda e algumas propriedades dos Caminhos Rurais de Porto Alegre.

O primeiro evento compreendeu o 1º Seminário de Turismo Rural Pedagógico do RS, realizado no mês de setembro de 2011, no município de Picada Café/RS. Na ocasião, debateu-se sobre as diferentes interfaces do turismo rural pedagógico, envolvendo dimensões como saúde e nutrição, agricultura familiar e meio ambiente, além dos relatos de experiências envolvendo a prática desse tipo de atividade.

O segundo evento, o Seminário de Turismo Pedagógico de Base Comunitária ocorreu no mês de outubro de 2011 na cidade de Joinvile e teve como foco o projeto Viva Ciranda e o turismo rural pedagógico. Em ambos os casos, foi possível ampliar e aprofundar os conhecimentos acerca do tema desta pesquisa, o que veio a contribuir para a investigação em questão.

4.2.6 Análise e interpretação dos dados

Concluída a etapa referente à coleta de dados, partiu-se então para a análise e interpretação dos mesmos. Segundo Gil:

[...] a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1999, p.168).

Nesse sentido, o primeiro passo nessa fase da pesquisa consistiu na elaboração de um relatório preliminar descrevendo, de maneira minuciosa, as informações levantadas a partir das observações realizadas em cada propriedade. Com o intuito de facilitar a análise, os dados foram agrupados em três eixos norteadores: características das propriedades rurais que desenvolvem atividades de turismo rural pedagógico; as atividades educativas desenvolvidas nestas propriedades; o perfil dos proprietários rurais responsáveis pelo desenvolvimento das atividades educativas.

Em seguida, realizou-se a transcrição das entrevistas feitas com os proprietários rurais que oferecem atividades de turismo rural pedagógico e com os professores responsáveis pelas turmas de alunos que estiveram visitando as propriedades nos dias em que foram realizadas as observações. A utilização do gravador durante a coleta de dados possibilitou uma descrição aprofundada de cada entrevista. Para tanto, ressalva-se que tal etapa foi exaustiva e exigiu esforço e empenho por parte do pesquisador. Além disso, estendeu-se para além do prazo previsto no início da pesquisa.

A sistematização das informações obtidas a partir das entrevistas também foi agrupada em três eixos norteadores análogos aos utilizados no roteiro da observação sistemática não-participante: perfil dos proprietários rurais

empreendedores; a propriedade rural e as atividades produtivas desenvolvidas; as atividades educativas propostas na propriedade.

Posteriormente, de posse dessas informações já sistematizadas e analisadas, partiu-se para a interpretação das mesmas, associando aos conhecimentos adquiridos na pesquisa bibliográfica, no intuito de responder à problemática da pesquisa, isto é, se o turismo rural pedagógico, no âmbito da multifuncionalidade da agricultura, pode constituir-se em uma prática educativa a ser desenvolvida em complemento ao ensino escolar.

5 ENTRE CONTEXTOS, SABERES E FAZERES: ANÁLISE DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DO ROTEIRO CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE E DO PROJETO VIVA CIRANDA

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, iniciando-se pela descrição minuciosa das onze propriedades inseridas nas duas experiências universos pesquisados e das atividades educativas propostas em cada uma delas. No item subsequente, analisa-se o conjunto de especificidades e similaridades relacionadas às características das propriedades, ao perfil dos proprietários envolvidos, ao processo organizativo de cada experiência e as características das atividades desenvolvidas, sobretudo em relação aos objetivos propostos e conteúdos contemplados, relacionados às disciplinas trabalhadas em sala de aula.

5.1 AS PROPRIEDADES RURAIS DO ROTEIRO CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE QUE DESENVOLVEM ATIVIDADES DE TURISMO RURAL PEDAGÓGICO

No subitem abaixo, apresentam-se as características e especificidades de cinco propriedades que pertencem ao Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre e que recebem grupos escolares, propondo atividades de caráter educativo para os alunos.

5.1.1 Sítio Recanto das Pedras

O Sítio Recanto das Pedras, nome atribuído em função do espaço existente nos fundos da propriedade, está localizado na Estrada João de Oliveira Remião, no Bairro Lomba do Pinheiro, distante 15km do centro de Porto Alegre. Com uma área total de 2,5 hectares, a propriedade foi comprada pela senhora Bernadete Alberici e o senhor João Airton no ano de 1997, residentes no local desde então. A preocupação com as questões ambientais e com a qualidade de vida da família, sobretudo dos dois filhos, constituiu-se no principal motivo que levou o casal a viver neste ambiente.

A partir daí, o casal buscou estruturar a propriedade tendo como princípios básicos a agroecologia, investindo inicialmente na produção leiteira, com fabricação de queijos e venda de leite. Aos poucos, essa atividade foi sendo substituída por outras, relacionadas ao plantio e cultivo de plantas medicinais, hortaliças e frutas, além da criação de galinhas e porcos, voltados, sobretudo, para o consumo familiar. A parte excedente é utilizada na fabricação de geleias, compotas e conservas e vendidas aos turistas nas visitas.

As atividades turísticas, por sua vez, tiveram início no ano de 2007, a convite da EMATER que incentivou os proprietários a inserirem-se no Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre. O interesse em trabalhar com turismo rural foi impulsionado, principalmente, pela ideia de que a propriedade rural possui um caráter social voltado para o bem-estar coletivo e para a valorização dos recursos naturais ali existentes, conforme declarou a proprietária durante a entrevista. Assim, as primeiras atividades propostas abrangeram visitas à horta, onde os grupos de visitantes, sobretudo crianças em idade escolar, tinham a oportunidade de viver experiências relacionadas à colheita e o plantio de hortaliças:

O objetivo inicial proposto por esta atividade era a de diminuir essa distância existente entre o alimento e sua origem, e a mesa, que as crianças não têm ideia de onde vem; incentivar também para que tenham uma alimentação mais saudável porque as crianças hoje comem muitos alimentos industrializados (BERNADETE ALBERICI, 29/09/2011).

A intenção de tornar a horta um espaço pedagógico, associado aos conhecimentos aprendidos nos cursos de Permacultura e à experiência adquirida no período em que trabalhou como voluntária no programa governamental de hortas comunitárias, levou a proprietária a implementar novas propostas com foco educativo, a exemplo da horta mandala, do relógio humano e da espiral de ervas para cultivo de plantas medicinais. Para construir tais propostas, Bernadete, que é socióloga de formação, contou com o auxílio de um estagiário que também participava do referido programa governamental, além do apoio técnico dos profissionais da EMATER.

Além da horta pedagógica, os proprietários também investiram na ampliação do galpão de recepção e na construção de sistemas de fossa ecológica e reservatório para coleta de água da chuva. No quadro das atividades, o percurso foi sendo ampliado aos poucos e atualmente abrange também outros espaços ali existentes, como o pomar, o canil, o galpão, o potreiro, um fragmento de mata

preservada e a plantação de alecrim, destinada à produção de óleos essenciais, em parceria com a empresa Verbhena, fabricante de óleos essenciais e vegetais.

A recepção dos grupos geralmente é feita pela proprietária, auxiliada pelo casal de caseiros que também reside na propriedade, cuidando da manutenção do espaço, dos animais e das plantas. Além disso, o esposo da entrevistada, que trabalha em uma empresa de processamento de dados, também costuma ajudar nas atividades em suas folgas, assim como os dois filhos, quando não estão estudando.

O agendamento das visitas, comumente, é feito diretamente com as escolas e, em alguns casos, através de agências de turismo locais. Quanto ao perfil dos grupos, predominam as turmas de educação infantil provenientes de escolas particulares. A visitação de escolas públicas ocorreu apenas uma única vez desde 2007, quando começaram a receber grupos na propriedade. Além dos grupos escolares, a propriedade também recebe grupos de turistas adultos, que visitam a propriedade com o intuito de conhecerem o cultivo orgânico, a horta pedagógica e a criação de animais. O roteiro contempla ainda a degustação de alimentos produzidos na própria propriedade, como geleias e pães, oferecidos no café rural.

5.1.1.1 O percurso didático

A proposta educativa desenvolvida no Sítio Recanto das Pedras foi observada *in loco* no final do mês de outubro de 2011. Neste dia, um grupo de 23 alunos do 3º ano do ensino fundamental visitou a propriedade e desenvolveu um conjunto de atividades práticas, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 - A prática do TRP no Sítio Recanto das Pedras: um dia de campo

Data da visita:	29/10/2011
Perfil da turma:	23 alunos do 3º ano do ensino fundamental (antiga 2ª série), provenientes de uma escola particular do município de Porto Alegre, acompanhados pela professora da turma e outra professora do 4º ano.
Tempo de duração:	2h30 minutos, com início às 14h00 e término às 16h30.
Atividades:	Contato com animais, horta pedagógica, oficina de alimentação saudável, atividades recreativas.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

As atividades desenvolvidas nesta propriedade encontram-se centradas em dois eixos norteadores, quais sejam: a alimentação saudável e o resgate da cultura rural. Com o objetivo de contemplar esses dois aspectos, o percurso iniciou-se com a visita a alguns animais da propriedade, a exemplo das ovelhas e da égua. Durante estas situações, as crianças foram instigadas a tocar e sentir a textura do pelo de cada um desses animais e, também, a observar as diferenças entre ambos (Figura 2).

Figura 2 - Alunos do 3º ano do ensino fundamental interagindo com a ovelha e cavalo no Sítio Recanto das Pedras.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

A proposta seguinte consistiu em conhecer a horta pedagógica e os diferentes tipos de plantas cultivados nesse espaço (Figura 3). Além de mostrar os canteiros de hortaliças e explicar sobre o modo de plantio e o processo de produção orgânico, Bernadete também estimulou o grupo a experimentar e sentir o cheiro e o sabor de diferentes ervas medicinais espalhadas pela horta, a exemplo da citronela, hortelã, poejo, alecrim, cidreira e arruda. Explicou brevemente sobre as propriedades medicinais de algumas dessas plantas e questionou as diferenças no formato e na textura das mesmas, a exemplo da pulmonária e da cavalinha.

Tal atividade foi apreciada pelas crianças e despertou a curiosidade de muitas delas que por conta própria começaram a pegar pequenas amostras das ervas e

sentir sua fragrância, tentando identificar suas características básicas, isto é, cheiro forte ou fraco, bom ou ruim, adocicado ou amargo. Até mesmo as professoras que acompanhavam as crianças expressaram curiosidade e questionaram a proprietária acerca dos benefícios dessas plantas para a saúde das pessoas.

Figura 3 - Alunos do 3º ano do ensino fundamental em atividade na Horta pedagógica do Sítio Recanto das Pedras.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Completada a visitação na horta, o grupo seguiu até as instalações onde ficam os coelhos e o porco, observando-os, porém sem tocá-los. Na parte do galinheiro, ajudam a proprietária a alimentar as galinhas, gansos e patos. Posteriormente, seguiram até o potreiro onde receberam da senhora Bernadete e do senhor João Aírton algumas bolas, bambolês e cordas para brincar. No caminho, também aproveitaram para experimentar uma fruta que muitas crianças declararam não conhecer, a pitanga.

Após esse momento de recreação, a turma retornou ao galpão de recepção, passando por uma trilha em meio à mata localizada nos fundos da propriedade. No galpão, a proprietária deu início à oficina da alimentação saudável (Figura 4), que consistiu na preparação de um bolinho de espinafre. A proprietária primeiramente apresentou às crianças todos os ingredientes que seriam utilizados e, em sega,

preparou a massa e distribuiu um pedaço para cada uma, para que pudessem confeccionar seu próprio bolinho e colocá-lo na forma de assar. Isso entusiasmou o grupo e prendeu a atenção de todos, inclusive dos mais dispersivos.

Figura 4 - Oficina da alimentação saudável no Sítio Recanto das Pedras: a proprietária orienta os alunos na preparação de bolinhos de espinafre.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Após a oficina, o grupo se organizou para fazer o lanche oferecido pelo Sítio e foi liberado para brincar no gramado ao lado. O momento de recreação durou cerca de 45 minutos, encerrando-se no momento em que a turma retornou para o ônibus.

Além dessas atividades, há também o plantio de alguma variedade de hortaliça em um canteiro dentro da horta pedagógica e a colheita de frutas ou verduras para serem utilizados na oficina de alimentação saudável. No entanto, tais atividades não foram incluídas no roteiro neste dia, assim como alguns assuntos apontados durante a entrevista. Concernente a essas questões, a senhora Bernadete ressaltou:

Nós vamos desenvolvendo as atividades a partir das perguntas das crianças, do que vai acontecendo, daquilo que desperta mais atenção e interesse neles. Então, é uma coisa bem dinâmica, nós temos um norte, mas não é uma coisa engessada (BERNADETE ALBERICI, 29/09/2011).

O roteiro proposto também sofre alterações de acordo com a estação do ano e das condições climáticas, que interferem diretamente nas épocas de plantio e na colheita das variedades de espécies cultivadas.

5.1.2 Granja Santantonio

A Granja Santantonio está localizada na Estrada do Varejão, Bairro Lami, distante aproximadamente 32 km do centro de Porto Alegre e pertence ao senhor Vasco Moro Machado e senhora Caren Soares, residentes no local desde 1988, porém foi comprada no ano de 1968 pelo avô do proprietário, na época funcionário público do Banco do Brasil. Além da família proprietária, composta pelo casal, duas filhas e a matriarca, senhora Márcia Moro, residem no local um casal de caseiros com dois filhos, que auxiliam na manutenção e conservação dos espaços cultivados.

A propriedade possui em seu entorno figueiras centenárias e abrange uma área total de 11 hectares, destacando-se pela produção agroecológica de hortifrutigranjeiros. Há também a criação de animais (galinhas, porcos e vaca leiteira), um pomar de nozes, açudes, potreiro e trechos de mata nativa recuperada que circundam as áreas de plantação. Os produtos cultivados são comercializados em vários pontos de feira espalhados pelo município de Porto Alegre, especialmente, na feira agroecológica da Rua José Bonifácio, situada no Bairro Bom Fim. A feira, que ocorre todos os sábados no turno da manhã reúne diversos produtores rurais que estão organizados em associações, a exemplo da Associação Pró-Lami, da qual o senhor Vasco e sua esposa fazem parte.

Além dessas atividades, os proprietários também recebem grupos de turistas que visitam a propriedade com o intuito de conhecerem a produção agroecológica e saber um pouco da história da família Moro. O interesse em inserir-se nesse ramo de atividades surgiu a partir da oportunidade que o casal teve de integrar a propriedade ao Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre, no ano de 2005. Inicialmente, as visitas eram realizadas essencialmente por grupos de adultos, no entanto, a partir de 2008 a Granja Santantonio passou a receber também grupos de escolares provenientes de escolas particulares do município.

De acordo com o senhor Vasco, formado em engenharia agrícola e membro da Associação Porto Alegre Rural (POA RURAL) desde 2006, as atividades voltadas

para os grupos de estudantes foram desenvolvidas por ele mesmo, sem apoio ou orientação externa. Desde o princípio, o foco dessas atividades está na produção agroecológica, abarcando aspectos que vão desde o tipo de manejo utilizado, sistemas de irrigação e culturas produzidas até questões relacionadas à importância de se consumir produtos orgânicos. Em relação a isso, a senhora Caren enfatiza:

Aqui tu consegue passar aquela parte da ecologia e consegue conscientizar sobre essa questão, que tem que preservar, tem que cuidar. E nesse processo também tem toda a curiosidade que é despertada de como é uma alface ecológica e a oportunidade de poder provar, comer uma alface sem ser lavada. Também ajuda eles a conhecer sobre o trabalho do agricultor e a diferença do rural e do urbano (CAREN SOARES, 18/10/2011).

A preocupação com as questões ambientais, verificada nas falas dos proprietários, constitui o alicerce das atividades propostas, aspecto este igualmente presente nas demais propriedades pesquisadas. Do mesmo modo, observa-se o empenho dos proprietários em mostrar o trabalho do agricultor, do produtor rural, valorizando as suas práticas, a sua cultura e os seus costumes.

A recepção de grupos envolve geralmente quatro pessoas, o casal de proprietários, a filha mais velha e o caseiro, o senhor Clair, que mostra aos alunos de maneira simples e prática, os saberes da terra adquiridos através da experiência. Quanto às instalações, além do galpão utilizado para receber grupos, os proprietários também aproveitam os espaços ao ar livre sob a sombra das figueiras, uma situada ao lado da casa e outra mais aos fundos, dentro do potreiro.

Os grupos que visitam a Granja Santantonio geralmente são de escolas particulares e tem entre 8 e 10 anos de idade. Há ainda as turmas dos anos finais do ensino fundamental que, acompanhados por seus respectivos professores, aproveitam o local para apresentarem trabalhos e pesquisas relacionados às áreas de Ciências, Geografia ou História, a exemplo da turma que foi observada.

5.1.2.1 O percurso didático

As atividades educativas propostas nesta propriedade foram analisadas junto a um grupo de 35 alunos 8º ano do ensino fundamental e contemplou, sobretudo, questões relacionadas à produção agroecológica (Quadro 3):

Quadro 3 - A prática do TRP na Granja Santantonio: um dia de campo

Data da visita:	18/10/2011
Perfil da turma:	35 alunos do 8º ano do ensino fundamental (antiga 7ª série), procedentes de uma escola particular de Porto Alegre, acompanhados pela professora de Ciências.
Tempo de duração:	1h20 minutos, com início às 14h00 e término às 15h30.
Atividades:	Contato com a produção agroecológica de hortaliças, observação dos sistemas de irrigação adotado na propriedade, interação com animais, passeio de trator.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

O percurso teve início com a senhora Caren e o senhor Vasco, os quais receberam a turma no portão de entrada da propriedade. Após ter se apresentado, o proprietário convidou os alunos para conhecerem a sua produção agroecológica, onde explicou sobre as técnicas de plantio e manejo que utiliza nos canteiros de hortaliças. Posteriormente, fez uma demonstração com o trator, mostrando para o grupo como se prepara o solo e se realiza o plantio (Figura 5).

Figura 5 - O casal Vasco e Caren fazendo demonstração para os alunos de como é feito o preparo do solo para o plantio das hortaliças na Granja Santantonio.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

A atividade seguinte consistiu na apresentação das sementeiras com mudas de alface e dos canteiros com plantação de abóbora. Nessa situação, o proprietário

explicou como se faz o transplante das mudas e os cuidados necessários no momento do plantio, enquanto o senhor Clair, caseiro da propriedade que auxilia o senhor Vasco no desenvolvimento das atividades, mostrou como é feito o manejo para retirar o mato em volta das plantas, utilizando a enxada como ferramenta. Os alunos, por sua vez, ouviram as explicações com certa atenção e anotaram em seus cadernos as informações que lhes interessavam.

Dando continuidade ao percurso, a turma de alunos seguiu até outro conjunto de canteiros, onde o produtor rural explicou sobre o sistema de irrigação utilizado na propriedade e fez uma demonstração, abrindo os aspersores giratórios, que lançavam jatos de água ao ar, irrigando os canteiros de alfaces (Figura 6). Nesse espaço, o grupo também teve a oportunidade de experimentar folhas da alface orgânica colhida na hora. No começo, houve certa recusa por parte de alguns alunos, mas aos poucos foram perdendo o receio e ao final desta atividade, quase todos já haviam provado.

Figura 6 - Alunos do 8º ano do ensino fundamental conhecendo o sistema de irrigação utilizado na Granja Santantonio.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Depois dessa experiência, a turma se organizou para realizar uma atividade que teve como objetivo compartilhar informações pesquisadas e estudadas em sala

de aula. Nessa situação, foram apresentados dois trabalhos, um tendo como tema os impactos ambientais decorrentes da agricultura convencional e outro que abordou a produção agroecológica (Figura 7). As duplas que apresentaram as pesquisas aos colegas tiveram auxílio da professora que complementava as informações, relacionando conteúdos com o que haviam estudado anteriormente. Durante as apresentações, o proprietário da granja explanou para o grupo sobre as regras necessárias para se tornar um agricultor agroecológico e os benefícios decorrentes dessa prática, sobretudo para o meio ambiente. A participação dos alunos ocorreu, principalmente, através de questionamentos referentes ao sistema de rotação de culturas utilizado pelo agricultor e ao preparo da terra.

Figura 7 - Trazendo a sala de aula para a propriedade: interação entre alunos e proprietário da Granja Santantonio com apresentação de trabalhos sobre impactos ambientais e produção agroecológica.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

A atividade proposta faz parte do roteiro desenvolvido pela agência de viagens do senhor Mauri Webber, dono do Sítio do Mato e guia de turismo que conduzia a turma na ocasião. O propósito dessa atividade, de acordo com o mesmo, é tentar promover um maior envolvimento e interação da turma, despertando o interesse pelos temas abordados e instigando a curiosidade dos alunos em relação aos locais visitados, a exemplo da Granja Santantonio e produção agroecológica

nela desenvolvida. É, portanto, uma proposta da agência e não uma atividade específica da propriedade do senhor Vasco.

Ressalva-se que, embora a atividade apresente um caráter mais expositivo, semelhante ao que ocorre em sala de aula, a diferença reside no ambiente e nos sujeitos que transmitem as informações. Ao invés de estarem sentados em cadeiras numa sala, os alunos acomodaram-se em troncos de árvores caídas sob a sombra de uma figueira, circundada por uma paisagem tipicamente rural. Do mesmo modo, as discussões foram mediadas não apenas pela professora da turma, mas também por uma pessoa que vive e trabalha nesse ambiente e que, além do conhecimento técnico possui também um amplo conhecimento prático, adquirido através da experiência diária.

Ao término dessa *aula* ao ar livre, a turma foi convidada para dar um pequeno passeio de trator até a saída da propriedade (Figura 8). Em seguida, foram liberados para um momento mais recreativo, com bolas e balanços à sombra de outra figueira. Nesta situação, alguns alunos também tiveram a oportunidade de realizar um breve passeio a cavalo, auxiliado pelo proprietário. Essa, portanto, foi a última atividade da turma na Granja Santantonio, em seguida o grupo retornou ao ônibus.

Figura 8 - Alunos do 8º ano do ensino fundamental passeando de trator pela Granja Santantonio.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Além do quadro de atividades proposto ao grupo em questão, houve ainda a possibilidade de participar do plantio de mudas de hortaliças em um canteiro já preparado, onde havia a possibilidade de inclusive levar uma segunda muda para casa, plantada em caixas de leite trazidas pela turma para essa finalidade. Tal proposta contempla geralmente turmas dos primeiros anos do ensino. Para esta faixa etária, a abordagem a respeito dos animais também recebe maior ênfase, por se tratar de uma atividade que desperta a atenção dos pequenos. Assim, a observação e o contato com os animais que vivem na propriedade, a exemplo do cavalo, da ovelha, vaca, porco, galinhas, cães, patos, marrecos e gansos compreende uma atividade que é realizada de acordo com a faixa etária do grupo recebido.

Outro aspecto destacado pelos proprietários em relação às atividades refere-se ao calendário de plantio e colheita das hortaliças. Deste modo, conforme a época do ano, o passeio de trator segue até as plantações que estão mais distantes da sede da propriedade, para que o grupo possa conhecer as demais espécies cultivadas. Nos períodos em que estas áreas estão sem plantações, o passeio de trator ocorre da figueira até o portão de saída, tal como ocorreu na visita aqui descrita.

5.1.3 Sítio do Mato

Situado na Estrada do Rincão, Bairro Belém Velho, na zona sul de Porto Alegre, distante cerca de 20 km do centro da cidade, o Sítio do Mato foi criado no ano de 1994 com a finalidade primeira de se tornar um sítio pedagógico, voltado exclusivamente para o desenvolvimento de atividades pedagógicas e recreativas. O proprietário, senhor Mauri Webber adquirira a propriedade no ano de 1985, porém nos primeiros anos não desenvolvia nenhuma atividade produtiva no local. Na época, Mauri era dono de uma pequena empresa no ramo do comércio e morava com sua família no bairro Menino Deus, próximo ao centro da capital porto-alegrense. No entanto, com a crise financeira e institucional que marcou o Brasil no início dos anos 1990, associado à abertura comercial com aumento das importações, o proprietário foi obrigado a fechar sua empresa e a procurar um novo nicho de mercado.

Diante de tal conjuntura, Mauri decidiu então se mudar para o sítio e investir no local, buscando torná-lo uma fonte de renda viável. Do mesmo modo, passou a investir em sua própria capacitação, realizando cursos em diversas áreas (condutores rurais; relações humanas; manejo com animais; criação de peixes; plantio de pomar; apicultura; criação de coelhos; produção de hortaliças; minhocultura; curso de primeiros socorros; curso técnico em turismo rural na Itália e guia de turismo pelo SENAC), com o intuito de conhecer melhor as potencialidades existentes no meio rural e, a partir disso, saber como melhor aproveitar os dois hectares de terra da sua propriedade. E foi a partir desses cursos e dessa procura que o proprietário deparou-se com o turismo rural pedagógico, considerado por ele como um nicho de mercado em expansão.

Desde então, o Sítio do Mato tornou-se um empreendimento voltado para o turismo rural pedagógico, recebendo grupos de alunos de diferentes faixas etárias, provenientes tanto de escolas públicas quanto de particulares. Assim, todas as atividades produtivas desenvolvidas na propriedade, tais como criação de animais e cultivo de frutas e hortaliças são em nível de amostragem, servindo como recurso pedagógico para o desenvolvimento das atividades educativas propostas.

De acordo com o senhor Mauri, as atividades propostas no sítio foram elaboradas a partir das sugestões feitas por algumas pedagogas que conheceram o local na fase inicial de recepção dos grupos escolares. Tendo como base essas sugestões, o proprietário então planejou um roteiro circular que contemplasse cada espaço disponível na pequena propriedade, permitindo aos estudantes a visita a todos os locais sem a necessidade de retornar pelo mesmo caminho. Ao final das atividades, tem-se a sensação de que a propriedade é bem maior do que o seu tamanho real, conforme foi possível constatar durante as observações realizadas.

O percurso elaborado inicialmente passou por poucas mudanças ao longo dos anos. As transformações mais significativas, segundo o proprietário, ocorreram na parte da infraestrutura da propriedade, com a construção de novas instalações, a exemplo do galpão com refeitório, e a ampliação e melhoria dos espaços e das atividades propostas:

O que nós temos hoje é basicamente o que nós já tínhamos na época, melhorou a qualidade das atividades e dos espaços, temos hoje recursos melhores para apresentar e desenvolver as atividades... Por que com o tempo tu vai adaptando, aprendendo, melhorando, vendo o que dá certo e o que não dá, por exemplo, tinha o pomar, a horta, mas tudo com uma

condição bem menor de possibilidades que se tem agora (MAURI WEBBER, 01/10/2011).

Além dessas melhorias apontadas, outro aspecto que sofreu modificações refere-se à recepção das turmas no sítio. No começo, o percurso era desenvolvido pelo próprio proprietário, com o auxílio da família. No entanto, com o aumento da demanda o senhor Mauri passou a contratar monitores para ajudá-lo nas atividades. Atualmente, são oito monitores contratados e um empregado efetivo responsável pela manutenção e conservação dos espaços, além da esposa e do casal de filhos que, em virtude dos estudos, ultimamente envolvem-se mais na parte de manutenção do *website* criado para divulgar o sítio. Na parte administrativa, Mauri também recebe auxílio da irmã Regina, que também atua como guia de turismo, conduzindo os grupos de alunos pelas propriedades pertencentes ao roteiro Caminhos Rurais.

Assim, de acordo com as necessidades e as exigências do mercado, o proprietário foi adequando-se e conseguindo um número de visitantes cada vez maior. Contudo, para divulgar o sítio e conquistar esse público composto basicamente por escolas, o proprietário percorreu um longo trajeto que, em determinado momento passou a estar diretamente relacionado ao Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre. O início desse envolvimento deu-se em meados de 1999, quando Mauri, percebendo a importância de inteirar-se a um projeto maior para conseguir promover seu Sítio, começou a participar da Associação Comunitária Belém Velho (ASCOBEV) e, juntamente com os demais integrantes, a elaborar uma proposta de turismo rural que contemplasse os diferentes atrativos turísticos espalhados pela zona sul de Porto Alegre com base no orçamento participativo.

A partir daí, iniciou-se a implementação dos primeiros roteiros com enfoque no turismo rural, apoiado pelo poder público municipal, permitindo aos proprietários como o senhor Mauri, promoverem a divulgação da sua propriedade e das atividades turísticas ali desenvolvidas. Nesse período inicial, surgiu a necessidade de guias locais que conduzissem os turistas até essas propriedades e apresentassem seus atrativos turísticos. Desse modo, o proprietário, ciente da importância de tal mediação, decidiu engajar-se nessa tarefa. Posteriormente, em 2007, com o Roteiro Caminhos Rurais já formalizado, ele resolveu criar a “Agência de Viagens Sítio do Mato Turismo”, especializada em roteiros pedagógicos, com destaque para os Caminhos Rurais.

O senhor Mauri, que atualmente é presidente da Associação Porto Alegre Rural, revelou ter em seu registro cerca de 180 escolas cadastradas que já passaram pelo sítio, sendo que muitas delas tornaram-se permanentes, realizando visitas com as turmas anualmente. Esse número significativo de escolas justifica-se, em parte, pelo fato do proprietário ser também dono da agência e estar constantemente visitando as escolas para divulgar as atividades do sítio. O agendamento das visitas, feito diretamente com os professores, bem como a elaboração de propostas diferenciadas, também são aspectos que contribuem para esse aumento da demanda, conforme foi possível observar.

Quanto ao perfil do público recebido, predominam as turmas de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, provenientes tanto de escolas públicas quanto de escolas particulares. O objetivo geral das visitas, de acordo com o senhor Mauri, é oportunizar às crianças em idade escolar vivências no meio rural, sobretudo para aquelas que vivem nos centros urbanos, sem qualquer contato com os animais, a terra, as plantas. A respeito disso, o mesmo declara:

Hoje eu chamo as crianças de caipiras do asfalto, porque eles não têm essas vivências, vivem em apartamentos, em locais fechados sem contato com as coisas da natureza, o que conhecem é pela televisão, filmes, desenhos e internet... Então, com essas vivências eles levam muita coisa daqui, um olhar da natureza, do ar que é bom, a questão da preservação, da reciclagem do lixo, a consciência deles de saber que existe um outro mundo (MAURI WEBBER, 01/10/2011).

O interesse em apresentar elementos característicos do meio rural e proporcionar novas experiências para um público ainda em processo de formação constitui, portanto, o cerne das atividades desenvolvidas no sítio do Mato.

5.1.3.1 O percurso didático

As atividades educativas desenvolvidas no Sítio do Mato foram acompanhadas junto a um grupo de 20 alunos do 6º ano do ensino fundamental (Quadro 4). Conforme observado, a proposta contempla diferentes situações e conteúdos, possibilitando aos alunos vivências diferenciada e com múltiplas possibilidades de aprendizado:

Quadro 4 - A prática do TRP no Sítio do Mato: um dia de campo

Data da visita:	20/10/2011
Perfil da turma:	20 alunos do 6º ano do ensino fundamental (antiga 5ª série), provenientes de uma escola particular do município de Porto Alegre, acompanhados pela professora de Português e pela professora de Ciências.
Tempo de duração:	2h30 minutos, com início às 8h30 e término às 11h00.
Atividades:	Trilha ecológica, interação com animais, plantio de mudas, atividades de recreação.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

O roteiro teve início com a recepção da turma por um monitor e pela senhora Regina, irmã do proprietário. Após apresentarem-se e estabelecerem algumas regras relacionadas aos cuidados que cada criança deve ter durante as atividades propostas, os dois conduziram a turma pela trilha circundada por árvores de diferentes espécies. Ao longo do percurso, o monitor abordou questões relacionadas à preservação das matas, aos recursos hídricos, aos tipos de animais e pássaros nativos do local e à qualidade do ar naquele ambiente. Os alunos, por sua vez, ouviram as explicações do monitor, sem muitas intervenções, respondendo apenas às questões feitas pelas professoras ou pelos monitores.

Ao final da trilha, o grupo dirigiu-se para a parte do estábulo. Nesse espaço, o monitor apresentou o cavalo denominado *Batatinha*, mencionou alguns hábitos do animal e questionou o grupo acerca do tipo de alimentação do mesmo. Em seguida, expôs vários ovos de diferentes tamanhos e discorreu a respeito das aves, que produziram tais ovos (codorna, galinha, pata, avestruz). Ao final, realizou uma brincadeira de adivinhação, cujo objetivo foi acertar o nome de todas as aves de acordo com o ovo indicado pelo monitor (Figura 9).

Figura 9 - Monitor e alunos no Sítio do Mato: atividade pedagógica voltada a compreensão das diferenças entre as aves.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

A atividade seguinte foi realizada no galinheiro, onde o monitor, após apresentar algumas aves e explicar sucintamente algumas características dos mesmos, propôs uma brincadeira que consistia em tentar pegar uma galinha. Alguns não quiseram, expressando receio, no entanto, a maioria aceitou o desafio e participou da atividade. Durante esta atividade, muitos alunos confessaram nunca ter visto um peru, apenas pela televisão e, inclusive, o confundiram com outras aves, a exemplo do pavão (Figura 10).

Figura 10 - Alunos dos 6º ano do Ensino Fundamental em contato com aves do Sítio do Mato.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Dando continuidade ao percurso, a turma participou de uma atividade que foi solicitada pela professora e que compreendeu o plantio de mudas de alface em potes trazidos da escola. Enquanto faziam o plantio, ouviam as explicações do monitor a respeito dos cuidados necessários com as plantas. A atividade foi concluída rapidamente e, posteriormente, o grupo dirigiu-se para o local onde ficam os demais animais, a exemplo dos coelhos, ovelhas, cabras, porquinhos-da-índia, etc. Além desses animais, também conheceram de perto uma colmeia de abelhas sem ferrão, recentemente incluída no roteiro proposto.

Após observarem esses animais, o grupo realizou o lanche e, em seguida, seguiu para o espaço onde ficam os balanços e a chamada *falsa-baiana*, que compreende uma atividade de deslocamento entre um ponto e outro, realizada sobre duas cordas, sendo uma disposta sobre a outra. Neste espaço, estruturado com um pequeno campo de futebol e rede de voleibol, o grupo também brincou com bolas e cordas. O tempo destinado a esta atividade foi relativamente longo em relação às demais atividades propostas, em torno de uma hora. O encerramento ocorreu no momento em que a turma retornou ao ônibus para seguirem até a escola.

Além dessas atividades, houve também passeio de trator, visita ao açude com peixes e atividade de ordenha. Contudo, neste dia tais atividades não foram

realizadas. Em relação a isso, o proprietário destacou que, embora haja um roteiro pré-estabelecido, com uma sequência semelhante ao que foi observado, as atividades propostas são diversificadas, sendo elaboradas de acordo com os propósitos do professor responsável por cada turma e/ou com os conteúdos que os alunos estiverem estudando naquele momento. Segundo o senhor Mauri:

Há um milhão de situações diferenciadas e que podem ser trabalhadas aqui, então eu falo sempre para as escolas para que me dêem a proposta que eu desenvolvo, então teve propostas que a princípio pareceram impossíveis de se fazer, mas se fez. Uma que chamou a atenção foi uma escola que trabalhou com animais que vivem em comunidade, tu vai trabalhar com abelha, formiga, cupinzeiro. Também teve outra escola que me pediu para focar num trabalho envolvendo a comunicação entre os animais e se fez com muito sucesso (MAURI WEBBER, 01/10/2011).

Assim, cada espaço existente na propriedade (a horta, a trilha, o pomar, o galinheiro, etc.) apresenta uma variedade de recursos que contemplam conteúdos relacionados às diferentes áreas do conhecimento, e que podem estar sendo explorados com turmas de diferentes faixas etárias.

5.1.4 Sítio dos Herdeiros

O Sítio dos Herdeiros compreende uma pequena propriedade de três hectares de terra localizada na Estrada Luiz Correa da Silva, Bairro Lami, a aproximadamente 40 km do centro de Porto Alegre/RS. O nome atribuído ao Sítio decorre do fato de ser uma herança de família. O proprietário, senhor Salvador da Silva, conhecido como Dodô, que é irmão e vizinho do Tio Juca, é aposentado e reside no local há 41 anos, enquanto sua esposa, senhora Vera da Silva, um pouco menos, há cerca de 31 anos. Atualmente, habitam a propriedade o casal, um filho e a irmã de Dodô, que mora em outra residência próxima da sua.

A principal atividade econômica desenvolvida na propriedade é a produção de hortifrutigranjeiros, com o cultivo agroecológico de alfaces de diferentes variedades, moranguinhos, ameixas e hibiscos. Parte da produção é comercializada *in natura* na Feira Agroecológica da Rua José Bonifácio, localizada no Bairro Bom Fim, realizada aos sábados de manhã. E outra parte é processada e transformada em doces, geleias e compotas caseiras que também são expostas e vendidas na feira, a exemplo da pasta de hibisco, da pasta de cenoura, da geleia de morango, etc. O tempo dedicado às atividades produtivas é diário e realizado durante o ano inteiro.

Apesar disso, o casal expressa paixão pelo trabalho realizado junto à terra.

Além dessas atividades, desde 2001 o casal também recebe grupos de turistas adultos e grupos escolares que visitam a propriedade com o intuito de conhecer a produção e o dia a dia dos agricultores. O interesse em inserir-se nesse ramo de atividades foi motivado por uma estagiária do curso de turismo da PUC, que na época estava fazendo seu trabalho de conclusão do curso. Apesar desse incentivo, os proprietários não tiveram reparo antes de abrirem sua propriedade para visitas, deixando-os receosos de que tal iniciativa poderia não dar certo. Segundo Dodô, as primeiras atividades propostas não foram planejadas, sendo desenvolvidas de acordo com a situação e o grupo recebido, sem um apoio externo na elaboração do percurso proposto ou orientações acerca do que apresentar:

O primeiro grupo que veio aqui, lá em 2001, eram 40 adultos (pessoal da EMATER, da prefeitura e outras pessoas que vieram para conhecer a propriedade e ver se tinha condições para trabalhar com o turismo rural), e naquele dia a gente não sabia o que fazer, como receber, foi um desafio. E depois disso, nós começamos a aprender, ver o que fazer e como fazer (Salvador da Silva, 28/09/2011).

Nesse sentido, o trajeto proposto desde o início é basicamente o mesmo e compreende a apresentação da propriedade, das atividades produtivas e dos animais que vivem no local, com algumas explicações acerca do plantio, cultivo e colheita de frutas e hortaliças. A acolhida dos grupos atualmente é feita no galpão, que também abriga um minimuseu com objetos antigos da família. Apesar de ser um espaço interessante, o museu não é explorado durante as atividades com as crianças, sendo mostrado apenas para grupos de adultos. Além desse espaço de recepção, a propriedade também possui áreas destinadas para o plantio das hortaliças, canteiros para o cultivo de moranguinhos, hibiscos e um pomar de ameixas. Há ainda, um galinheiro, cocheira, chiqueiro, piquete das ovelhas, açude e um gramado, que é utilizado como espaço de recreação pelos grupos escolares.

A propriedade, que integra o Roteiro Caminhos Rurais desde 2005 tem como público majoritário turmas de escolas particulares do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. A recepção e desenvolvimento das atividades são realizados pelo próprio casal, sem auxílio de pessoas de fora da propriedade e o agendamento dos grupos geralmente é feito por meio de agências de turismo, que oferecem pacotes contemplando a visita a vários locais dos Caminhos Rurais no mesmo dia/turno.

Embora já desenvolva esse tipo de atividade há alguns anos, evidenciando

para os diferentes grupos os seus saberes e fazeres relacionados ao trabalho na agricultura, o proprietário não considera tais atividades como práticas educativas:

[...] nós não temos nenhuma atividade educativa aqui. Para ser educativa teria que ter um brinquedo, alguma coisa para as crianças se envolverem e aqui o que a gente faz com as crianças é só mostrar o trabalho da gente, falar o porquê desse tipo de trabalho, porque trabalhamos com orgânicos, qual é a consequência que tem, o que significa isso para gente... tem uns que se interessam outros não se interessam, então a gente tem essa conversa lá no meio da roça. E elas também podem colher moranguinho ou alface. Também podem plantar, eu deixo o canteirinho pronto com buraquinhos e as crianças plantam as mudinhas.. (Salvador da Silva, 28/09/2011).

Conforme observado, existe uma forte incredulidade por parte do agricultor em relação ao caráter educativo presente nas atividades desenvolvidas com as crianças que visitam a propriedade. A senhora Vera, no entanto, destaca que o trabalho realizado por ambos é educativo e desperta o interesse dos pequenos, na medida em que possibilita a elas conhecerem de perto a origem de alguns alimentos, a exemplo do moranguinho, tendo uma noção de como e onde se planta tal fruto, aspecto este desconhecido por muitas crianças que visitam a propriedade.

De fato, há muitos aspectos a serem melhorados em relação ao percurso proposto no Sítio dos Herdeiros, porém, tal fato não exime o aspecto educativo presente nas atividades propostas, conforme é possível constatar.

5.1.4.1 O percurso didático

As atividades propostas nesta propriedade visaram mostrar para um grupo composto por 37 alunos do 3º ano do ensino fundamental, o trabalho do agricultor no seu dia a dia, como é feito o plantio e colheita das frutas e hortaliças e os cuidados necessários para o desenvolvimento das mesmas (Quadro 5):

Quadro 5 - A prática do TRP no Sítio dos Herdeiros: um dia de campo

Data da visita:	08/11/2011
Perfil da turma:	37 alunos do 3º ano do ensino fundamental (antiga 2ª série), provenientes de uma escola particular do município de Porto Alegre, acompanhados pela professora da turma e pela vice-diretora.
Tempo de duração:	1 hora, com início às 14h30 e término às 15h30.
Atividades:	Visitação aos canteiros de hortaliças e frutas, participação na colheita de moranguinhos, interação com animais, atividades de recreação.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Após apresentar-se e fazer a recepção dos alunos, o senhor Dodô conduziu o grupo até a área onde se encontram os canteiros de hortaliças e o pomar de ameixas. Nesta ocasião, as crianças tiveram a oportunidade de participar da colheita de moranguinhos, sendo dois por aluno. Enquanto mostrava as plantações, Dodô explicou sobre os diferentes tipos de alfaces produzidas e as demais culturas cultivadas no período, comentando, ainda, sobre a produção agroecológica.

O proprietário, que recepcionou os alunos de pés-descalços, chamou a atenção da turma, sobretudo pelo seu jeito simples de falar e de agir, o que fez que o grupo se sentisse à vontade com sua presença. Muitas crianças, percebendo que o senhor Dodô estava sem seus calçados, quiseram também sentir tal sensação, o que surpreendeu positivamente as professoras, visto que a maioria desses alunos vive em ambientes fechados e isolados do mundo rural. Após mostrar a parte produtiva, Dodô conduziu o grupo até o espaço onde ficam os animais, tendo a oportunidade de tocar na ovelha e alimentar os gansos e os patos (Figura 11).

Figura 11 - Proprietário rural e alunos alimentando aves no Sítio dos Herdeiros.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Concluída tal atividade, os alunos retornaram pelo mesmo caminho percorrido e na metade do trajeto, o agricultor propôs uma corrida com os alunos até o final da *estrada*. A atividade, embora simples, motivou os alunos que solicitaram a Dodô uma nova corrida.

Depois disso, o grupo se dirigiu até o galpão e se sentaram em círculo ao redor de Dodô, o qual fez alguns comentários acerca do que foi visto. Logo em seguida, realizou-se uma brincadeira com uma ave (galinha), que o agricultor denominou de *fazer a ave dormir*. A brincadeira despertou a curiosidade do grupo, provocando gargalhadas entre todos. Na sequência, fizeram um lanche que é servido pelos proprietários (suco natural de morango e bolo nega-maluca) e conheceram os produtos que são processados e comercializados na Feira. Cabe ressaltar que a maioria das crianças acabou comprando algum produto para levar para casa, o que pode ser justificado pelo fato desta escola já visitar a propriedade há alguns anos, possibilitando aos proprietários uma clientela constante. Por fim, houve um momento de recreação, que levou o grupo a brincar com bolas no gramado localizado ao lado do galpão.

Figura 12 - Proprietário rural interagindo com os alunos no Sítio dos Herdeiros: atividade pedagógica e lúdica.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Para além dessas atividades, as turmas também puderam participar do plantio de mudas de alface em um canteiro já preparado pelo proprietário ou, então, ajudar nos cuidados com as ameixas e na colheita de *hisbiscus*, conforme a época do ano. As culturas e os períodos de produção são aspectos que influenciam de maneira significativa as atividades propostas nesta propriedade. Do mesmo modo, o

tempo de permanência no local acaba interferindo no desenvolvimento do percurso, que é passado muito rapidamente com o grupo.

5.1.5 Sítio Tio Juca

A propriedade de apenas um hectare de terra pertence ao senhor Eliseu da Silva, o tio Juca, e sua esposa Ivone da Silva. Localizado na Estrada Luiz Correa da Silva, no Bairro Lami, a cerca de 39 km do centro de Porto Alegre, o Sítio Tio Juca também foi herança de família, assim como o Sítio dos Herdeiros. Juca, que é irmão de Dodô, reside com a esposa na propriedade desde 1983 e atualmente divide a casa com sua filha, o genro e dois netos pequenos. O agricultor, que já é aposentado, dedica parte de seu tempo na produção agroecológica de hortifrutigranjeiros, enquanto a esposa, também aposentada, se dedica aos afazeres domésticos.

Dentre as principais culturas produzidas destacam-se a alface (com uma produção mensal de aproximadamente 1.500 pés), rúcula e cenoura, que são cultivadas praticamente o ano todo; aipo, funcho, alho poró e beterraba, que compreendem culturas de outono/inverno; feijão de vagem, pepino, abobrinha, tomate, pimentão e berinjela que são culturas de primavera/verão. Os produtos são comercializados pelo casal todos os sábados, na Feira Agroecológica da Rua José Bonifácio, situada no Bairro Bom Fim, em Porto Alegre. Além da comercialização *in natura*, Tio Juca e senhora Ivone também vendem alguns produtos processados, como geleias, compotas e *Schmiers* caseiras, produzidos pela proprietária e sua filha.

A propriedade também possui um pomar de árvores nativas, com 63 variedades de árvores frutíferas, tais como acerola, bergamota, moranguinho, seriguela, pitanga, araçá, butiá, carambola, araticum, guabiju, tucum, goiaba, jabuticaba, cereja, ameixa, uvaia, graviola, jambo, etc. Em sua fala, o agricultor declarou:

O objetivo de estar montando esse pomar é para que mais na frente ele se torne mais um atrativo turístico, para o turismo rural, para que eu possa trabalhar no cultivo dessas frutas nativas com foco no turismo. Já deu para perceber com as que eu tenho aqui que as pessoas se renovam quando se encontram com a planta. O povo que mora na cidade sempre tem uma raiz, um parente que vem do interior e a árvore frutífera muitas vezes tem uma

relação com as histórias de vida dessas pessoas (Eliseu da Silva, 15/09/2011).

O interesse do proprietário pela atividade turística não é recente. As atividades de turismo rural vêm sendo desenvolvidas em sua propriedade desde o ano 2000, época em que também passou a receber grupos escolares. Inicialmente estas atividades possuíam um alto grau de “amadorismo”, não sendo planejadas e acontecendo de acordo com os grupos e situações que surgiam. Contudo, ao longo dos anos, principalmente após o lançamento do Roteiro Caminhos Rurais em 2005, do qual faz parte desde o início, vários aspectos foram melhorados e ainda há muitos outros que precisam ser aprimorados. Embora reconheça a importância e necessidade do planejamento na atividade turística, o senhor Eliseu alegou que dificilmente o faz, desenvolvendo as atividades conforme o grupo e a situação.

A recepção das turmas e desenvolvimento do roteiro proposto geralmente é feito pelo próprio Tio Juca, enquanto a senhora Ivone dedica-se ao preparo do lanche que é servido após o grupo ter percorrido o trajeto. O agendamento dos grupos é realizado por meio das agências de turismo de Porto Alegre e o público que costuma visitar a propriedade provém de escolas particulares da região metropolitana, sendo a maioria dos anos iniciais do ensino fundamental, principalmente 4º e 5º ano.

O agricultor, que expressa preocupação pelas questões ambientais, busca mostrar aos alunos os motivos pelos quais decidiu abandonar o sistema de produção convencional e adotar o modelo de produção agroecológico, destacando os seus benefícios para o meio ambiente e para a saúde das pessoas, que passam a consumir produtos mais saudáveis e livres de agrotóxicos. Sua proposta contempla questões relacionadas ao tipo de solo, ao preparo da terra para o plantio, às variedades de culturas produzidas em cada estação do ano e ao biofertilizante vegetal produzido por ele. Embora apresente esses aspectos, o senhor Eliseu destacou que:

As atividades que eu faço aqui podem orientar as pessoas, a conhecer; eu acho que é uma informação que a gente dá, e em primeiro lugar eu não tenho intenção de ensinar ninguém, mas mostrar o que eu faço, como faço, porque faço ou deixo de fazer, esse é meu objetivo, agora ensinar não... E eu sei que eles aprendem aqui, mas isso depende muito do professor. Existem muitos professores e alunos, o mestre tem muito a ver com a educação das crianças, porque a gente recebe colégio aqui que eles têm o domínio, que param na hora certa e outros que nem estão dando bola para o que estão vendo e ouvindo (Eliseu da Silva, 15/09/2011).

No que concerne à infraestrutura da propriedade, a mesma é relativamente precária se comparada às demais propriedades analisadas. A realização do lanche das turmas ocorre embaixo das árvores, na parte da frente da casa e, em dias de mau tempo, embaixo de uma estrutura pequena, que foi recentemente construída para esse fim. Do mesmo modo, as atividades propostas seguem uma linha mais expositiva, na qual o envolvimento e participação das turmas se restringem a observar, visitar os espaços mostrados e ouvir as explicações do agricultor. Apesar dessas implicações, o que mais chama a atenção dos alunos na propriedade, o principal atrativo é a própria figura do Tio Juca, seja por seu apelido engraçado, por sua história de vida, pela sua bagagem de conhecimentos e saberes práticos seja por sua simplicidade evidenciada no modo de agir com os alunos.

5.1.5.1 O percurso didático

O objetivo principal das atividades propostas no Sítio do Tio Juca é mostrar às crianças o modo de produção agroecológico e o trabalho do produtor rural, conforme constatado na visita de campo realizado no início do mês de novembro de 2011, juntamente com uma turma de 42 alunos do 6º ano do ensino fundamental (Quadro 6):

Quadro 6 - A prática do TRP no Sítio do Tio Juca: um dia de campo

Data da visita:	01/11/2011
Perfil da turma:	42 alunos do 6º ano do ensino fundamental (antiga 5ª série), procedentes de uma escola particular do município de Porto Alegre, acompanhados por 3 professores das disciplinas de Geografia, História e Ciências, com formação nas respectivas áreas.
Tempo de duração:	1h15 minutos, com início às 15h30 e término às 16h45.
Atividades:	Observação dos aguapés usados para a produção de biofertilizante, visita aos canteiros de hortaliças, roda de conversa interativa.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

O percurso teve início com a observação dos aguapés nos dois pequenos açudes localizados nos fundos da propriedade. Neste local, o agricultor explicou a função destas plantas e a sua utilização na produção do biofertilizante vegetal produzido por ele e aproveitado como fertilizante natural nas suas plantações.

Figura 13 - Alunos ouvem atentos as explicações do agricultor sobre a função das plantas (aguapés) no Sítio Tio Juca.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Em seguida, os alunos conheceram o local onde Tio Juca fez o processo de fermentação do biofertilizante, dirigindo-se então para as áreas de cultivo. Nessa parte, o agricultor mostrou os diferentes tipos de hortaliças cultivadas, mencionando brevemente sobre as variedades cultivadas em cada época do ano (Figura 14). Expôs algumas explicações acerca de algumas delas, mas sem se prolongar muito. Sua fala foi mais expositiva, enquanto os alunos ouviam e faziam anotações. Durante o percurso, Tio Juca também comenta sobre seu pomar de árvores frutíferas, citando o nome de algumas delas e o objetivo de investir nesse espaço.

Figura 14 - Agricultor mostrando os diferentes tipos de hortaliças e as árvores frutíferas no Sítio Tio Juca.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Concluída essa primeira parte, o grupo foi conduzido até o local onde são servidos os lanches, embaixo das árvores. No lanche, são oferecidos pastas e geleias produzidas na propriedade, bem como pães e bolos.

Após a realização do lanche, iniciou-se, então, uma roda de conversa entre os alunos e o agricultor, tendo como mediadores os dois professores que acompanhavam a turma (Figura 15). Nesta situação, os alunos fizeram questionamentos para o Tio Juca, tendo como base um roteiro elaborado pelos respectivos professores para a visita, com questões relacionadas às disciplinas de História e Geografia. As perguntas referiam-se ao tamanho da propriedade, tipos de culturas cultivadas e adubos utilizados, preparo do solo para o plantio e, ainda, sobre o histórico da propriedade.

Todas as questões foram respondidas pelo proprietário que, percebendo o interesse dos alunos, complementou com outras informações relacionadas ao tipo de solo existente na propriedade e como foi o seu processo de transição, ocorrido há 14 anos, do sistema de produção tradicional para a produção agroecológica, bem como as consequências dessa mudança em termos econômicos e ambientais.

Figura 15 - Roda de conversa no Sítio Tio Juca: alunos fazem perguntas ao agricultor.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Enquanto o proprietário falava, os professores acompanhavam os alunos, orientando-os e chamando a atenção dos mais dispersos. Nesta propriedade, destacou-se o preparo do grupo e o papel desempenhado pelos professores não somente durante a visita, mas, anteriormente, na sala de aula. Desse modo, embora tenha sido uma visita relativamente curta, foi proveitosa para o grupo e também para o senhor Eliseu, que parecia estar satisfeito com a visita recebida.

Ao final das atividades, os alunos e professores compraram geleias e pastas expostas próximo ao local do lanche. Quase todos os produtos em exposição foram vendidos nesse dia, demonstrando, assim, que a prática do turismo rural pedagógico constitui também uma forma de divulgar os produtos e serviços realizados na propriedade, agregando valor aos mesmos.

5.2 AS PROPRIEDADES RURAIS DO PROJETO VIVA CIRANDA, JOINVILLE

Neste subitem, apresentam-se as seis propriedades rurais que contemplam o projeto Viva Ciranda, atentando para suas características e conjunto de atividades educativas propostas para grupos escolares.

5.2.1 Agrícola da Ilha

A propriedade, localizada no Bairro Bom Retiro, a 7,6 km do centro da cidade de Joinville-SC, abrange uma área de nove hectares de terra, sendo sua maior parte utilizada para o cultivo de plantas ornamentais e gramíneas. Caracterizada como uma empresa agrícola de pequeno porte, especialista na implementação de jardins e lagos artificiais e na produção e comercialização de flores, sobretudo a *Hemerocallis*. A propriedade do senhor Dário e da senhora Neusa Bergemann, dedica-se a esse ramo de atividades desde o ano de 1992 e, atualmente, vem sendo considerada a maior produtora brasileira da espécie, com 65 cultivares nacionais, procedentes de matrizes dos Estados Unidos.

A atividade turística, por sua vez, passou a ser desenvolvida na propriedade somente a partir de 2002, por ocasião do lançamento do Dia da *Hemerocallis*, criado com o objetivo de divulgar a diversidade da espécie no Brasil. Em sua primeira edição, o evento que recebeu o nome de *Open Day* foi realizado durante um final de semana e atraiu um público de 1,5 mil pessoas, o que motivou os proprietários a darem continuidade a tal iniciativa nos anos posteriores. Assim, a partir de 2003, todos os anos, durante o mês de novembro, época em que ocorre a floração da espécie, a propriedade torna-se palco do Festival Brasileiro de *Hemerocallis*, atraindo um número crescente de visitantes provenientes de diferentes regiões do Brasil e do exterior.

Em decorrência disso, a partir de 2005 muitas escolas locais começaram a entrar em contato com os proprietários, mostrando interesse em levar as turmas para conhecerem a propriedade e a produção de flores. Iniciaram-se aí as primeiras visitas de grupos escolares na Agrícola da Ilha, com atividades que contemplavam principalmente a apresentação do jardim dos *Hemerocallis*, um espaço de 2,5 mil metros quadrados que foi criado em 2002 especialmente para o evento então lançado.

A ideia do jardim surgiu durante uma viagem aos Estados Unidos em 1999, realizada com o propósito de buscar novos cultivares e aprender sobre o processo de desenvolvimento e melhoramento dessa planta. De acordo com o senhor Dário, a intenção era:

Mostrar às crianças a importância das plantas para a vida delas, para o meio ambiente, mostrar a importância de uma árvore... Ensinar elas a cuidar das flores, mostrar o jardim e aí mostrar que isso não acontece sozinho, que precisa de cuidado, que a planta precisa ser plantada, semeada e ter os seus devidos cuidados para que a plantinha cresça e fique bonita (DÁRIO BERGEMANN, 09/09/2011).

Apesar desse caráter intencional, o proprietário declarou que não houve de fato um planejamento das atividades desenvolvidas e, desde o início, o percurso foi sendo construído a partir das necessidades que surgiam a cada visita recebida, a cada situação vivenciada. Neste contexto, buscando atender a tais demandas, nos anos subsequentes novas ideias foram surgindo, ampliando assim a gama de atividades propostas.

É o caso do jardim dos sentidos, um espaço interativo criado em 2009, e que foi inspirado nas atrações existentes nos jardins europeus, o qual foi visitado pelo casal de proprietários durante viagem de férias à Europa. O local contempla um conjunto diversificado de atrações lúdicas que favorecem a experimentação e estimulação de novas sensações, tais como a pedra sussurrante, o labirinto musical, a roda das cores e o gramado dos sentidos.

Para além desses espaços, existe ainda um pequeno fragmento de mata atlântica com trilha ecológica, dois açudes utilizados como fonte de irrigação das áreas de cultivo, campo com gramado e lago artificial com peixes ornamentais, todos utilizados atualmente como recurso no desenvolvimento das atividades com grupos escolares. Há também um galpão que abriga parte das mudas de plantas ornamentais que são comercializadas e, também, um refeitório, utilizado para a realização das refeições dos funcionários e dos grupos escolares.

A recepção e desenvolvimento das atividades educativas com grupos escolares envolve diretamente cinco pessoas: o senhor Dário e sua esposa Neusa, que há alguns anos passaram a residir no centro de Joinville, utilizando a propriedade como espaço de trabalho da família; o filho do casal; e, ainda, duas funcionárias que trabalham no local. Indiretamente têm-se os funcionários que cuidam do lanche, da limpeza dos banheiros e demais dependências e aqueles que são responsáveis pelo jardim e pela produção das *hemerocallis*.

Referente ao perfil das turmas que costumam visitar a propriedade, o senhor Dário destaca que a faixa etária predominante está entre os 5 e 12 anos, provenientes de escolas públicas e particulares. As atividades propostas geralmente são as mesmas, independente da idade do grupo. A diferença está na forma de

explicar, no tipo de abordagem utilizada, aspecto que pode ser identificado no depoimento do proprietário:

Quando a gente pega um grupo de cinco anos não dá para falar da mesma forma que um grupo de 13 anos, e então a gente dá uma simplificada, de forma que as crianças possam entender. Não adianta falar de cruzamento de pólen, das partes de uma flor, porque não vão entender. Para elas tem que mostrar a preparação da muda, do solo, mostrar como planta, deixar elas plantar (DÁRIO BERGEMANN, 09/09/2011).

Em relação à inserção da propriedade Agrícola da Ilha no Projeto Viva Ciranda, o processo deu-se de forma semelhante aos demais empreendimentos, tendo ocorrido por meio de um convite feito pela equipe da PROMOTUR, ainda em 2010, durante a fase de elaboração do projeto.

Até o momento, o projeto vem sendo avaliado de maneira positiva pelo proprietário, sobretudo em relação ao apoio fornecido pela equipe do projeto no desenvolvimento das atividades com as crianças. Tais orientações, associadas às interações promovidas nos cursos de capacitação e a experiência adquirida ao longo dos anos, permitiram que as atividades propostas passassem a ter um enfoque mais pedagógico, com um crescente aperfeiçoamento dos temas abordados.

Para além dessas questões, o entrevistado enfatizou que a participação no projeto fez com que a propriedade se mantivesse bem organizada durante o ano todo, não somente no período em que ocorre o Festival Brasileiro de *Hemerocallis*. Por conseguinte, manter a propriedade sempre bem cuidada e com um visual agradável é fundamental para atrair novos grupos de visitantes.

Assim, a partir do projeto Viva Ciranda, as visitas de turmas de escolares tem sido constante, ocorrendo desde o início do ano letivo. O contato e agendamento das visitas geralmente são feitos pelas próprias escolas via telefone, e diretamente com os proprietários. Ou, então, pela PROMOTUR, que agenda e em seguida comunica aos proprietários.

Para o proprietário, a finalidade, em certa medida, não está nos ganhos financeiros provenientes da recepção dos grupos, mas sim nas contribuições que estas atividades podem trazer em termos sociais e ambientais:

A gente não está visando a questão econômica, mas sim pensando na questão social e fazer com que a gente consiga ajudar a mudar gerações, no sentido de fazer com que essas crianças nesse período de aprendizado possam saber que esse setor existe, que a questão de valorizar o plantio de uma árvore é super importante, tanto no meio rural quanto no meio urbano (DÁRIO BERGEMANN, 09/09/2011).

Tais argumentações explicitam o caráter multifuncional das atividades agrícolas e enfatizam a função social desempenhada pelas propriedades rurais na atual conjuntura. Ao mesmo tempo, a preocupação com o meio ambiente se fortalece, assumindo papel de destaque nas ações dos proprietários rurais.

5.2.1.1 O percurso didático

As atividades desenvolvidas nesta propriedade foram observadas em uma visita de campo realizado no início do mês de outubro de 2007, com um grupo de 25 alunos do 3º ano do ensino fundamental (Quadro 7):

Quadro 7 - A prática do TRP na Propriedade Agrícola da Ilha: um dia de campo

Data da visita:	06/10/2011
Perfil da turma:	25 alunos do 3º ano do ensino fundamental, procedentes de uma escola pública de Joinville, acompanhados pela professora da turma e pela pedagoga do projeto Viva Ciranda. Na ocasião, havia também duas estagiárias do curso de pedagogia da Universidade de Joinville (UNIVILLE), acompanhando as atividades para fins acadêmicos.
Tempo de duração:	2h20 minutos, com início às 8h30 e término às 10h50.
Atividades:	Visitação ao Jardim das <i>Hemerocallis</i> , visitação ao jardim dos sentidos, lago dos peixes ornamentais, trilha ecológica.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

O percurso proposto teve início com a apresentação da pessoa responsável pelas atividades, que na ocasião compreendia uma das funcionárias que trabalhava no setor administrativo e também atuava como monitora nas atividades com grupos escolares. Logo, a monitora fez uma breve apresentação da propriedade, estabelecendo com a turma algumas regras referentes aos cuidados que cada um deveria ter com as plantas e os espaços que foram visitados durante o percurso.

Seguiu-se então para o jardim das *Hemerocallis*, onde foram apresentadas diferentes variedades de plantas e flores produzidas na propriedade, com explicações sobre as fases de plantio, polinização e formação de novas variedades de *hemerocallis*, bem como, a origem de algumas palmeiras, seu nome científico e diferenciações, a exemplo da palmeira azul, palmeira Imperial e palmeira garrafão. No trajeto, o grupo parou para observar a pequena cachoeira artificial construída junto às plantas e foram estimulados a ouvir o som produzido pela água (Figura 16).

Posteriormente, a monitora convidou o grupo a sentar-se no gramado e, utilizando um painel ilustrativo, apresentou as partes da *hemerocallis*. Explicou o processo de reprodução e criação de novas cores, a partir do cruzamento de duas variedades distintas. Também descreveu o período de floração e os cuidados necessários para que as mesmas cresçam e se desenvolvam de maneira harmoniosa. Enquanto ouviam as explicações da monitora, as crianças observavam de perto uma espécie da flor, que foi utilizada para amostra. A curiosidade e interesse pelo assunto abordado instigou o grupo a fazer vários questionamentos, sobretudo em relação ao cruzamento de duas variedades. Muitas crianças, que traziam consigo seus cadernos de registro, anotavam os comentários feito pela monitora e também pela pedagoga do projeto.

Figura 16 - Alunos do 3º ano do Ensino Fundamental conhecem o jardim das Hemerocallis na propriedade Agrícola da Ilha.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Ainda no jardim, as crianças foram estimuladas a tocar e sentir as diferentes texturas dos dois tipos de gramados ali existentes, grama amendoim e grama esmeralda. Nessa situação, comentou-se sobre as diferentes tonalidades da cor verde que é possível identificar somente naquele espaço e, também, da importância das plantas para o equilíbrio da natureza.

Após esse momento mais contemplativo, o grupo foi conduzido para o jardim dos sentidos, onde as crianças tiveram a oportunidade de vivenciar experiências.

Neste espaço, as diferentes instalações lúdicas despertaram a atenção e curiosidade do grupo e dos professores, favorecendo um momento de interação e descontração.

O *labirinto dos sons* compreende uma estrutura de madeira com a parte interna repleta de varas de bambu suspensas, que produzem diferentes sons durante a passagem de cada pessoa por entre elas. A *pedra sussurrante* tem cerca de 1,8m de altura com um buraco no centro, onde é possível colocar a cabeça para ouvir a acústica que se forma a partir da própria voz. A *roda das cores* diz respeito a uma atividade que possibilita uma sensação de ilusão de ótica, com a mudança das cores. Outras atrações desse espaço são *as pedras d'água* e o gramado, onde as crianças são instigadas a permanecer de pés descalços para sentirem a sensação provocada por essa experiência (Figura 17).

Figura 17 - Alunos desenvolvem atividades interativas e lúdicas no jardim dos sentidos na propriedade Agrícola da Ilha.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Depois de alguns minutos brincando no parquinho, a turma dirigiu-se ao refeitório para realizarem o lanche, que durou cerca de 20 minutos. Dando continuidade às atividades, o grupo seguiu até o lago artificial existente na propriedade onde há uma variedade de peixes ornamentais. Neste local, cada criança teve a oportunidade de alimentar as carpas japonesas que, acostumadas

com a presença humana, aproximaram-se e vieram comer na mão das mesmas (Figura 18).

Figura 18 - Crianças alimentando as carpas japonesas na propriedade Agrícola da Ilha



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

O percurso continua com uma trilha ecológica realizada através do pequeno fragmento de mata atlântica existente na propriedade. No trajeto, as questões ambientais são amplamente abordadas, contemplando temas como o clima típico desses ambientes, as espécies de animais existentes, a vegetação local e a diversidade de plantas. Durante o trajeto, o grupo teve a oportunidade de conhecer os dois açudes que servem como reservatório para captação e armazenamento de água da chuva e que posteriormente é utilizado para irrigação. Ao terminarem a trilha, a monitora reuniu a turma na parte coberta do galpão e depois de alguns comentários finais, encerrou as atividades.

5.2.2 Propriedade da Família Schroeder

Localizada na região do Piraí, distante a 14,7 km da sede do município de Joinville, a propriedade do senhor Acácio e da senhora Salonia Schroeder, de origem tipicamente alemã, abrange uma área de 11 hectares, com produção agroecológica de diferentes culturas, tais como taiá-japão, cará, aipim, pupunha e

cana-de-açúcar, além do cultivo de hortifrutigranjeiros como alface, beterraba, berinjela, quiabo, vargem, pepino, e chuchu. Há ainda a criação de peixes (piscicultura) e de coelhos, bem como produção de leite de cabra e de vaca voltados, sobretudo, para o consumo da família.

Além dessas atividades produtivas, em meados de 2002 a propriedade também investiu na criação de frango colonial orgânico. A atividade, que inicialmente trouxe resultados positivos para a família, foi encerrada três anos depois, no ano de 2005, em virtude da pouca rentabilidade que vinha gerando.

Em relação à atividade turística, os proprietários, residentes na propriedade desde 1974, vêm tentando inserir-se no ramo do turismo rural desde 1992. No entanto, a falta de apoio e incentivo do poder público, associada a outros fatores de ordem econômica acabaram dificultando a continuidade e expansão da atividade. Apesar disso, o casal nunca desistiu do projeto e, aos poucos, foi investindo e melhorando a propriedade, com vistas a buscar sempre um espaço nesse mercado que, para o senhor Acácio, constitui-se em uma forma de agregar valor, de obter uma renda complementar para a família.

Assim, a recepção de grupos de turistas continuou sendo realizada, porém, muito esporadicamente. E foi somente a partir do ano de 2008 que essa demanda teve um aumento mais significativo, representada por grupos da terceira idade e turmas de adultos. Nessa época, os proprietários já recebiam algumas turmas de escolares, mas sem um enfoque pedagógico, voltado mais para a recreação.

A prática do turismo rural pedagógico passou a ser desenvolvida na propriedade do senhor Acácio a partir da sua inserção no projeto Viva Ciranda, no ano de 2010. O convite feito pela equipe da PROMOTUR trouxe aos proprietários a oportunidade de ingressar nesse ramo de atividades com maior segurança e preparo, recebendo o apoio técnico de profissionais da área, orientações pedagógicas e cursos de capacitação, incluindo a viagem realizada para a cidade de Urubici-SC e para a França. Na análise do proprietário:

Tudo o que foi feito, com certeza foi muito gratificante, porque cada viagem que tu faz para conhecer um lugar, você vê na mesma atividade que tem aqui e lá, coisas diferentes e isso abre a mente da gente (ACÁCIO SCHROEDER, 11/10/2011).

Este suporte inicial motivou o senhor Acácio que, até então, sentia-se desestimulado e desacreditado frente a iniciativas do poder público, as quais estão

voltadas para o fomento da atividade turística. Outro elemento motivador, apontado pelo entrevistado, refere-se à divulgação promovida pela mídia. A partir das reportagens publicadas nos jornais locais, na televisão e na internet, as propriedades tornaram-se conhecidas na região e passaram a atrair os olhares de pessoas de fora da cidade, interessadas em conhecerem a referida proposta. Com isso, ressaltou-se um relativo aumento da demanda, representado não apenas pelas oito visitas custeadas pelo projeto, mas, também, por outras turmas provenientes de escolas públicas e particulares.

A faixa etária desses grupos é variável, abrangendo desde turmas da educação infantil até turmas maiores, com 12 anos. O agendamento das visitas é feito por meio da PROMOTUR e em alguns casos, por agências de turismo ou, ainda, pela própria escola. O valor cobrado por criança, no momento, é de R\$ 5,00 para grupos com permanência de meio período. Além das atividades propostas, os grupos de visitantes também podem comprar verduras da época produzidas na propriedade.

A recepção, assim como o desenvolvimento das atividades, atualmente é realizada pelo próprio casal. No entanto, conforme ressalta o proprietário, se o fluxo de crianças aumentar demais, será necessário o envolvimento de, pelo menos, mais uma pessoa para ajudar nas atividades, “[...] mas a ideia é receber dois grupos por dia, um de manhã e outro à tarde, mais que isso não dá, porque tem a roça, a horta para cuidar [...]” (ACÁCIO SCHROEDER, 11/10/2011).

Em relação às mudanças feitas na propriedade a partir da entrada no projeto, destaca-se a organização no pátio e nos caminhos da propriedade que levam até a horta e até as instalações onde estão os animais (estábulo, galinheiro, coelheira, chiqueiro e potreiro) e, também, a ampliação e melhoria do galpão utilizado para a recepção dos grupos. O espaço, equipado com mesas e bancos, uma cozinha e dois banheiros, é utilizado para acomodação dos grupos de alunos e para a realização de lanches e almoços.

Além desses espaços, a propriedade também possui um jardim com pomar e áreas de mata preservada circundado, em parte, pelo rio Piraí. O sistema de tratamento de esgoto por zona de raízes, construído no ano de 1999 com o apoio dos técnicos da Fundação 25 de Julho é outro ponto destacado pelo proprietário que, preocupado com preservação da qualidade da água, decidiu realizar tal investimento.

5.2.2.1 O percurso didático

As atividades educativas propostas nesta propriedade foram pensadas e planejadas em parceria com a pedagoga do projeto, levando em conta as atividades produtivas desenvolvidas, os recursos disponíveis e os espaços existentes. Tendo por base tais critérios, o percurso didático observado (Quadro 8) contemplou basicamente dois eixos norteadores: a horta orgânica e os pequenos animais.

Quadro 8 - A prática do TRP na Propriedade da Família Schroeder: um dia de campo.

Data da visita:	13/09/2011
Perfil da turma:	30 alunos do 3º ano do ensino fundamental, provenientes de escola municipal da cidade de Joinville, acompanhados pela professora da turma, pela diretora adjunta da escola e pela pedagoga do projeto Viva Ciranda.
Tempo de duração:	2h20 minutos, com início às 14h00 e término às 16h20.
Atividades:	Visita à horta orgânica, ao pomar e ao jardim; interação com pequenos animais.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Dessa forma, o roteiro iniciou-se com a recepção da turma que foi conduzida até o galpão onde, após a apresentação e explicação da dinâmica das atividades, o casal propôs a divisão da turma em dois grupos, um grupo que seguiria com o senhor Acácio para conhecer a horta orgânica e outro com a senhora Salonia para conhecer os pequenos animais. No intuito de facilitar a organização dos mesmos e, sobretudo, despertar a curiosidade das crianças, todos receberam um crachá contendo a figura de um animal ou vegetal existente na propriedade, acompanhado de um conjunto de perguntas (Figura 19). Tal proposta foi sugestão da equipe do projeto, responsável pela elaboração e confecção dos crachás.

Figura 19 - Fotos de crachás contendo figuras de um animal ou vegetal da propriedade da Família Schroeder.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

O grupo dos vegetais acompanhou o senhor Acácio até a horta, onde o proprietário explicou a forma de produção orgânica, ressaltando porque a propriedade é caracterizada como agroecológica e quais os benefícios desse sistema para o meio ambiente e a saúde humana. Também descreveu o preparo da terra, manejo e irrigação. Neste espaço, as crianças conheceram diferentes culturas como o taiá, aipim, pimentão, nabo, alho, cebola, beterraba, pimentão e cenoura. Além disso, ajudaram a semear sementes de cenoura, com orientações em relação à semeadura. Em períodos de colheita ou plantio de mudas, as turmas, também, tiveram a oportunidade de participar das atividades.

O percurso continuou com o grupo dirigindo-se para o jardim e pomar localizados junto à residência. No local, o proprietário apresentou para as crianças os diferentes tipos de plantas medicinais (funcho, citronela, bálsamo branco, manjeriço, louro, etc.); árvores frutíferas (pessegueiro, pitangueira, bananeira; pé de abacaxi, aracá, butiá, palmeira-jussara, etc.) e flores (bromélia, olho-de-boneca) ali cultivadas (Figura 20).

Figura 20 - Atividades educativas relacionadas ao cultivo de plantas na propriedade da Família Schroeder



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Durante esse primeiro quadro de atividades, as crianças fizeram questionamentos a respeito das necessidades das plantas como, por exemplo, se era necessário regar todos os dias e que outros cuidados são necessários para que a planta cresça. A professora da turma, por sua vez, fez algumas interferências instigando os alunos a relacionar o que haviam aprendido em sala de aula sobre tais assuntos com as explicações do senhor Acácio.

Concluído esse primeiro momento, os dois grupos reuniram-se novamente para a realização do lanche, que durou cerca de 20 minutos. Após o lanche, a turma que estava com o senhor Acácio prosseguiu acompanhando a senhora Salonia até o local onde estavam os pequenos animais. Enquanto o outro grupo acompanha o proprietário na horta e no jardim.

No rancho onde se concentram as instalações dos animais (chiqueiro, estábulo, coelheira, galinheiro), os estudantes tiveram a chance de tirar leite de cabra, segurar os coelhos, pintinhos, patinhos, apanhar os ovos das galinhas e também, alimentar os filhotes de cabritos, o porco, as cabras, os gansos e os patos (Figura 21). Durante essas vivências, a proprietária explicou de modo sucinto alguns hábitos desses animais.

Figura 21 - Atividades educativas relacionadas à criação de animais na propriedade da Família Schroeder.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Aspecto importante a ser ressaltado refere-se ao fascínio das crianças pelos animais. Estavam ansiosas para tirar leite da cabra e se entusiasmaram com o fato de poderem alimentar o cabritinho; encantaram-se com a docilidade dos coelhos e com a delicadeza dos patinhos; e ficaram admiradas com o tamanho do porco, que despertou sentimentos de receio e, ao mesmo tempo, de curiosidade entre o grupo, atraindo a atenção de muitos que observavam o animal comendo e se locomovendo.

Após vivenciarem essas experiências, as turmas retornaram ao galpão de recepção, onde o senhor Acácio fez uma breve retomada das atividades propostas, questionando o que cada um mais gostou.

Para turmas maiores, há ainda a possibilidade de se fazer uma trilha na mata preservada, margeada, em parte, pelo rio Piraí. Para esses grupos, expõe-se ainda sobre o processo de tratamento de esgoto, a partir da utilização do sistema de fossa e filtro. Em dias de chuva, o casal também recebe grupos, propondo algumas atividades lúdicas diferenciadas, envolvendo os sentidos, sobretudo o tato e o olfato. E, conforme a estação do ano, as crianças participam das atividades da época, como plantio, colheita e preparo da terra.

O principal objetivo do percurso concentrou-se na apresentação do dia a dia dos agricultores, das atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas na propriedade,

proporcionando às crianças experiências diferenciadas em contato direto com a terra, os animais e as plantas. A partir dessas situações, muitas crianças *descobriram* a origem de alguns alimentos, a exemplo do leite e dos ovos, além de conhecerem o processo de produção orgânica, tal como destacou o senhor Acácio:

Muitos vêm aqui e acham que o leite sai da geladeira ou da caixinha, então essa experiência de poder ordenhar uma cabra, que são animais dóceis, mostrando de onde vem o leite, o ovo e também mostrar para elas a parte da produção orgânica, que tem como trabalhar sem agrotóxico e com qualidade, tudo isso é muito importante (ACÁCIO SCHROEDER, 11/10/2011).

Sublinha-se aqui, o caráter valorativo de tais atividades, no sentido de permitir às novas gerações a aquisição de saberes que, aos olhos das pessoas mais velhas parecem ser tão comuns, mas que no contexto atual tem se tornado cada vez mais ausentes e distantes das vidas de crianças e adolescentes, principalmente daquelas que vivem nos grandes centros urbanos.

5.2.3 Sítio Vale das Nascentes

Localizada na comunidade do Quiriri, a 34,5 km do centro de Joinville, em uma região geográfica de características singulares repleta de vales e cachoeiras, a propriedade impressiona pelas belezas naturais que a circundam. Com aproximadamente 12 hectares, sendo sua maior parte composta por mata nativa, a propriedade possui um pomar com cerca de 800 pés de frutas de diferentes variedades e constitui-se em um verdadeiro santuário de pássaros e animais silvestres, típicos dessa região.

Nesta propriedade, as atividades agrícolas e pecuárias assumem um papel secundário, voltadas basicamente para o consumo familiar e em pequena escala, a exemplo da pequena horta, com o cultivo orgânico de hortaliças. A maior parte do tempo é destinada à manutenção e organização do pátio, do pomar e demais estruturas existentes.

Atualmente, convivem no local três famílias em residências distintas e sem vínculos de parentesco, totalizando onze pessoas. Destas, pelo menos um membro de cada família está diretamente envolvido nas atividades com grupos de turistas, dentre as quais está a senhora Sueli Fink Bail, cuja entrevista me foi concedida. De acordo com a proprietária, as visitas turísticas ocorrem desde 2004, ano em que

adquiriram a propriedade e mudaram-se para o local. A atividade, que já era desenvolvida pelo antigo morador, compreende a recepção de grupos de adultos, sobretudo nos finais de semana, com a oferta de café-da-manhã e almoço. As visitas de grupos escolares também já ocorriam, porém esporadicamente e voltadas somente para a recreação e lazer, sem a conotação pedagógica assumida atualmente.

A partir de 2010, com a entrada no Projeto Viva Ciranda, a convite da equipe da PROMOTUR, o fluxo de crianças aumentou e atividades de caráter pedagógico foram elaboradas e implementadas. O planejamento do percurso didático, assim como nas demais propriedades, teve o auxílio da pedagoga e foi sendo estruturado de acordo com as características da propriedade, os espaços existentes e recursos disponíveis. Na opinião da senhora Sueli, esse apoio técnico e pedagógico foi fundamental para a concretização da proposta:

Eles indicaram o que nós deveríamos fazer, sentaram com a gente e indicaram o que e como. E eles trazem muitas boas ideias. Também, alguma coisa a gente inventou, outra, eles viram que teria como fazer, muda ali, acrescenta aqui e assim fomos fazendo. Então, é muito importante o apoio deles lá, porque na verdade a gente não teria noção de como começar as coisas (SUELI BAIL, 05/10/2011).

Juntamente com esse suporte na elaboração das atividades, a entrevistada enfatizou os vários encontros e as oficinas realizadas, os quais permitiram que estivessem mais preparados para a realização do percurso didático. Apesar dessas orientações, poucas mudanças foram feitas na propriedade, em termos de infraestrutura. O investimento compreendeu apenas a construção de uma trilha de pedras até o local onde se encontram as nascentes e a elaboração de um mapa ilustrado do percurso didático, desenhado manualmente pelo filho da proprietária.

A recepção dos grupos e o desenvolvimento do roteiro pedagógico geralmente são feitos por Sueli, que conta com o auxílio de Marilda e Bino, ambos residentes no local. Durante os finais de semana, os maridos de Marilda e de Sueli, juntamente com o filho desta, também costumam ajudar nas atividades. Referente ao perfil dos grupos recebidos, a predominância tem sido de turmas do 4º ano do ensino fundamental, seguidos de grupos do 3º e 5º anos, provenientes de escolas municipais que participam do projeto e também de outras escolas particulares.

Em relação aos espaços e instalações existentes na propriedade, destaca-se o salão de recepção, um local amplo e bem estruturado, com cozinha, banheiros e

mesas para refeições. Além dessa estrutura, há também um espaço com bancos para a acomodação das crianças e realização de determinadas atividades, bem como, galinheiro, estábulo, canil e potreiro.

Apesar da excelente infraestrutura e do cenário favorável em virtude das inúmeras belezas naturais ali existentes, um ponto negativo destacado pela proprietária refere-se às precárias condições da estrada de acesso que, nos períodos chuvosos torna-se intransitável, sendo necessária a interrupção do tráfego veicular. Conseqüentemente, tem-se uma relativa queda da demanda turística, diminuindo assim o fluxo de visitantes na propriedade. A reivindicação referente à solicitação de melhorias já ocorre há alguns anos, conforme destaca a proprietária. No entanto, nada tem sido feito para resolver tal situação.

5.2.3.1 O percurso didático

O percurso no Sítio Vale das Nascentes foram acompanhadas e observadas no mês de setembro de 2011, junto a um grupo de 30 alunos do 4º ano do ensino fundamental (Quadro 9). O foco central das atividades desenvolvidas na propriedade é a educação ambiental, especialmente com relação aos recursos hídricos:

Quadro 9 - A prática do TRP no Sítio Vale das Nascentes: um dia de campo.

Data da visita:	12/09/2011
Perfil da turma:	30 alunos do 4º ano do ensino fundamental (antiga 3ª série), procedentes de uma escola pública do município de Joinville, acompanhadas da professora da turma, da supervisora da escola e da pedagoga do projeto Viva Ciranda.
Tempo de duração:	1h40 minutos, com início às 9h00 e encerramento às 10h40 minutos.
Atividades:	Identificação dos sons de aves silvestres, visita à casa de pedra, observação de aves domésticas e alimentação de peixes, observação de nascentes de água.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A proposta teve início com a condução do grupo até o salão de recepções e apresentação dos responsáveis pelas atividades: Sueli, Bino e Marilda. No local, as crianças receberam as primeiras informações a respeito do roteiro que realizariam na propriedade. Para auxiliar na atividade, a proprietária Sueli utilizou como recurso didático um croqui ilustrativo das atividades desenvolvidas educativas na

propriedade. Além dessas informações, algumas regras foram estabelecidas, as quais dizem respeito aos cuidados que todos devem ter durante a visita (Figura 22).

Figura 22 - Educação ambiental no Sítio Vale das Nascentes: conhecendo a propriedade através de croqui e da realização de trajeto a pé.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Geralmente, a atividade seguinte compreende a divisão da turma em grupos para a realização de um quebra-cabeça, cuja figura refere-se a um pássaro da região (tucano, aracuã, saracura e inhambu). Na parte detrás destes quebra-cabeças são expostas alguns dados de cada ave, como características, alimentação e reprodução. A brincadeira, no entanto, não foi realizada com a turma que acompanhamos, em virtude do pouco tempo que o grupo permaneceria no local.

Assim, após a apresentação do mapa e a realização do lanche, as crianças foram convidadas a sentar-se no gramado em frente ao salão, onde o senhor Bino, com o auxílio de um apito, reproduziu o som de diferentes pássaros, instigando a turma a identificá-los. Com a identificação dos mesmos, comentou sobre as principais características de cada pássaro, ressaltando a importância das aves na preservação das matas.

Depois dessa atividade, o grupo acompanhou a senhora Sueli por uma trilha até uma pequena casa feita de pedras, denominada de *casa da ignorância*. O nome atribuído é em virtude da quantidade de lixo depositado intencionalmente dentro da casa, com o intuito de chamar a atenção dos alunos a respeito das atitudes das

pessoas e as consequências dessas ações para o meio ambiente. As explicações foram complementadas por relatos de situações envolvendo a negligência e falta de respeito das pessoas para com a natureza. Para as crianças menores, o local recebe o nome de *casa da Bruxa*, onde as histórias contadas mencionam a bruxa como personagem que polui e não cuida do ambiente.

O percurso continuou até o açude onde as crianças tivessem a possibilidade de alimentar os peixes, podendo ainda observar e alimentar as aves (peru, ganso, galinha, pato) no galinheiro e potreiro, localizados próximos dali (Figura 23).

Figura 23 - Alunos conhecendo a 'casa da ignorância' e o açude de peixes no Sítio Vale das Nascentes



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

A atividade seguinte ocorreu em um local repleto de muitas árvores, onde é possível ouvir o barulho das cachoeiras e o canto dos pássaros. Aproveitando a presença desses elementos, Sueli e Bino sugeriram ao grupo que tentassem ouvir o som da natureza, respirassem o ar profundamente, observassem as diferenças daquele ambiente com o ambiente onde viviam. Nesta situação, – assim como em todas as demais - a pedagoga do projeto fez interferências, instigando a turma a interagir e refletir sobre as questões discutidas. A professora que acompanhava a turma, no entanto, apenas observava as crianças, sem qualquer intervenção. Após

este momento mais reflexivo, a turma seguiu para os locais onde ficam as nascentes e observaram de perto a água que borbulhava no fundo do pequeno poço.

Além das nascentes, os alunos também tiveram a oportunidade de tomar água na bica, que vinha diretamente de uma nascente. A atividade foi complementada com explicações relacionadas aos recursos hídricos, lençóis freáticos e o ciclo da água (Figura 24).

Figura 24 - Crianças interagindo e conhecendo nascentes e fontes d'água no Sítio Vale das Nascentes.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Os comentários abrangeram, ainda, questões referentes à qualidade do ar, tendo suscitado explicações a partir de exemplos concretos como as chamadas *manchas rosadas* presentes nos troncos das árvores e que circundam aquele local. Tais manchas recebem o nome de líquens, os quais servem como indicadores da qualidade do ar. Essa explicação chamou a atenção do grupo que parecia não ter conhecimento a respeito do assunto em questão.

O encerramento do roteiro ocorreu na estrutura coberta, com a retomada das questões abordadas e a realização de duas atividades de conscientização: a primeira referente ao lixo produzido pelo grupo durante o lanche. Já a segunda, relacionada à qualidade da água da nascente em comparação à água coletada em um rio próximo da cidade. Para concluir, cada criança foi questionada sobre a atividade que mais gostou.

5.2.4 Apiário PFAU

Situado na estrada do Rio da Prata, distante cerca de 22,9 km da sede do município de Joinville, o apiário PFAU²⁷ abrange uma área total de 53 hectares, dos quais cerca de 50% é ocupado por mata preservada. Além da apicultura, principal atividade econômica desenvolvida pela família da senhora Ilze Pabst, a propriedade possui produção de hortaliças e tubérculos (aipim, batata, etc.), além de criação de vacas leiteiras e galinhas caipiras, voltados exclusivamente para o consumo familiar. Em épocas anteriores, os proprietários também investiram no cultivo de tomate, couve-flor e melancia, cuja venda era realizada na própria propriedade para verdureiros e comerciantes locais que buscavam os produtos de caminhão.

Dona Ilze, que reside na propriedade desde 1974, é muito conhecida na região, em virtude do seu vasto conhecimento e experiência com a criação de abelhas. A apicultora, que aprendeu com o pai a arte de lidar com esses pequenos insetos, atualmente é responsável por cerca de dez apiários espalhados pelas regiões pertencentes à Joinville, sendo que cada um deles possui em média 15 a 20 colmeias. Além das abelhas africanizadas, a produtora também trabalha com espécies nativas do Brasil, como a mandaçaia, jataí e a bugia.

O tempo destinado a estas atividades é quase diário, o que de certa forma contribuiu de forma decisiva para que participasse do projeto Viva Ciranda. Ilze, embora já acompanhe as reuniões e atividades que enfocam o turismo rural no município há algum tempo, até então nunca havia recebido grupos escolares em sua propriedade. Assim, quando recebeu o convite da equipe da PROMOTUR para integrar-se ao projeto, num primeiro momento não quis aceitar, por considerar que o local não era estruturado o suficiente para o desenvolvimento das atividades, necessitando, para tanto, de várias adequações. E, principalmente, pela dificuldade em conseguir conciliar o seu trabalho com criação de abelhas e a recepção dos grupos de visitantes, caso essa atividade passasse a ser contínua.

A proposta, no entanto, foi aceita e a proprietária passou, então, a compartilhar com crianças de diferentes faixas etárias todo o seu conhecimento empírico e técnico acerca do mundo das abelhas. Os grupos escolares, provenientes de escolas públicas do município, são recepcionados por Ilze, que

²⁷ PFAU é o sobrenome do pai da senhora Ilze Pabst.

algumas vezes também conta com a ajuda de uma das suas seis filhas, durante o desenvolvimento das atividades.

Em relação aos espaços existentes na propriedade, cita-se a “casa do mel”, uma estrutura física que a proprietária utiliza para fazer o processamento e extração do produto. Além desse espaço, a propriedade também possui galpão, galinheiro estábulo e um pequeno espaço coberto, que passou a ser usado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas com os grupos de visitantes. As instalações desse local são relativamente precárias, necessitando de melhorias e adequações na sua estrutura física. A respeito disso, a proprietária destacou que um dos projetos futuros é justamente a construção de outro galpão, mais estruturado, amplo e com banheiros. Atualmente as crianças usam o banheiro da casa da filha de Dona Ilze, que reside no local com o esposo e o filho.

5.2.4.1 O percurso didático

Conforme constatado na visita de campo realizada juntamente com uma turma de 17 alunos do 2º ano do ensino fundamental (Quadro 10), o percurso proposto no Apiário PFAU teve como objetivo principal mostrar às crianças o mundo das abelhas:

Quadro 10 - A prática do TRP no Apiário PFAU um dia de campo.

Data da visita:	07/10/2011
Perfil da turma:	17 alunos do 2º ano do ensino fundamental, provenientes de escola pública, acompanhados por duas professoras.
Tempo de duração:	2h00, com início às 8h45 e término às 10h45.
Atividades:	Conhecendo o mundo das abelhas e do apicultor, atividade lúdica de identificação das colmeias e das abelhas, caminhada até o Rio da Prata.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

As atividades tiveram início com a proprietária esclarecendo ao grupo como vivem, onde vivem e como se organizam as abelhas. Comentou sobre o processo de produção do mel, explicando que este alimento é produzido a partir do néctar coletado nas flores, sendo em seguida transformado e armazenado em favos dentro das suas colmeias. Enquanto tecia os seus comentários, a senhora Ilze apresentou

para o grupo os diversos produtos extraídos do mel, como a cera e o própolis, além de duas lâminas de cera alveoladas utilizadas para facilitar o trabalho das abelhas na colmeia. A proprietária destacou a importância do alimento para a saúde humana e discorreu sobre as propriedades benéficas desse rico alimento.

A *aula* da dona Ilze contemplou, ainda, a apresentação da abelha africanizada, esclarecendo o grupo sua origem, nome científico, características e comportamento. Explicou a diferença das abelhas com ferrão (africanizadas) e abelhas sem ferrão, como a jataí, a mandaçaia, e a bugia, espécies nativas do Brasil. Mostrou para as crianças, de forma esquemática, como é a anatomia de uma abelha e a estrutura organizativa de uma colmeia, a qual é composta pela abelha rainha, as operárias e o zangão. Destacou, também, a função de cada uma delas na colônia, bem como o seu ciclo de vida, utilizando como recurso didático dois quadros ilustrativos: um contendo as partes da abelha e outro que mostra o ciclo de atividades das operárias (Figura 25).

Figura 25 - Proprietária do Apiário PFAU dá explicações sobre as características das abelhas.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Enquanto ouviam as explicações, a turma observava atentamente cada objeto, cada imagem que ia sendo apresentada pela proprietária no decorrer daquela manhã. Até mesmo as professoras que acompanhavam o grupo pareciam

estar impressionadas com todas aquelas informações acerca do mundo das abelhas, apresentadas com tanta propriedade pela senhora Ilze.

As atividades continuaram com a exposição das ferramentas e vestuário do apicultor, a exemplo do fumigador, luvas, macacão e capuz de tela de mosquiteiro que serve como proteção contra possíveis picadas das abelhas. Assim, a senhora Ilze ressaltou os cuidados necessários e convidou duas crianças para *brincar de apicultor*, vestindo-os com os referidos macacões. As crianças, que acharam graça das vestimentas, queriam participar da brincadeira, demonstrando curiosidade em saber mais a respeito do trabalho do apicultor.

A proposta seguinte compreendeu a realização de uma brincadeira de identificação das *casas* das abelhas jataí, mandaçaia e bugia, espalhadas pelo jardim, localizado ao lado do espaço onde as crianças estavam. A brincadeira consistia na divisão da turma em três grupos, sendo que cada grupo recebeu uma foto de uma das espécies de abelhas, juntamente com a imagem da sua *casa* e uma ficha contendo o seu nome científico. A partir dessas informações, os grupos deveriam procurar a colmeia de cada espécie. A atividade movimentou a turma, o que favoreceu a interação e despertou a atenção das crianças em relação às espécies de abelhas e às características dos seus respectivos habitats (Figura 26).

Figura 26 - Alunos envolvidos na atividade de identificação das “casas” das abelhas jataí, mandaçaia e bugia no Apiário PFAU.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Ao concluírem esta atividade, o grupo foi conduzido por Dona Ilze até o rio da Prata, que corta a propriedade, estando situado cerca de 800 metros de sua residência. Às margens do rio, a apicultora discorreu sobre a importância da água não apenas para as pessoas, mas também para as abelhas, para o seu metabolismo e equilíbrio da natureza. Geralmente, as crianças também têm a oportunidade de conhecer a casa do mel, mas neste dia, em virtude do pouco tempo que ainda restava para o grupo retornar à escola, a proprietária somente fez a distribuição dos sachês de mel ao final do percurso. Apesar de existir um roteiro pré-estabelecido, o mesmo não é estático e varia de acordo com o perfil da turma e das características do tempo.

5.2.5 Propriedade do senhor Ango Kersten

Situada na Estrada Bonita, região de Pirabeiraba, no município de Joinville/SC, a propriedade do Senhor Ango e da senhora Ivanir Kersten foi adquirida pelo bisavô do proprietário no ano de 1887. Distante 37,5 km do centro da cidade, a propriedade possui uma área total de 16 hectares de terra e tem como principal atividade produtiva a cana-de-açúcar, com produção de melado, que vem sendo repassada de uma geração para outra. Há também o cultivo de milho, aipim, batata-doce e produção leiteira (três vacas), utilizada na fabricação de queijo para comercialização.

Diferentemente dos demais empreendimentos analisados, a propriedade do senhor Ango já vem desenvolvendo a atividade turística há duas décadas, desde 1992, época em que o turismo rural começou a despontar em Joinville. De acordo com o proprietário, essa atividade surgiu como uma alternativa de agregar valor aos produtos derivados da cana-de-açúcar, como o melado e o *muss* que já eram processados e comercializados pela família. Em virtude disso, a propriedade passou a ser caracterizada como um empreendimento de agroturismo, com ênfase na produção de melado.

A partir de 1995, o senhor Ango também passou a receber grupos de escolares em sua propriedade. Inicialmente, a demanda era pouca, recebendo em média, duas a três turmas por mês. Em 1997, o proprietário decidiu incluir nas atividades com os grupos escolares um passeio de trator pela propriedade e também criou o museu rural, com vários objetos antigos, que pertenciam à família.

No mesmo ano, implementou o sistema de tratamento de água com zona de raízes. Todas essas *novidades* impulsionaram a procura de pessoas querendo conhecer a propriedade, o que repercutiu em um crescimento da demanda.

Quando questionado sobre o planejamento das atividades, o senhor Ango alegou que as mesmas não foram planejadas e pensadas dentro de um processo anterior a sua execução. As atividades foram sendo desenvolvidas de acordo com as necessidades que surgiam a partir da procura dos professores:

No começo foi um pouquinho complicado, a gente 'tremia' as pernas, porque naquela época quando nós começamos eu achava que as crianças já tinham todo esse conhecimento e no decorrer dos anos eu vi que não é bem essa realidade. Vi que as crianças hoje em dia não têm mais o contato direto com nada, não tem mais espaço para brincar em suas casas, vivem em áreas fechadas, então eles não tem contato com animais, com a natureza, e vivem num meio muito restrito. E hoje nós vemos a necessidade de mostrar para essas crianças um pouquinho da nossa realidade, de mostrar a origem dos alimentos, porque esse tipo de conhecimento infelizmente parece que está se perdendo (ANGO KERSTEN, 12/10/2011).

O trabalho desenvolvido pelo senhor Ango acabou despertando o interesse de escolas de outras cidades, acarretando num rápido crescimento da demanda. De acordo com o proprietário, em 2003 a propriedade chegou a receber 400 alunos por dia. Assim, o elevado número de visitantes acabou por sobrecarregar os proprietários, chegando a impossibilitá-los de desenvolverem suas atividades diárias, enquanto agricultores. Para solucionar o problema, o casal passou, então, a receber grupos somente através de agendamento - visto que até essa época, as visitas não eram agendadas -, limitando o número de turmas por turno.

Desde então, o casal, que conta com a ajuda das duas filhas, dedica-se em média 50% de seu tempo à recepção de turmas escolares e os outros 50% às atividades produtivas. Na parte da frente da propriedade, a família também mantém um pequeno estabelecimento onde são comercializados os produtos produzidos no local, como melado e *muss*,²⁸ e outros produtos alimentícios, que são fabricados por associados da agroindústria, a qual fazem parte.

Durante essas duas décadas, os investimentos na infraestrutura da propriedade foram sendo feitos aos poucos, com a melhoria e adequações dos espaços e ampliação de outros, porém sem descaracterizar a propriedade, e buscando manter a sua estrutura original. Além disso, o proprietário também afirmou ter investido muito em cursos de qualificação, não apenas na área do turismo, mas,

²⁸ Doce de melado.

também, nas áreas ambiental e de alimentação, buscando com isso melhorar a qualidade das atividades turísticas desenvolvidas na propriedade.

Em relação a sua entrada no projeto Viva Ciranda, o senhor Ango expôs que as atividades permaneceram as mesmas, não havendo alteração no roteiro após 2010. Para tanto, destacou o papel desempenhado pela pedagoga do projeto, no sentido de fornecer algumas dicas e orientações acerca das atividades propostas.

Atualmente, o casal recebe grupos tanto de escolas públicas quanto particulares, provenientes de Joinville e região. Há também procura de escolas de outros municípios mais distantes, a exemplo de Curitiba, capital do Paraná. A faixa etária predominante compreende as turmas de pré-escola, com idades entre cinco e seis anos, seguido das turmas de 1º e 2º ano do ensino fundamental. O agendamento é feito diretamente com o casal ou com uma das filhas.

5.2.5.1 O percurso didático

Tendo como principal objetivo possibilitar aos estudantes diferentes experiências em contato com a produção agrícola, o meio ambiente e a cultura do mundo rural, o roteiro de atividades proposto pelo senhor Ango Kersten contempla desde o passeio de trator pela propriedade até a observação das plantações de cana-de-açúcar e dos objetos presentes no museu rural (Quadro 11):

Quadro 11 - A prática do TRP na Propriedade do senhor Ango Kersten: um dia de campo.

Data da visita:	26/12/2011
Perfil da turma:	27 alunos, sendo 20 do 3º ano e 7 do 5º ano do ensino fundamental, provenientes de uma escola pública do município de Joinville, acompanhados por duas professoras. Neste dia, havia ainda uma estagiária do curso de pedagogia da Universidade de Joinville (UNIVILLE), acompanhando as atividades.
Tempo de duração:	2h30 minutos, com início às 13h30 e término às 16h00.
Atividades:	Passeio de trator pela propriedade, observação do sistema de tratamento de água feito com raízes de junco, visitação ao museu rural, observação de pequenos animais e aves que vivem na propriedade, atividades recreativas.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

O roteiro teve início com a recepção das crianças e apresentação dos proprietários. Durante esse momento inicial, o senhor Ango fez uma série de

recomendações e observações em relação aos cuidados que todos deveriam ter durante a visita. A primeira atividade, após esse momento, foi um passeio de trator pela propriedade. Durante o trajeto percorrido, as crianças estavam entusiasmadas e ficaram muito eufóricas, principalmente no momento da travessia pelo rio até a outra margem (Figura 27).

Figura 27 - Alunos realizando passeio de trator pela propriedade na Propriedade do senhor Ango Kersten.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Após descerem do trator, o senhor Ango reuniu o grupo e deu explicações referentes ao nome do Rio e demais questões relacionadas à preservação e à água potável. Em seguida, a turma seguiu o agricultor em uma caminhada, tendo o mesmo apresentado e elucidado de modo sucinto sobre as árvores que são avistadas pelo caminho (pinheiro americano, plantas aéreas). Em uma dessas árvores, o grupo parou e Ango solicitou a todos que fechassem os olhos e fizessem um minuto de silêncio. Logo após, fez questionamentos ao grupo sobre o que ouviram enquanto estavam em silêncio, fazendo ressalvas a respeito do ar fresco, do barulho dos pássaros, da cachoeira, da presença do verde e da inexistência de muitas casas, características pouco comuns na cidade. A maioria das crianças interagiu e respondeu.

A caminhada continuou até uma árvore, cujo fruto é o porongo. Neste local, senhor Ango utilizou uma casca do fruto para explicar as suas utilidades,

esclarecendo que antigamente era usado como utensílios de cozinha, por exemplo, e até hoje é utilizado como cuia de chimarrão. Em seguida, a turma dirigiu-se até uma figueira, onde o proprietário solicitou que cada uma colocasse a mão e sentisse a árvore, a sua textura. A atividade seguinte foi andar de balanço (Figura 28) e posteriormente, observar de perto o a água cristalina do rio.

Figura 28 - Atividade de sensibilização junto a natureza: alunos 'tocando' a árvore na Propriedade do senhor Ango Kersten.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

No retorno a propriedade, o senhor Ango fez uma parada com o intuito de explicar e mostrar ao grupo uma plantação de cana-de-açúcar. O proprietário expôs sobre o processo de plantio, cultivo e manejo dessa planta, bem como suas múltiplas utilizações.

A turma concluiu o passeio de trator e reuniu-se para fazer o lanche. Na segunda parte da visita, o senhor Ango conduziu a turma até a caixa de tratamento de água para consumo doméstico, feita com raízes de junco. Neste local, realizou-se uma explanação do processo de filtro natural utilizado na propriedade. A atividade seguinte consistiu na apresentação dos objetos presentes no museu. Para determinados objetos, o proprietário recorreu à história para explicar às crianças a sua utilidade, a exemplo do penico e da ratoeira. Foi um momento que despertou a atenção e interesse da maioria das crianças presentes (Figura 29).

Figura 29 - Crianças conhecendo os objetos antigos que compõem o museu rural na Propriedade do senhor Ango Kersten.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Posteriormente, o grupo dirigiu-se para a parte onde é feita a produção do melado. Neste local, mais uma vez foi feita uma exposição mais teórica sobre o processo de produção do melado. Em seguida, a turma foi convidada a provar o melado. Algumas crianças não quiseram experimentar, embora parecesse que nunca haviam visto ou provado tal alimento. Depois de provarem, os alunos dirigiram-se para o local onde ficam alguns animais e pássaros. Um pequeno grupo de alunos ficou por um tempo observando uma das aves: o peru. Pareciam estar impressionados com o seu tamanho. Essa atividade durou poucos minutos. Em seguida a turma foi *liberada* para brincar nos balanços e no campo de futebol.

Conforme observado, o roteiro de atividades proposto, embora tenha como foco a produção de melado, inclui atividades que contemplam vários temas:

A gente trabalha aqui diferentes temas, meio ambiente, resgate histórico, plantações, produção de melado, animais, sistema de tratamento de água por zona de raízes. Então, dependendo da turma, do que a professora está trabalhando com eles na escola, o que estão estudando, aí a gente tenta enfocar mais isso (ANGO KERSTEN, 12/10/2011).

Trata-se, portanto, de um roteiro diversificado e que pode ser trabalhado por turmas de diferentes faixas etárias e com diferentes propósitos.

5.2.6 Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Chaparral

O CTG Chaparral, localizado na Estrada Alvinho Souza do Nascimento, região de Pirabeiraba, a 13,5 km de distância do centro de Joinville, compreende uma propriedade de grande extensão de terra, com cerca de 500 hectares voltada para a pecuária, especificamente, bovinocultura e equinocultura. Há ainda uma parte destinada à produção de arroz. Além dessas atividades, existe no local um parque de eventos, onde desde 1995 são promovidos rodeios, provas e competições que atualmente chegam a empregar diretamente cerca de 700 pessoas no período, recebendo em torno de 70 mil pessoas, conforme destacado por um dos proprietários, senhor Valcívrio. O nome Chaparral deve-se a um antigo filme do qual o patriarca da família era admirador.

Em relação à atividade turística, o entrevistado, senhor Valcívrio, que reside na propriedade desde 1974 juntamente com os demais irmãos e suas respectivas famílias, ressaltou que a propriedade começou a receber grupos de turistas a partir de 1995. Geralmente eram grupos de escoteiros, idosos ou religiosos que usavam o espaço como local de encontros e eventos de final de semana. A recepção de turmas de escolares, por sua vez, acontecia de maneira esporádica e com um enfoque mais recreativo, sem uma proposta pedagógica efetiva.

A partir de 2010, com a entrada no projeto Viva Ciranda, o CTG Chaparral passou a desenvolver um roteiro com caráter pedagógico, tendo como enfoque o cavalo crioulo. A proposta foi elaborada com o auxílio da pedagoga do projeto, que acompanhou as primeiras visitas, dando suporte aos proprietários em relação ao que comunicar para as turmas. Nas palavras do proprietário:

O Projeto Viva Ciranda sempre esteve presente desde o início, o esqueleto todo no que se refere às atividades, ao planejamento, tudo foi montado dentro do que o programa exige. Aí, no dia a dia é que nos fomos moldando e adequando conforme as necessidades. [...] eu penso que na realidade, pela dimensão que tem esse projeto, não deveria existir um 'Viva Ciranda' só para as crianças, deveria existir um para os pais, para eles passarem um dia, para eles compreenderem o que tem por aí (VALCÍRIO HARGER, 12/09/2011).

A recepção dos grupos e desenvolvimento das atividades envolvem em média seis pessoas, visando principalmente garantir os cuidados e a segurança das crianças quando estiverem próximas aos cavalos. O público que tem visitado a propriedade compreende turmas de escolas públicas, relacionadas ao projeto Viva

Ciranda. A expectativa, no entanto, é que a demanda aumente, favorecendo, por conseguinte, a divulgação do próprio CTG Chaparral.

A propriedade apresenta uma infraestrutura adequada para receber as turmas de alunos, com espaços amplos, possibilitando o desenvolvimento de várias atividades ao mesmo tempo.

Conforme exposto na metodologia (item 4.1.5), a realização das observações com o acompanhamento de turmas no CTG Chaparral não foi feita, sobretudo em virtude de não mais haver agendamentos no período equivalente ao período da coleta de dados. Diante disso, as informações acerca do roteiro proposto nesta propriedade foram obtidas com a pedagoga do Projeto Viva Ciranda e, também, a partir das respostas do entrevistado, senhor Valcívrio. Embora não contemplem todas as questões que constam no roteiro de observação, tais informações possibilitam identificar quais as atividades desenvolvidas, bem como os conteúdos que venham a ser contemplados nessas experiências.

O principal propósito das atividades desenvolvidas é promover uma compreensão mais aprofundada com relação à criação e doma dos cavalos, tendo como foco, o cavalo crioulo. Dessa forma, logo quando chegam na propriedade, as crianças são divididas em dois grupos. Um grupo segue a pessoa encarregada por essa parte - que geralmente é feita por Fernando, filho do senhor Valcívrio - até as *baias*, onde recebem informações sobre os cuidados com o cavalo, características desse animal, modo de reprodução, alimentação, cuidados com higiene, cuidados veterinários com os animais. Há também a possibilidade de tocar no cavalo, podendo acariciá-lo e/ou alimentá-lo com alfafa, cenoura ou torrões de açúcar.

O segundo grupo, por sua vez, é conduzido para outro espaço, onde aprendem a laçar e a montar a cavalo, ouvindo sobre as competições do rodeio e outras questões relacionadas a essa atividade. As crianças também têm a oportunidade de realizar um passeio de charrete pela propriedade.

Após a realização dessas atividades, os alunos se reúnem novamente para fazer o lanche e depois disso, é feita a troca de grupo. Para além dessas atividades, propõe-se também uma palestra realizada por um veterinário sobre animais transmissores de doenças, a exemplo do rato e da barata, que são encontrados tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas, acarretando vários problemas e riscos para a saúde humana.

Na análise do proprietário ValcÍrio Harger, as atividades propostas no CTG Chaparral podem contribuir de diferentes formas no desenvolvimento das crianças, desde questões relacionadas à autoestima até aspectos concernentes ao contato direto com a natureza:

[...] o simples fato da criança chegar lá com um ponto de interrogação na cabeça se ela vai ou não conseguir montar a cavalo e sair de lá com isso resolvido já é um ponto importante. E eu acho isso fundamental. Muitos chegam lá com a autoestima muito baixa, com aquela ideia de 'eu não consigo, eu não sei, eu tenho medo,' e saem de lá com a aquela satisfação de 'valeu a pena'. E também, o contato com a natureza, com os animais, o contato com a liberdade, uma liberdade que hoje não existe mais no seu dia a dia, por conta da falta segurança, do fato de morarem na cidade grande, dos riscos que se encontra nesses ambientes urbanos (VALCÍRIO HARGER, 12/09/2011).

Partindo desse contexto, o CTG Chaparral, assim como as demais propriedades analisadas, emerge como um espaço de valor educativo, na medida em que permite às crianças diferentes experiências num contexto diferenciado em contato com animais, plantas e outras pessoas.

5.3 A PRÁTICA DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO NAS PROPRIEDADES ANALISADAS: ESPECIFICIDADES E SIMILARIDADES

Os resultados do estudo a respeito das duas experiências onde são desenvolvidas atividades educativas evidenciam, primeiramente, um conjunto de especificidades relacionadas às propostas de ambas. Conforme constatado, o Projeto Viva Ciranda compreende uma iniciativa criada com o intuito de fomentar o turismo rural de base comunitária, tendo como carro-chefe o turismo rural pedagógico. A proposta envolve diferentes entidades, desde a Secretaria Municipal do Turismo e Secretaria da Educação até proprietários rurais, escolas e estudantes do curso de pedagogia da Universidade de Joinville (UNIVILLE).

Nesse processo, a questão do planejamento figurou como um dos pilares do projeto, podendo ser identificado não apenas nos objetivos estabelecidos pela equipe responsável, mas também, nas etapas a serem cumpridas, na orientação aos proprietários, no monitoramento das atividades realizadas, na presença de uma pedagoga para auxiliar no processo, na realização de cursos de capacitação e encontros para discutir os pontos a serem melhorados e na avaliação das atividades. Até mesmo os proprietários que já realizavam atividades com turmas de

crianças, passaram a desenvolver uma proposta com um enfoque mais pedagógico e com uma estrutura mais organizada.

Essa articulação impulsionou o projeto, na medida em que envolveu ações planejadas e a participação de pessoas de diferentes esferas, motivando-as a participar, o que pode ser observado tanto nas entrevistas com os proprietários rurais, como também, com os professores. Ambos evidenciaram um desejo expressivo de dar continuidade ao projeto, de envolver as crianças, as comunidades, ressaltando a importância do papel desempenhado pelas Secretarias nesse processo que vem sendo considerado bem sucedido.

O Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre, por sua vez, recebe apoio da Secretaria do Turismo de Porto Alegre e de outras entidades, mas que expressa pouco engajamento quando o assunto é turismo rural pedagógico. Trata-se de uma iniciativa que tem como foco a divulgação e promoção do turismo rural da Zona Sul porto-alegrense, sem se ater a um segmento específico. Logo, o turismo rural pedagógico constitui apenas um desses segmentos.

A iniciativa de receber grupos escolares, desse modo, surgiu individualmente, sem incentivos ou apoio externo e sem orientação na elaboração das atividades propostas. Na maioria das propriedades, o roteiro proposto atualmente foi sendo construído ao longo do tempo, com os erros e acertos evidenciados em cada nova situação. As experiências práticas, associadas aos conhecimentos adquiridos ao longo da vida foram e continuam sendo os principais elementos orientadores desses proprietários no desenvolvimento das atividades com grupos escolares. Nas entrevistas com os mesmos, percebeu-se que não há um envolvimento coletivo, mas sim, individual. Ao mesmo tempo, as falas dos professores evidenciaram essa ação individualizada, em que o turismo rural pedagógico acontece em determinadas propriedades e não no Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre como um todo.

Para além desses aspectos, foi possível identificar outras especificidades entre os próprios empreendimentos inseridos no mesmo roteiro/projeto. Tais questões estão relacionadas às características de cada experiência e de peculiaridades das propriedades, ao perfil dos proprietários envolvidos, ao processo organizativo de cada experiência e ao aos objetivos de cada roteiro observado e aos tipos de estratégias metodológicas utilizadas com as turmas de alunos.

Por outro lado, existem alguns aspectos concernentes à prática do TRP que prevalecem em todas as propriedades analisadas. São variáveis que podem

influenciar positiva ou negativamente o desenvolvimento das atividades educativas propostas, independente da estrutura física da propriedade e do contexto sócio-espacial ao qual estão inseridas. Nesse contexto, discute-se a seguir tais questões, visando responder aos objetivos propostos nesta dissertação.

5.3.1 As características das propriedades rurais que praticam turismo rural pedagógico

As onze propriedades que praticam turismo rural pedagógico apresentam vários aspectos distintos, a começar pelo seu tamanho, que vai de um hectare até quinhentos hectares. No grupo dos Caminhos Rurais predomina as pequenas propriedades com área entre um e onze hectares, enquanto que no município de Joinville, o tamanho oscila de nove até quinhentos hectares, com a maioria (90%) possuindo entre nove e cinquenta e três hectares aproximadamente.

As atividades produtivas desenvolvidas nessas propriedades também são diversas, abrangendo desde a produção de melado e o cultivo de flores, frutas, e hortaliças até a criação de cavalos crioulos e animais de pequeno porte. Referente a essa questão, observa-se uma predominância da produção agroecológica nas propriedades situadas em Porto Alegre, com destaque para o cultivo de hortifrutigranjeiros. Já, nas propriedades que integram o Projeto Viva Ciranda, verifica-se uma maior diversificação no que diz respeito aos produtos cultivados.

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se à comercialização dos produtos cultivados e/ou produzidos nas propriedades. Com exceção do CTG Chaparral, todos os demais empreendimentos possuem algum produto (*in natura* ou processado) que é oferecido aos visitantes, garantindo assim uma renda adicional aos proprietários e agregando valor aos produtos e serviços realizados na propriedade. Tal estratégia contribui não apenas para a venda dos mesmos, mas também para a sua divulgação às famílias dos alunos que visitam o local.

Quanto aos recursos naturais disponíveis no entorno das propriedades, constatou-se uma visível diferença entre uma experiência e outra, o que pode ser justificado pelas características de cada região. No cenário joinvilense, os recursos naturais são mais abundantes e diversos, com a presença de rios que circundam as propriedades e matas nativas que são utilizadas como trilhas. Em Porto Alegre, por

sua vez, os recursos existem, porém em menor proporção.

Em relação à infraestrutura, as diferenças observadas entre as propriedades são acentuadas. Enquanto algumas propriedades apresentam um quadro diferenciado de espaços educativos e instalações, outras ainda necessitam ser melhoradas e/ou ampliadas, como é o caso do Apiário PFAU e o Sítio do Tio Juca.

Nesse contexto, ressaltam-se alguns aspectos destacados pelos professores entrevistados a respeito das adequações necessárias nos espaços existentes nas propriedades em relação à segurança. Nas propriedades do Projeto Viva Ciranda, não houve ressalvas por parte das professoras, que consideraram os locais visitados como sendo adequados e seguros para as crianças. Já no Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre, as questões de higiene e segurança dos animais foram apontadas como um dos aspectos a ser melhorado em duas propriedades, a saber: o Sítio do Tio Juca e o Sítio dos Herdeiros.

Referente à recepção dos grupos de visitantes, em 54% das propriedades analisadas, o atendimento é exclusivamente familiar. Nos demais casos verifica-se a presença de funcionários auxiliando a família nas atividades educativas. Neste quadro, destaca-se o Sítio do Mato que conta com o auxílio de oito monitores contratados para o desenvolvimento das atividades de turismo rural pedagógico. Na maioria das propriedades, cobra-se R\$ 5,00 por criança para um período de até três horas. Em alguns casos, quando é oferecido lanche, o valor aumenta um pouco, porém, não ultrapassa de R\$ 15,00 por pessoa.

Torna-se importante ressaltar que das onze propriedades analisadas, seis são consideradas de agricultura familiar²⁹: a propriedade da Família Schroeder, propriedade do senhor Ango Kersten, Apiário PFAU, Sítio do Tio Juca, Sítio dos Herdeiros e Granja Santantonio.

Embora apresentem essas especificidades, as propriedades analisadas possuem uma característica em comum. Todas elas utilizam os recursos naturais e/ou as atividades produtivas desenvolvidas como recurso pedagógico para o desenvolvimento das atividades educativas junto aos grupos escolares, o que

²⁹ As seis propriedades possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf- DAP, instrumento de identificação do agricultor familiar que permite acessar políticas públicas como o Pronaf. Pela DAP, “[...] os critérios de identificação do estabelecimento familiar são os seguintes: a) os membros da família residam no estabelecimento ou perto dele; b) não detenha área superior a quatro módulos rurais; c) obtenha no mínimo 80% da renda bruta das atividades agropecuárias; d) pode manter até 2 (dois) empregados permanentes, admitido ainda a eventual ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir; e) renda familiar bruta anual de até R\$ 110 mil.” (RODRIGUES, 2009, p.17-18).

explicita o caráter multifuncional da agricultura e dos espaços rurais que emerge a partir da prática do turismo rural pedagógico.

5.3.2. O perfil dos proprietários

Quanto ao perfil dos proprietários envolvidos com as atividades de turismo rural pedagógico, foram identificados dois tipos de empreendedores: os considerados rurais com procedência e trajetória de vida no meio rural e os neo-rurais³⁰, com origem no meio urbano e posterior migração para as áreas rurais. A faixa etária desses empreendedores também varia, oscilando entre 44 anos e 68 anos, com uma média predominando entre 50 e 60 anos. Em relação ao grau de escolaridade, a maioria (38%) possui ensino fundamental incompleto, seguido de 23% com ensino médio completo, 15% com ensino técnico e 15% com ensino superior.

Referente aos cursos de capacitação na área de turismo rural, observou-se que tal investimento decorre, em parte, da inserção desses proprietários no projeto/roteiro, representando cerca de 73% deles. Apenas três proprietários (27%) declararam ter participado de capacitações nessa área quando ainda não faziam parte do projeto/roteiro. Constatou-se, ainda, que os proprietários do Roteiro Caminhos Rurais até o momento das entrevistas não haviam participado de nenhuma capacitação voltada especificamente para o turismo rural pedagógico, ao contrário dos proprietários integrantes do Projeto Viva Ciranda, cujas formações desde o princípio centraram-se nesse tema.

No que diz respeito às estratégias utilizadas pelos proprietários no desenvolvimento das atividades com as crianças, verificou-se que alguns apenas expõem seus saberes, explicando os processos de produção, enquanto os alunos ouvem e observam, porém, sem envolver-se ativamente nas atividades.

A interação ocorre por meio de questionamentos durante ou após o trajeto percorrido. Seria o caso averiguado no Sítio do Tio Juca. Outros seguem uma abordagem mais sensorial, com a realização de várias atividades práticas

³⁰ Os *neo-rurais* compreendem “[...] os indivíduos provenientes de meio urbano que, motivados por razões socioeconômicas, culturais e/ou ambientais, mudaram pela primeira vez ou regressaram ao meio rural, sendo que residem e/ou exercem atividades agrícolas ou não agrícolas no campo.” (ROCA, 2011, p.7).

envolvendo os sentidos (tato, olfato, visão, audição, paladar), a exemplo do Sítio Recanto das Pedras e da Agrícola da Ilha. Há ainda aqueles que apresentam um enfoque mais lúdico, com a realização de diferentes atividades lúdicas e recreativas. Nesse grupo, destaca-se o Sítio do Mato. No grupo maior, estão aqueles que combinam uma fala inicial mais expositiva seguido de atividades práticas envolvendo o contato direto com a terra e animais.

Ressalva-se que o fato de apresentar um ou outro enfoque não significa necessariamente que as atividades desenvolvidas na propriedade não apresentem as demais características. Os proprietários, independente do tipo de abordagem utilizada, expressaram em suas falas uma gama de saberes práticos relacionados ao seu dia a dia, conseguindo transmitir esses conhecimentos de maneira simples e clara. Em determinadas situações, as questões expostas poderiam ter sido mais exploradas pelo proprietário, buscando, assim, instigar os alunos a refletirem a respeito do exposto. Porém, esse aspecto depende muito do proprietário e, também, da turma de alunos e do seu interesse, expresso nos questionamentos feitos aos agricultores.

Nesse contexto, evidencia-se o tipo de interação estabelecido entre o proprietário e os alunos. A maneira de falar com as crianças e a linguagem utilizada é um aspecto que prevaleceu na análise dos professores no que diz respeito a essa questão.

No Projeto Viva Ciranda, os professores entrevistados declararam estar surpresos frente ao preparo dos proprietários e atribuíram esse aspecto às orientações constantes dos responsáveis pelo projeto. No caso do Roteiro Caminhos Rurais, a maioria dos professores destacou a questão da receptividade e atenção por parte dos proprietários para com os alunos.

Essa avaliação positiva feita pelos professores, associada aos demais aspectos relacionados ao perfil dos proprietários pesquisados, confirmam uma questão importante e que vai ao encontro do que vem sendo constatado nas experiências internacionais, qual seja, de que os proprietários não precisam ter uma formação em licenciatura para atuar nesse ramo de atividades, porém devem saber interagir com os alunos, sendo atenciosos e ao mesmo tempo, claros nas explicações, expondo com clareza seus conhecimentos e saberes práticos.

5.3.3 As atividades educativas propostas

A prática do turismo rural pedagógico nas duas experiências analisadas, conforme observado, possui um conjunto de características diversas. Contudo, apesar dessas especificidades, o caráter educativo das atividades prevalece em todas as propriedades analisadas, evidenciado não apenas pelos objetivos explicitados em cada roteiro, mas também, pelos conteúdos contemplados durante as atividades (Quadro 12 e Quadro 13).

Quadro 12 - Turismo Rural Pedagógico nas propriedades rurais do Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre: sistematização das principais atividades, características e objetivos

Nome da propriedade	Atividades produtivas desenvolvidas	Atividades educativas propostas	Conteúdos contemplados durante as atividades	Objetivo do roteiro proposto (continua)
<p>Sítio Recanto das Pedras</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produção agroecológica, com cultivo de plantas medicinais, hortaliças e pomar de árvores frutíferas (consumo interno). 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitação aos espaços onde estão os animais (ovelha, cavalo, coelhos, galinhas, patos). • Visitação à horta pedagógica (relógio humano, espiral de ervas medicinais e mandala). • Atividades recreativas. • Oficina de alimentação saudável. 	<ul style="list-style-type: none"> • Características dos animais: semelhanças e diferenças. • Identificação de diferentes tipos de plantas medicinais e hortaliças; características das plantas (cor, textura, tamanho, cheiro, sabor); estímulo das percepções (tato, olfato, visão); modo de produção orgânico (preparo da terra, plantio, cultivo); conhecimento das propriedades medicinais de algumas plantas (hortelã, cidreira, poejo). • Brincadeiras e jogos recreativos; movimento; interação. • Origem dos alimentos; noções de massa e quantidade (preparo de receita); confecção de bolinhos de espinafre; degustação; noções de higiene pessoal e ambiental; hábitos alimentares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar as crianças para que tenham uma alimentação mais saudável. • Promover o resgate da cultura rural.

Nome da propriedade	Atividades produtivas desenvolvidas	Atividades educativas propostas	Conteúdos contemplados durante as atividades	Objetivo do roteiro proposto (continuação)
Granja Santantonio	<ul style="list-style-type: none"> • Produção agroecológica de olericultura, com ênfase no cultivo de hortaliças (para comercialização – feira agroecológica). • Criação de animais (galinhas e vaca leiteira) para consumo interno. 	<ul style="list-style-type: none"> • Visita às áreas de cultivo de hortaliças. • Atividade de apresentação de trabalho em dupla (proposta apresentada pela Agência de viagens que conduzia o grupo acompanhado). • Passeio de trator. • Atividades recreativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Características da produção agroecológica: preparo da terra, técnicas de plantio e manejo, sistema de irrigação, tipos culturas produzidas e épocas de plantio, cuidados necessários no momento do plantio, degustação; importância de se consumir produtos orgânicos. • Impactos ambientais decorrentes da agricultura convencional; benefícios da produção agroecológica; regras básicas para se tornar um agricultor agroecológico. • Brincadeiras recreativas; movimento; interação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar aos grupos escolares todos os aspectos que caracterizam o modo de produção agroecológica. • Possibilitar às crianças que conheçam o trabalho do agricultor, seus costumes e tradições.
Sítio do Mato	<ul style="list-style-type: none"> • Cultivo de frutas e hortaliças, além da criação de pequenos animais (em pequena escala, como amostragem para as atividades educativas). 	<ul style="list-style-type: none"> • Trilha ecológica. • Visita ao estábulo e ao curral. • Visita aos canteiros da pequena horta. • Atividades recreativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de diferentes espécies de plantas; preservação das matas e dos recursos hídricos; tipos de animais e pássaros nativos do local; qualidade do ar; • Características de alguns animais (a exemplo do cavalo), hábitos alimentares e comportamento. • Identificação de diferentes ovos e relação com cada ave; tamanho; quantidade; interação com algumas aves domésticas (peru, galinhas). • Identificação de diferentes espécies de hortaliças e ervas medicinais; plantio de mudas de alface. • Superação de limites pessoais; interação; movimento; equilíbrio; agilidade; jogos recreativos e coletivos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar às crianças em idade escolar vivências no meio rural, sobretudo para aquelas que vivem nos centros urbanos, sem qualquer contato com os animais, as plantas e a terra.

Nome da propriedade	Atividades produtivas desenvolvidas	Atividades educativas propostas	Conteúdos contemplados durante as atividades	Objetivo do roteiro proposto (conclusão)
Sítio dos Herdeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Produção agroecológica de frutas e hortaliças (para comercialização – feira agroecológica); • Criação de pequenos animais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitação ao pomar de ameixas. • Visitação à horta. • Visitação aos espaços onde estão os pequenos animais (coelhos, ovelhas, patos); • Atividades recreativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de cultivo; cuidados com as plantas; colheita. • Tipos de culturas produzidas; preparo da terra; plantio; manejo; cuidados básicos na hora do plantio e da colheita. • Observação e contato com diferentes espécies de animais. • Movimento; interação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar o trabalho do agricultor no seu dia a dia, como é feito o plantio e colheita das frutas e hortaliças e os cuidados necessários para o desenvolvimento das mesmas.
Sítio do Tio Juca	<ul style="list-style-type: none"> • Produção agroecológica de frutas e hortaliças (para comercialização em feira agroecológica). 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitação às áreas de cultivo (hortaliças e plantas frutíferas). • Roda de discussões. 	<ul style="list-style-type: none"> • Características da produção agroecológica: preparo da terra, técnicas de plantio e manejo, sistema de irrigação, tipos culturas produzidas; épocas de plantio; aspectos do composto vegetal utilizado como adubo nas plantações (biofertilizante). • Características da propriedade; história de vida produtor; diferenças entre sistema de produção agroecológico e sistema convencional; impactos no solo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar às crianças o modo de produção agroecológico e o trabalho do produtor rural.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Quadro 13 – Turismo Rural Pedagógico nas propriedades rurais do Projeto Viva Ciranda, de Joinville: sistematização das principais atividades, características e objetivos

Nome da propriedade	Atividades produtivas desenvolvidas	Atividades educativas propostas	Conteúdos contemplados durante as atividades	Objetivo do roteiro proposto (continua)
Agrícola da Ilha	<ul style="list-style-type: none"> • Cultivo de flores e plantas ornamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitação ao jardim dos <i>Hemerocallis</i>. • Visitação ao jardim dos sentidos (pedra sussurrante, labirinto dos sons, pedra das cores, pedra d'água). • Lago dos peixes ornamentais. • Trilha ecológica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Variedades de plantas e flores; as partes da flor; coloração; floração; nome científico; fases do plantio; processo de reprodução, polinização e formação de novas variedades. • Desenvolvimento dos sentidos (visão, audição, tato, olfato) por meio de atividades sensoriais e lúdicas. • Cuidados com a água, coloração dos peixes, alimentação, origem dos peixes. • Tipo de vegetação predominante; preservação da natureza; clima, captação e armazenamento de água da chuva. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar às crianças a importância das plantas para a vida delas, para o meio ambiente. • Explicar o processo de produção e cultivo de flores <i>hemerocallis</i>.
Propriedade da Família Schroeder	<ul style="list-style-type: none"> • Produção agroecológica de hortifrutigranjeiros. • Criação de coelhos. • Produção de leite de cabra e de vaca (para consumo interno). 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitação à horta orgânica; ao pomar e jardim. • Atividades de interação com pequenos animais: segurar os coelhos, patinhos e alimentar o porco, as galinhas, o cabritinho; tirar leite da cabra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Modo de produção orgânico: benefícios para a saúde e para o meio ambiente; preparo da terra, manejo, irrigação, plantio (mudas/semeadura), colheita, necessidades básicas das plantas; tipos de culturas produzidas; identificação de diferentes espécies de plantas medicinais e árvores frutíferas. • Características dos animais (onde vivem, o que comem, como se locomovem, etc); cuidados necessários com os animais; estímulo às sensações através do contato direto com diferentes animais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o dia a dia dos agricultores, mostrando as atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas na propriedade, por meio de experiências diferenciadas em contato direto com a terra, os animais e as plantas.

Nome da propriedade	Atividades produtivas desenvolvidas	Atividades educativas propostas	Conteúdos contemplados durante as atividades	Objetivo do roteiro proposto (continuação)
Sítio Vale das Nascentes	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de frutas (pomar com de frutas exóticas). • Cultivo de hortaliças (para consumo interno). 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade lúdica: identificação dos sons de diferentes pássaros produzidos por apitos. • Visita à casa de pedra. • Observação dos animais ali existentes. oportunidade de alimentar as aves domésticas e peixes. • Visita às nascentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Características dos pássaros predominantes na região (alimentação, reprodução, hábitos, sons produzidos); importância das aves na preservação das matas. • Lixo urbano e poluição do meio ambiente; reciclagem e reaproveitamento. • Hábitos e atitudes das pessoas; preservação da natureza. • Observação e interação com aves domésticas (peru, galinhas) e peixes. • Estímulo das percepções (ouvir o som das árvores, dos pássaros, das águas); observação de nascentes; recursos hídricos, ciclo das águas; importância da água para a vida das pessoas e equilíbrio da natureza; qualidade do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a educação ambiental, especialmente com relação aos recursos hídricos.
Apiário PFAU	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de mel (apicultura). • Produção de hortaliças e tubérculos (aipim, batata, etc). • Criação de vacas leiteiras e galinhas caipiras; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do mundo das abelhas • Atividades lúdicas de identificação das colmeias e das abelhas. • Caminhada até o Rio da Prata. 	<ul style="list-style-type: none"> • Características das abelhas (estrutura anatômica, comportamento, modo de reprodução, habitat, ciclo de vida); as colmeias; diferentes tipos de abelhas (africanizadas e nativas); processo de produção do mel e seus benefícios para a saúde; os produtos derivados do mel (própolis, pólen); a importância das abelhas no equilíbrio da natureza; a vida do apicultor.. • Identificação das abelhas e colmeias de acordo com as imagens; atenção e observação. • A importância da água e das flores na produção do mel; a preservação dos recursos hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar às crianças o mundo das abelhas, destacando o importante papel desempenhado por esses insetos no equilíbrio da natureza.

Nome da propriedade	Atividades produtivas desenvolvidas	Atividades educativas propostas	Conteúdos contemplados durante as atividades	Objetivo do roteiro proposto (conclusão)
Propriedade do Senhor Ango Kersten	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de cana-de-açúcar e melado. • Cultivo de produtos agrícolas (milho, aipim, batata-doce). • Produção de leiteira, (produção de queijo para venda). 	<ul style="list-style-type: none"> • Passeio de trator pela propriedade. • Observação do sistema de tratamento de água feito com raízes de junco. • Visitação ao museu rural. • Visita ao curral aos pequenos animais e aves que vivem na propriedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação dos recursos hídricos; identificação de diferentes espécies de árvores; estímulo às percepções (respirar o ar, ouvir o som dos pássaros e do rio, sentir a árvore); origem e histórico da produção de cana-de-açúcar no Brasil e no município de Joinville; processo de plantio, cultivo e manejo da cana-de-açúcar e seus produtos derivados; produção do melado; benefícios para a saúde. • Conhecimento do sistema utilizado no tratamento de água para consumo doméstico feito com raízes de junco; reutilização da água. • Cultura e tradição na perspectiva do tempo a partir da identificação de diferentes objetos antigos (utensílios domésticos, meios de comunicação, vestimentas, objetos pessoais). • Observação de animais com diferentes características. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vivenciar diferentes experiências em contato com a produção agrícola, o meio ambiente e a cultura do mundo rural.
CTG Chaparral	<ul style="list-style-type: none"> • Pecuária, especialmente bovinocultura e equinocultura; • Produção de arroz. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do cavalo crioulo, suas características, hábitos e comportamento; • Atividade de laço e montaria; • Passeio de charrete pela propriedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Características do cavalo crioulo (modo de reprodução, alimentação, cuidados com higiene, cuidados veterinários); hábitos e comportamentos. • Coordenação motora; equilíbrio, atenção; superação de limites pessoais. • Observação de potros e éguas; interação grupal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma compreensão mais aprofundada acerca da criação e doma dos cavalos.

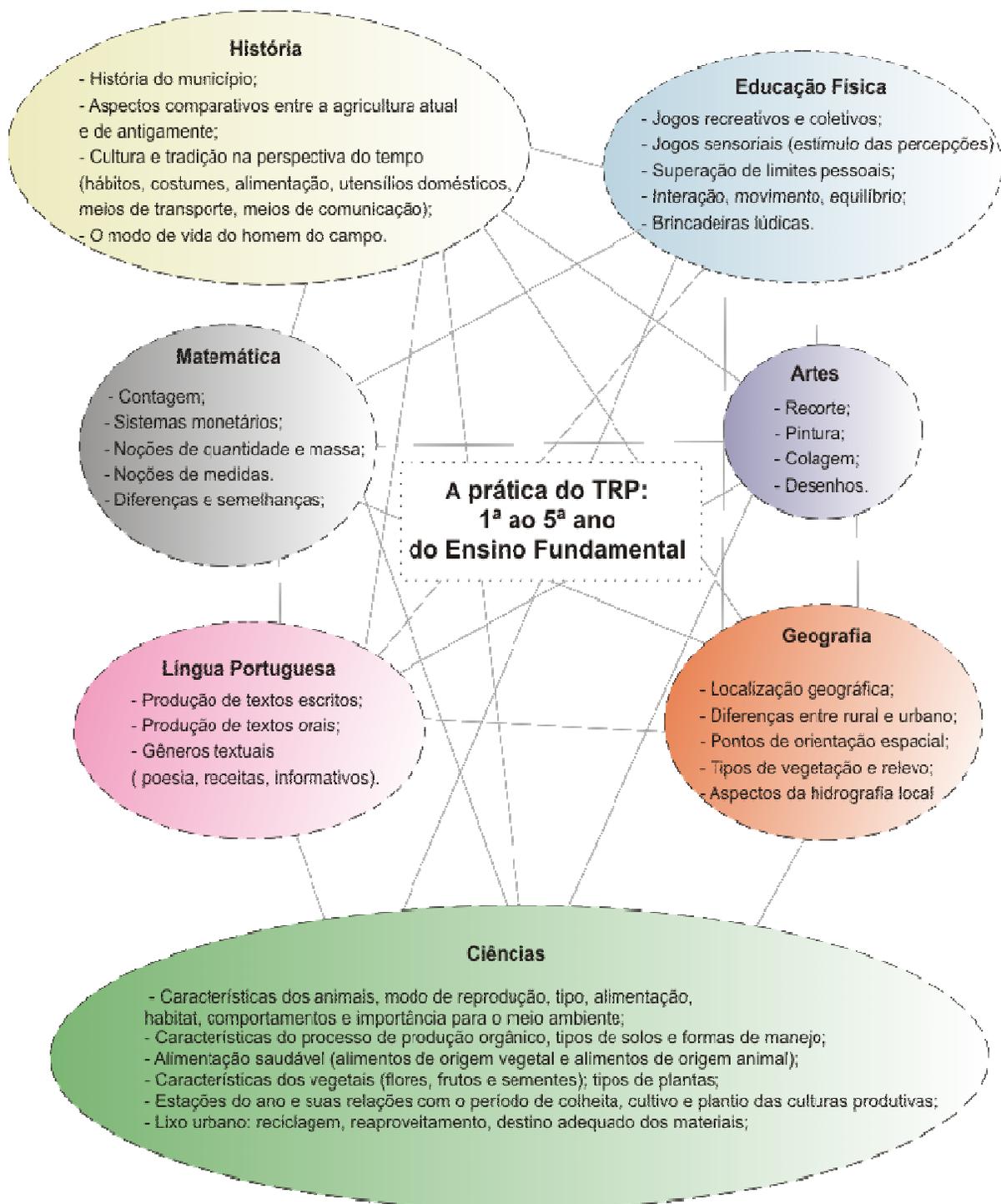
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Conforme constatado, há um aspecto que permanece presente em todos os roteiros propostos: são vivências que possibilitam aos alunos o contato direto com o meio rural e com a natureza, favorecendo a compreensão em menor ou maior escala, de questões relacionadas à origem dos alimentos, à vida animal e vegetal, aos recursos hídricos e aos modos de produção sustentáveis, a exemplo, da produção agroecológica.

Nesses termos, de acordo com as observações realizadas e as informações coletadas com os professores, essas vivências contemplam uma série de conteúdos que podem ser trabalhados nas disciplinas de Geografia, Ciências Naturais, História e Educação Física, numa perspectiva interdisciplinar, integrando teoria e prática.

Ainda, na análise dos professores entrevistados, a partir das experiências vivenciadas nas propriedades rurais pedagógicas visitadas, foi possível integrar outras áreas do conhecimento, como Português (produção textual, relatórios, textos informativos, etc.) e Artes (desenho, pintura, colagem). Esse aspecto foi destacado principalmente pelas professoras que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental. Na Figura 30, é possível visualizar de maneira objetiva o conjunto de conteúdos elencados a partir da prática do turismo rural pedagógico no âmbito das propriedades rurais.

Figura 30 - A prática do turismo rural pedagógico nas propriedades rurais com turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental: disciplinas e conteúdos contemplados



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Tais conteúdos vão ao encontro do que propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, evidenciando, assim, o caráter valorativo presente na prática do turismo rural pedagógico, enquanto estratégia que vem a complementar o ensino escolar. Vale ressaltar ainda que das vinte e duas professoras entrevistadas, praticamente todas consideraram as atividades desenvolvidas nas propriedades rurais com suas respectivas turmas como sendo práticas educativas. De acordo com a maioria, tais atividades além de favorecer o aprendizado dos alunos em relação aos conteúdos específicos desenvolvidos em sala de aula, também possibilitam a compreensão e valorização do trabalho do agricultor e das suas atividades produtivas.

Cabe lembrar, no entanto, que existem alguns fatores que intervêm positiva ou negativamente no desenvolvimento dessas atividades e que estiveram presentes nos diferentes contextos analisados. O primeiro fator identificado refere-se aos fatores climáticos. Por serem atividades realizadas ao ar livre, que envolvem os recursos da natureza como recurso didático, as atividades propostas sempre ficam susceptíveis a alterações, condicionadas em parte, às condições climáticas (tempo chuvoso, temperaturas elevadas) e às estações do ano, as quais têm influência direta nas culturas produzidas (épocas de plantio, cultivo e colheita).

Outro fator que foi ressaltado pelos proprietários entrevistados diz respeito ao perfil da turma e o envolvimento dos professores responsáveis durante as atividades. A faixa etária dos alunos, os conhecimentos prévios dos mesmos e o interesse do grupo pelo que está sendo exposto são aspectos que interferem diretamente no desenvolvimento das atividades. As turmas maiores exigem um tipo de diálogo mais elaborado, já as turmas pequenas requerem uma linguagem mais simples e clara e com várias atividades práticas.

Associado a isso, está o papel desempenhado pelo professor durante a visitação. Há aqueles que apenas acompanham os alunos, sem fazer qualquer interferência, deixando todo o trabalho a cargo do proprietário. Nessas situações, verifica-se uma maior desatenção por parte dos alunos e agitação do grupo enquanto o proprietário explana seus saberes práticos. Por outro lado, existem aqueles professores que orientam a turma, fazem interferências, questionam os alunos e os estimulam a observarem, refletirem e experimentarem. Nestes casos, é possível constatar uma interação maior dos alunos com o ambiente visitado, bem como, o interesse pelas informações apresentadas.

Para além desses aspectos, destaca-se ainda o fator tempo, relacionado ao período de permanência das turmas nessas propriedades. Em algumas situações observadas, as turmas chegaram atrasadas, em virtude da distância entre a escola e a propriedade, associado aos congestionamentos encontrados durante o trajeto. Tal atraso diminuiu significativamente o tempo de permanência dos alunos e professores no local e, conseqüentemente, o tempo das atividades propostas e, de certo modo, a qualidade do trabalho desenvolvido.

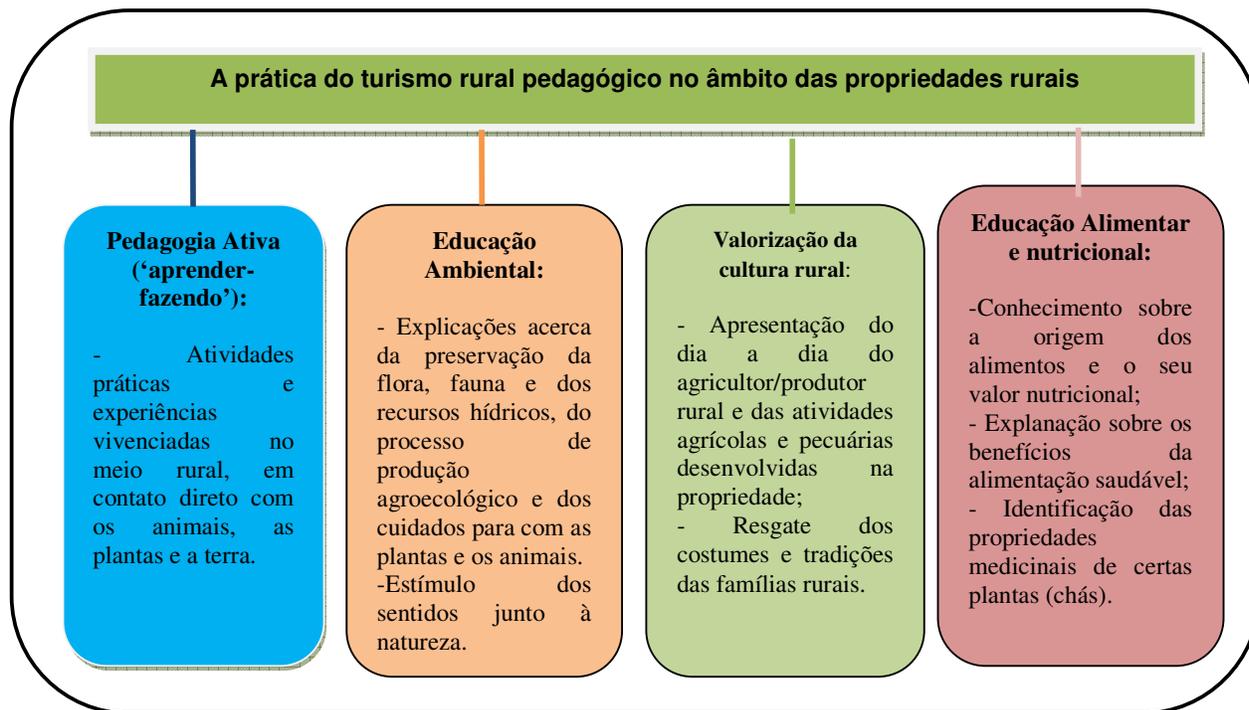
A constatação desse conjunto de fatores demonstra que a prática do turismo rural pedagógico, longe de ser uma atividade “engessada” e inalterável, compreende uma atividade dinâmica e que requer do proprietário flexibilidade e capacidade criativa na realização do percurso proposto.

5.3.4 As contribuições das atividades educativas desenvolvidas

A análise das atividades desenvolvidas nas 11 propriedades rurais pesquisadas evidenciaram várias questões que favorecem um entendimento mais aprofundado acerca da prática do turismo rural pedagógico. Nesse contexto, foi possível identificar um conjunto de elementos presentes nas atividades desenvolvidas relacionados a quatro questões-chave e que vão ao encontro dos aspectos destacados nas experiências apresentadas na revisão bibliográfica.

A primeira delas compreende a ideia do “aprender-fazendo”, representada pelas atividades práticas e experiências vivenciadas no meio rural, junto à natureza. A segunda refere-se à educação ambiental, evidenciada pelas explicações acerca da preservação da flora, fauna e dos recursos hídricos, do processo de produção agroecológico e dos cuidados para com as plantas e os animais. A terceira questão, por sua vez, está associada à valorização da cultura rural, isto é, ao dia a dia do agricultor, às atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas na propriedade e aos costumes e tradições das famílias rurais. E por último, está a educação alimentar e nutricional, ressaltada nas discussões a respeito da origem dos alimentos, dos benefícios de uma alimentação saudável, do valor nutricional de certos alimentos e das propriedades medicinais de algumas plantas (chás) (Figura 31).

Figura 31 - Esquema com os quatro elementos-chave contemplados na prática do turismo rural pedagógico no âmbito das propriedades rurais.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Ressalva-se que tais questões, no quadro das atividades propostas, se complementam entre si. Em determinadas situações, é possível que uma ou outra permaneça ausente ou então que uma se sobreponha às demais, recebendo maior destaque. No entanto, em nenhum dos roteiros analisados essas questões apareceram sozinhas e isoladas, atuando sempre de forma conjunta e integrada. Nesses termos, o caráter multifuncional da atividade agrícola e dos espaços rurais é fortalecido, do mesmo modo que o trabalho do proprietário rural passa a receber um novo olhar por parte dos cidadãos, sobretudo das crianças que visitam as propriedades.

A prática do TRP, portanto, evidencia-se a partir da identificação desses quatro elementos-chaves, independente da estrutura da propriedade, do número de pessoas envolvidas no desenvolvimento das atividades, da sua localização geográfica ou do perfil do proprietário. São características próprias do turismo rural pedagógico, e portanto, intrínsecas ao processo de desenvolvimento desse tipo de prática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação dedicou-se ao estudo do roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre (RS) e do projeto Viva Ciranda (SC), procurando conhecer e analisar as atividades que caracterizam o turismo rural pedagógico, enquanto uma prática educativa que pode ser desenvolvida em complemento ao ensino escolar. Os resultados desse processo investigativo revelaram questões importantes que permitem compreender a relevância desse fenômeno tão atual, mas ainda desconhecido por parcela significativa da academia e da sociedade.

A primeira questão compreende justamente o caráter educativo presente nesse tipo de atividade. Nas onze propriedades analisadas, os roteiros propostos para as turmas de alunos contemplaram diferentes experiências que, em maior ou menor grau, possibilitaram às crianças o entendimento de questões simples que em sala de aula não são facilmente compreendidas ou são deixadas de lado. Aspectos como preservação da mata ciliar, dos solos, dos recursos hídricos e a valorização das atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas foram o foco das falas dos proprietários rurais, sobretudo junto aos grupos de alunos. Esse conjunto de elementos evidenciados permitiu, por conseguinte, identificar os diferentes conteúdos específicos correspondentes às diferentes áreas do conhecimento (Geografia, História, Ciências Naturais, Educação Física, entre outras), podendo servir como suporte pedagógico para os professores que visitaram as propriedades nas atividades em sala de aula com suas respectivas turmas.

Para tanto, embora apresentem esse caráter educativo, as atividades desenvolvidas nas propriedades nem sempre estiveram relacionadas especificamente à agricultura e à produção pecuária. Em determinados casos, a prática do turismo rural pedagógico esteve mais associada aos recursos naturais, à preservação da flora e da fauna, confirmando assim, que tal atividade não se situa exclusivamente no segmento do turismo rural, mas sim, do turismo no espaço rural.

Do mesmo modo, os recursos existentes nas propriedades e as atividades produtivas desenvolvidas nem sempre foram exploradas na sua totalidade. Observou-se que esse aspecto está muito relacionado ao perfil do proprietário, a sua capacidade de comunicação e não necessariamente a sua bagagem de conhecimento e saberes práticos. Nesse contexto, destacou-se o papel

desempenhado pela pedagoga do projeto Viva Ciranda, no sentido de estar orientando esses empreendedores e mostrando caminhos para aproveitarem melhor os seus saberes, tendo por base os recursos disponíveis em cada propriedade.

Cabe lembrar que as atividades analisadas foram desenvolvidas num período de espaço-tempo específico e que muitos aspectos analisados sofrem modificações no decorrer do ano, influenciados principalmente pelas estações do ano. A cada estação, o roteiro recebe um direcionamento, tendo como base, os cultivos produzidos na época. Essa característica torna a prática do TRP dinâmica e flexível, sujeita a constantes adequações, mesmo havendo um quadro de atividades pré-estabelecido. Ao mesmo tempo, evidencia a capacidade de adaptação dos agricultores que redirecionam o roteiro com o objetivo de utilizar melhor o que tem em suas propriedades para mostrar aos escolares.

Quanto à estrutura das propriedades rurais, a pesquisa possibilitou identificar dois pontos importantes. Primeiro, que o tamanho da propriedade não é um fator determinante no desenvolvimento das atividades educativas. Uma propriedade de apenas um hectare pode contemplar um quadro significativo de propostas educativas enquanto que outra com uma grande extensão de terra, apesar dos vários recursos disponíveis, aproveita uma parte mínima do seu espaço para a prática do turismo rural pedagógico. E segundo, que muitos desses empreendimentos possuem infraestrutura adequada e espaços diversificados, ao passo que outros, embora apresentem atividades interessantes do ponto de vista educativo, necessitam de melhorias e adequações nas instalações.

Em face disso, o fator que mais interfere na prática do TRP não está no tamanho das propriedades e sim, na sua infraestrutura e no aproveitamento dos espaços existentes. Por se tratar de uma atividade voltada para o público infantil e juvenil, a prática do TRP exige alguns ajustamentos importantes relacionados, sobretudo, à segurança e à higiene. O local não precisa apresentar uma estrutura com instalações que exijam investimentos custosos, mas é fundamental que seja um ambiente seguro e bem organizado, com espaços para higienização e locais cobertos para a recepção dos grupos, principalmente nos dias com possibilidade de chuva.

No que concerne ao perfil dos proprietários envolvidos com o TRP concluiu-se que não é uma prática exclusiva de agricultores familiares, abarcando também os denominados *neo-rurais*, pessoas que por motivos diversos, passaram a residir no

meio rural desenvolvendo atividades que nem sempre estão relacionadas à agricultura.

Trata-se, portanto, de um grupo de empreendedores - envolvendo *neo-rurais* e agricultores familiares - que apresenta diferentes características em termos de trajetórias de vida, escolaridade e também, interesses em inserir-se nesse ramo de atividades, mas que se assemelham em dois aspectos: nenhum deles possui formação acadêmica na área da educação, porém apresentam boa desenvoltura no trabalho desenvolvido com as turmas de alunos, mesmo aqueles que expressam certa dificuldade de comunicação; e a maioria utiliza as atividades produtivas, os animais criados na propriedade e a sua rotina diária como recurso no desenvolvimento dos roteiros propostos.

Logo, ser agricultor não representa necessariamente um requisito para inserir-se nesse ramo de atividades que requer, sobretudo, a capacidade de falar e interagir com um público específico, qual seja, o público escolar. Partindo dessa análise, o TRP converge com os estudos consultados nesta pesquisa que apresentam experiências desenvolvidas no contexto internacional, sobretudo, na Europa, quando mencionam que os proprietários rurais inseridos nesse ramo de atividades não apresentam uma formação específica na área da educação, porém, expressam competências associadas à comunicação dos saberes e fazeres da vida no meio rural.

Destaca-se também a importância da elaboração de projetos de TRP no nível dos municípios, que envolvam diferentes esferas da sociedade no intuito de atingir resultados que beneficiem a todos. Nas entrevistas realizadas com os proprietários rurais e com os professores no município de Joinville, foi possível averiguar um desejo mais expressivo por parte destes em envolver-se nesse ramo de atividades, em integrar as crianças nas propostas desenvolvidas em um ambiente diferente da sala de aula.

No Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre, observou-se que, embora a prática do turismo rural pedagógico compreenda uma atividade já desenvolvida há algum tempo, alguns proprietários expressam pouca confiabilidade no que diz respeito ao caráter educativo desempenhado pelos roteiros propostos para as turmas. Outros desenvolvem o roteiro, mas sem acreditar que o mesmo constitua numa ação educativa que possa favorecer um real aprendizado para os estudantes. Esse aspecto associa-se, em certa medida, à carência de cursos de formação que

possibilitem a esses agricultores entender a importância de tais atividades junto a grupos escolares. Ao mesmo tempo, constatou-se que, apesar de existir um público potencial significativo, em termos de alunos matriculados nas escolas porto-alegrenses, a procura por esses espaços ainda é ínfima. Tal fato traz à tona o desconhecimento - e por que não dizer o desinteresse - por parte das escolas de ambientes diferenciados que possam favorecer o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Nesse contexto, destaca-se, de um lado, a importância da realização de cursos de capacitações para os proprietários rurais, voltados para a prática do turismo rural pedagógico e de orientações no desenvolvimento das atividades propostas. De outro lado, há necessidade do estabelecimento de parcerias com o poder público e privado, envolvendo escolas particulares e públicas em âmbito local e regional e, por conseguinte, a implementação de leis que regulamentem e supervisionem as atividades educativas propostas nas propriedades rurais.

Partindo dessas considerações, o TRP desenvolvido nas duas experiências brasileiras pesquisadas emerge como uma atividade inovadora, possibilitando às propriedades rurais um novo olhar por parte dos cidadãos e uma nova perspectiva por parte dos seus proprietários. Sob essa análise, essas propriedades passam a figurar, não apenas como locais de residência ou de produção agropecuária, mas como importantes espaços pedagógicos, cujos agentes educativos são os próprios proprietários rurais que buscam, de alguma maneira, comunicar aos grupos de estudantes seus conhecimentos e saberes práticos.

Assim, o caráter multifuncional da atividade agrícola e dos espaços rurais acaba sendo fortalecido, do mesmo modo que o trabalho do agricultor passa a receber um novo olhar por parte dos cidadãos, sobretudo, das crianças que visitam as propriedades. Contudo, cabe lembrar que o TRP praticado nas experiências estudadas, embora apresente aspectos positivos, ainda tem um longo caminho a percorrer em termos de estruturação e, sobretudo, de reconhecimento por parte do poder público, concretizado através da criação de leis de incentivo.

Para além dessas questões, torna-se importante ressaltar que a realização dessa pesquisa permitiu um levantamento muito significativo de informações sobre as experiências de turismo pedagógico, entretanto em função do tempo restrito, não foi possível explorar nesta dissertação todo material coletado. Pretende-se dar continuidade ao desenvolvimento dessa linha de pesquisa, objetivando contemplar

com mais profundidade as questões aqui não suficientemente exploradas, bem como, outras inquietações que surgiram a partir desta investigação científica.

Dentre tais inquietações está o questionamento acerca da efetiva relação existente entre a função educativa desempenhada pela agricultura a partir da prática do turismo rural pedagógico e a sua ligação com as funções social, ambiental, econômica, cultural e de saúde e segurança alimentar em outras experiências brasileiras que estão em desenvolvimento. São questões que, em virtude da sua complexidade e importância no cenário atual, foram inseridas no projeto de pesquisa aprovado pelo CNPQ. O mesmo será desenvolvido pelo grupo 'Mercados Não-Agrícolas Rurais', vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Outras questões em torno desse tema referem-se aos tipos de aprendizagens adquiridas pelos estudantes a partir do seu envolvimento contínuo com práticas educativas desenvolvidas no âmbito das propriedades rurais e, de que forma os professores relacionam tais experiências com os conteúdos desenvolvidos em sala de aula, tendo como base, sua prática anterior e posterior às visitas. O estudo dessas questões permitiria identificar as principais contribuições do TRP para a educação, tendo como princípio orientador a pedagogia ativa do aprender-fazendo.

Para finalizar, torna-se importante destacar a necessidade e relevância de novos estudos tratando de Turismo Rural Pedagógico, cujas contribuições vão muito além do campo da educação e do desenvolvimento rural. O TRP, conforme constatado nesta pesquisa, compreende uma prática que colabora na educação ambiental, educação alimentar e nutricional e também, para a agricultura de um modo geral, contribuindo conseqüentemente, para a valorização das áreas rurais e a cultura do homem do campo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL – ABRATURR; ECA Jr. **Roteiro do Turismo Rural do Estado de São Paulo**. 2005. Disponível em: <http://www.idestur.org.br/.../F_ROTUIRO_PEDAGOGICO_TURISMO_RURAL.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2009.

ABRAMOVAY, R. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola européia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, São Paulo, v. 2, n. 40, p. 235-264, 2002.

_____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Textos para discussão, n.702).

ALMEIDA, J.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. Semântica e formação discursiva: o propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34, Fortaleza, 2006. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006. Disponível em <www.sober.org.br/palestra/5/891.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

ARRANZ, A. V.; ESTRADA, E. M.; ANJOS, F. S. Contratos territoriais de estabelecimento na França: rumo a um novo pacto social na agricultura? **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 11, n.2, p. 219-235, 2008.

BAMBI, G.; TEI, T.; BARBARI M. Linee guida per la progettazione, la realizzazione e la disciplina dell'attività di fattoria didattica. In: CONVEGNO NAZIONALE DELL'ASSOCIAZIONE ITALIANA DI INGEGNERIA AGRARIA, 9., 2009, Ischia Porto. **Anais eletrônicos...** Ischia Porto, 2009. Disponível em: <<http://atlanticmoon.com:8096/Agrisocialcoop/documentazione/agricoltura/29.LINEE%20GUIDA%20FATTORIE%20DIDATTICHE.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 7. ed. São Paulo: Senac, 2002.

BERTACCI, M. La scuola e le fattorie didattiche. In: **NUOVI educatori ambientali/2: esperienze seminariali nel master in educazione ambientale**. [S.l.]: Regione Emilia-Romagna, Servizio Comunicazione, 2005. (Quaderni INFEA Emilia-Romagna 4). Disponível em: <http://www.ermesambiente.it/wcm/infea/sezioni_laterali/formazione/master_in_ea/Master_EA/master_ea/infean4.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.

BLANCHEMANCHE, S. et al. Multifonctionnalité de l'agriculture et statuts d'activité. **Économie rurale**, Paris, n. 260, p. 41-45, 2000. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru_0013-0559_2000_num_260_1_1109>. Acesso em: 29 jun. 2010.

BONNAL, P. et al. Multifuncionalidad de la agricultura y nueva ruralidad: reestructuración de las políticas públicas a la hora de la globalización? In: PÉREZ CORREA, Edelmira; FARAH, Adelaida (Org.). **Desenvolvimento rural y nueva ruralidad en América Latina y la Unión Europea**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2004. p. 19-42.

BORGES, E. C. **Novas territorialidades no espaço rural: estudo do turismo rural nos municípios de Lages e Joinville – SC**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2009.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil (2003-2007)**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

BRICALLI, L. C. L. **Estudo das tipologias do turismo rural**: Alfredo Chaves (ES). Santa Maria: Facos/ UFSM, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 4).

CAFFARELLI, J. et al. **Créer une ferme pédagogique**: de l'idée à la réalisation. Paris: Educagri, 2010.

CAMINHOS RURAIS PORTO ALEGRE, RS. **Quem somos**. [2011?]. Disponível em: <www.caminhosrurais.tur.br/apoio/estatuto.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2011.

CAMPANHOLA, C; SILVA, J. G. da. O agroturismo como nova renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDEL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000. p. 145-179.

CAMPOS, A. S. P. S. F. de. **Proposta de qualificação ambiental da Quinta Castanheiro da Areia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010. Disponível em: <ria.ua.pt/bitstream/10773/684/1/2010001599.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012

CANAVARI, M. et al. Educational farms in the Emilia-Romagna region: their role in food habit education. En: SIDALI, K. L.; SPILLER, A.; SCHULZE, B. (Ed.). **Food, agri-culture and tourism: linking local gastronomy and rural tourism: interdisciplinary perspectives**. Heidelberg: Springer, 2011. Disponível em: <http://www.springer.com/cda/content/document/cda_downloadaddocument/9783642113604-c1.pdf?SGWID=0-0-45-1068345-p173960003>. Acesso em 15 jul. 2011.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 21, p. 3-24, 2010. Disponível em <<http://www.turismoemanalise.org.br/index.php/turismoemanalise/article/view/69>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

CARNEIRO, M J.; MALUF, R. S. Introdução. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.17-27.

CARTA de Joinville. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 4., Joinville. **[Anais...]**. 2004. Disponível em: <<http://www.ielusc.br/citurdes>>. Acesso em: fev. de 2012.

CASTELLER, L. D. **A centralidade de “experiência” na concepção educacional de John Dewey**: análise de apropriações no pensamento pedagógico brasileiro. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008. Disponível em: <www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00003D/00003DFC.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2011.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

COOPERATIVA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO TURÍSTICO (COODESTUR). **Diagnóstico dos Caminhos Rurais de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2008.

COTANDA, C. C. et al. Processos de pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução. In: PINTO, C. R. J. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 63-83.

D'AGOSTINHO, L. Il profilo e le caratteristiche di una Fattoria Didattica. In: ARPA Sicilia. **La rete delle Aziende e delle Fattorie Didattiche in Sicilia 2: la documentazione dell'esperienza**. [S.l.], 2008. Disponível em: <www.arpa.sicilia.it/UploadDocs/1369_Fattorie_Didattiche.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2011.

DEWEY, J. **Vida e educação**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1954.

ELESBÃO, I. O turismo como atividade não agrícola em São Martinho-SC. In: ALMEIDA, K. RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru/SP: EDUSC, 2000. p. 245-263.

_____. **Turismo rural em São Martinho (SC): uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal**. Santa Maria: Facos/UFSM, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 4).

_____. Impactos socioeconômicos do turismo no espaço rural. In: SANTOS, E. O.; SOUZÁ, M. (Org.). **Turismo no espaço rural**. Barueri, São Paulo: Manuele, 2010. p.150-166.

FRANCO, S.; SENNI, S. (Ed.). **La funzione sociale dell'agricoltura: Il caso del Lazio**. [S.l.]: Università della Tuscia, 2005. (Quaderno ISE, n. 15). Disponível em: <www.grupponoise.it/files/doc02.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUCKS, P. M. **Turismo, agricultura e patrimônio: São Lourenço do Sul (RS)**. Santa Maria: Facos/UFSM, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 5).

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE (IPPUJ). **Joinville: Cidade em Dados 2010/2011**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2011.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2012.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **O que é pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. (Coleção Primeiros Passos, 193).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Graduação).

GURRIERI C. Scuola in Fattoria: dal produttore al consumatore verso un consumo consapevole. In: **LA RETE delle aziende e delle fattorie didattiche in Sicilia: la documentazione dell'esperienza**. Palermo: ARPA Sicilia, 2008. v. 2. Disponível em: <www.arpa.sicilia.it/UploadDocs/1369_Fattorie_Didattiche.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2011.

HAUGAN, L. et al. Green care in Norway: farms as a resource for the educational, health and social sector. In: HASSINK, J.; DIJK, V. M. (Ed.). **Farming for health: Green-Care Farming across Europe and the United States of America**. New York: Springer, 2006. p. 109 –126.

HINRICHS, C. et al. **Growing the links between farms and schools: a how-to guidebook for Pennsylvania farmers, schools and communities**. Harrisburg, PA: The Center for Rural Pennsylvania, 2008. Disponível em: <<http://www.farmtoschool.org/files/publications189.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2011.

HORA, A.S.S.; CAVALCANTI, K. B. Turismo pedagógico: conversão e reconversão do olhar. In: REJOWSKI, M.; COSTA, B.K. (Org.). **Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão**. São Paulo: Atlas, 2003. p. 207- 228.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Censo Escolar 2011**. Brasília, DF: MEC; INEP, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Disponível em :<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

JOLLY, L. et al. The farm as a pedagogical resource: an evaluation of the co-operation between agriculture and primary school in the county of Nord-Trøndelag, Norway. In: LEVENDE LAERING. **Literratur**. 2004. Paper submitted for the 6th European Symposium on Farming and Rural Systems Research and Extension, Vila Real, Portugal, 2004. Disponível em: <http://www.livinglearning.org/PDF%20documents/The_Farm_as_a_Pedagogical_Resource___Portugal.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

JOSHI, A.; KALB M.; BEERY, M. **Going local: paths to success for farms to school programs**. Los Angeles, CA: National Farm to School Program, Center for Food & Justice and Community Food Security Coalition, 2006. Disponível em: <<http://departments.oxy.edu/uepi/cfj/publications/goinglocal.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KLEIN, A.; TROIAN, A.; SOUZA, M. O turismo rural pedagógico e a educação ambiental: as ações pedagógicas desenvolvidas na fazenda quinta da estância grande Viamão (RS). **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 27, p. 107-121, 2011. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol27/art8v27.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

KLEIN, A. L. **Educação ambiental na educação infantil**: um estudo de caso na Fazenda Quinta da Estância Grande- Viamão/RS. 2007. Trabalho de conclusão (Especialização e Educação Ambiental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

LEAL, S. R. **Formulación y evaluación del anteproyecto de una granja educativa en la comuna de Pelarco, Región del Maule**. 2002. Tesis (Graduación en Administración de Empresas de Turismo) – Escuela de Turismo, Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, Universidad Austral de Chile, Valdivia, 2002. Disponível em: <<http://cybertesis.uach.cl/tesis/uach/2002/fer788f/doc/fer788f.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES; C. S.; PONTUSCHKA, N. N. Estudo do Meio: teoria e prática. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 173-190, 2009. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/.../2360/3383>. Acesso em: 22 fev. 2012.

LOSCH, B. Debating the multifunctionality of agriculture: From Trade Negotiations to Development Policies by the South. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, v. 4, n. 3, 2004. Disponível em < http://publications.cirad.fr/une_notice.php?dk=521448 >. Acesso em: 2 nov. 2011.

MAIA, A. G. **Sustentabilidade e ecoturismo**: um estudo de multi-casos em agências turísticas do Município de Joinville/SC. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) - Universidade do Vale de Itajaí, Biguaçu, 2005. Disponível em: <siaibib01.univali.br/pdf/Andrei%20Maia.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. In: MALUF, R.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M. A; WILKISON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 301-328.

MARSDEN, T.; SONNINO, R. Rural development and the regional state: denying multifunctional agriculture in the UK. **Journal of Rural Studies**, New York, 24 2008. p. 422-431.

MILAN, P. L. **Viajar para aprender**: turismo pedagógico na região de Campos Gerais, PR. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIRANDA, C. L. de; ADIB, A. R. Multifuncionalidade e desenvolvimento rural sustentável. **Idéias**, [S.l.], n. 87, p. 8-11, 2006. Disponível em: < http://curso.ihmc.us/servlet/SBReadResourceServlet?rid=1188901314384_85339610_8439 >. Acesso em: 10 out. 2011.

MUNIZ, J. A.; SARALEGUI, C. T. La multifuncionalidad de la agricultura: aspectos económicos e implicaciones sobre la política agrária. **Estudios Agrosociales y Pesqueros**, [Madrid?], n. 189, p. 29-48, 2000. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=201162>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

NASOLINI, T. Educare all'ambiente e all'alimentazione. In: BERTOLINI, S. (Ed.). **Nuovi educatori ambientali 2: esperienze seminariali nel Master in Educazione ambientale**. Bologna: Regione Emilia-Romagna, 2005. (Quaderni INFEA, v. 4). Disponível em: <http://www.ermesambiente.it/wcm/infea/sezioni_laterali/formazione/master_in_ea/Master_EA/master_ea/infean4.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

NAPOLI, L. A new reality for italian rural areas: educational farms. In: Universitat Degli Studi di Trieste. **OpenStarTs: l'archivio istituzionale d'Ateneo Trieste**. Trieste, 2006. p. 333-335. Disponível em: <<http://www.openstarts.units.it/dspace/bitstream/10077/865/1/f4napoli.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

O'FARREL, N. The multifunctionality of agriculture: what does it mean and does it justify continued support to agricultural protection? **Student Economic Review**, Dublin, v. 19, p. 88-95, 2005. Disponível em: <<http://www.tcd.ie/Economics/SER/pasti.php?y=05>>. Acesso em: 17 dez. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação. **World Food Summit**, Rome, não paginado, Nov. 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/DOCREP/003/W3613P/W3613P00.HTM>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). Carácter multifuncional de la agricultura y la tierra. In: Conferência Regional de la FAO para Europa, 22., Maastricht, 1999. **[Proceedings...]**. 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/meeting/X7073s.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Multifunctionality: towards an analytical framework**. Paris: OECD, 2001. Disponível em: <www.oecd.org/dataoecd/43/31/1894469.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2011.

OHE, Y. Multifunctionality and rural tourism: a perspective on farm diversification, **Journal of International Farm Management**, Cambridge, v. 4, p. 1-23, 2007. Disponível em: <http://www.ifmaonline.org/pdf/journals/Vol4Ed1_Ohe.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2011.

_____. Educational function of agriculture and farm diversification: evidence from dairy Farming experience services in Japan. In: INTERNATIONAL ASSOCIATION OF AGRICULTURAL ECONOMISTS CONFERENCE, Beijing, China, 2009. **Papers...** 2009. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/handle/51557>>. Acesso em: mar. 2011.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PERONDI, M. A. Agricultura como fronteira entre sociedade e natureza: novos atributos à multifuncionalidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPPAS, 2., Indaiatuba,

2004. **Anais....** Belém: ANPPAS, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/miguel_perondi.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2010.

PINGAULT, N. Une évaluation multicritère pour des politiques multifonctionnelles. **Notes et études économiques**, Paris, n. 14, p. 51-69, sept. 2001. Disponível em: <<http://www.agreste.agriculture.gouv.fr/publications/notes-et-etudes-socio-economiques/article/une-evaluation-multicritere-pour>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

PLOEG, J. D. van der. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL. **Diagnóstico do meio rural do município de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, 1994.

PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento Municipal. 1999. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm/default.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

PORTO, C. R. P. **Reinvenção espacial**: agroecologia e turismo: sustentabilidade ou insustentabilidade? Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 2002.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERU/FFLCH/USP, 1991.

RAYKIL, E. B.; RAYKIL, C. Turismo pedagógico: uma interface diferencial no processo ensino aprendizagem. **Revista Global Tourism**, [S.l.], v. 2, n. 1, não paginado, 2005.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

RÉMY, J. Os contratos territoriais de estabelecimento ou a conversão inacabada. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 153-169.

_____. Prefácio. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

RIBEIRO, D. M. G. **A política agrícola comum da Comunidade Européia e seus efeitos no acordo entre o Mercosul e a CE**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

RIBEIRO, H. C. Turismo rural: uma experiência na cidade de Porto Alegre. In: SANTOS, Eurico de O.; SOUZA, M. de (Org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. p. 343-352.

RISKU-NORJA, H.; KORPELA, E. School goes to the farm: conceptualisation of rural-based sustainability education. In: CONFERENCE OF THE EUROPEAN

SCIENCE EDUCATION RESEARCH ASSOCIATION, Istanbul, 2009. Proceedings... Istanbul, 2009. Disponível em: <https://portal.mtt.fi/.../FarmsSchools/.../ESERA_31.8-4.9.09.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2011.

ROCA, M. de N. O. Os novos rurais da beira interior: (potenciais) agentes de desenvolvimento local. In: SEMINÁRIO DESERTIFICAÇÃO E DESPOVOAMENTO: UM OLHAR SOBRE A BEIRA INTERIOR, 6 maio 2011, Castelo Branco, Portugal. **[Anais...]**. Castelo Branco, 2011. Disponível em: <<http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/pancd/eventos/docs-seminarios/resource/ficheiros/sii/1-2-os-novos-rurais-da-beira-interior.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDEL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 51-68.

RODRIGUES, M. C. **Pedagogias do turismo rural e patrimonialização da natureza**: uma análise cultural dos caminhos rurais de Porto Alegre. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2011.

RODRIGUES, J. G. B. **Identificação da agricultura familiar**: uma análise dos critérios da Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP no contexto brasileiro e internacional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

ROMÃO, F. E. **O planejamento e a organização política do setor turístico em Joinville-SC**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão e Políticas) - Programa de Pós-graduação Gestão e Políticas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2003.

ROUX, B.; FOURNEL, E. Multifuncionalidade e emprego nos estabelecimentos rurais franceses: um estudo nas zonas montanhosas de Languedoc Roussillon. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.169-199.

RUSCHMANN, D. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável, In: ALMEIDA et al. **Turismo e desenvolvimento sustentável**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000. p. 63-73. (Coleção Turismo).

SABOURIN E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, 13, v. 2, p. 161-189, 2005. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/index.php?cA=db&al=248&vT=da&vA=161>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

_____. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. **Tempo da Ciência**, Toledo, n.15, p. 9-27, 2008. Disponível em: <200.201.8.27/index.php/tempodaciencia/article/download/1967/1553> Acesso em: 02 jan. 2011.

SOARES, A.C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n.87, ano 29, p. 40-49, 2000/2001. Disponível em: <<http://europa.eu.int/comm/agriculture.html>>. Acesso em: 15 set. 2001.

SOUZA, M.; ELESBÃO, I. A Introdução de uma inovação social entre agricultores familiares: o turismo rural em dois Roteiros do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil In: MORENO, L. (Org.). **Cultura, inovação e território**. Lisboa-Coimbra: SPER, AEEA, ESAC-IPC, 2009. v. 1, p. 1-13. No prelo.

SZNAJDER, M.; PRZEZBÓRSKA, L.; SCRIMGEOUR, F. **Agritourism**. Wallingford: CABI, 2009.

TEIXEIRA, A. A Pedagogia de Dewey. In: DEWEY, John. **Vida e educação**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1954. p. 3-22.

TEIXEIRA, A. R.; WANDSCHEER, E. A. R.; SOUZA, M. A multifuncionalidade da agricultura e a contribuição pedagógica do turismo rural. **Extensão rural**, Santa Maria, v. 12, p. 129-140, 2005.

TIBILETTI, E. L'azienda diventa fattoria didattica: esperto di divulgazione ambientale. **Il Divulgatore**, Bologna, n. 9, não paginado, 2002. Disponível em: <<http://www.ildivulgatore.it/pdf/2002/09-art4.PDF>>. Acesso em: jul. 2011.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

_____. Turismo no espaço rural: segmentação e tipologia. In: ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. **Turismo rural**: patrimônio, cultura e legislação. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006. p. 107-120.

WANDERLEY, M. N. B. Prefácio. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 9-16.

YUS, R. **Educação integral**: uma educação holística para o século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZIMMERMANN, A. **Turismo rural**: um modelo brasileiro. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA OS PROPRIETÁRIOS RURAIS QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa de caráter científico. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Desde logo fica garantido o sigilo das informações.

A acadêmica Ângela Luciane Klein, n° de matrícula 2660026, encontra-se regularmente matriculada no curso de mestrado do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A referida aluna tem como proposta de dissertação “A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO: uma análise a partir do Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre-RS e do Projeto Viva Ciranda, Joinville- SC, sob a orientação do Professor Dr. Marcelino de Souza, tendo como objetivo principal:

- Descrever e analisar as atividades que caracterizam o turismo rural pedagógico, tendo como enfoque a sua adequação enquanto prática educativa a ser desenvolvida em complemento ao ensino escolar.

Desse modo, para que tais objetivos sejam alcançados, a referida aluna adotará os seguintes procedimentos metodológicos.:

- Entrevistas semi-estruturadas com os proprietários, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades com as crianças, no âmbito de suas propriedades rurais; com os professores acompanhantes das turmas visitantes;

- Observação sistemática não-participante- a ser realizada nas propriedades rurais integrantes do roteiro ‘caminhos rurais de porto alegre’ e do projeto ‘ciranda viva’, de Joinville/SC e que desenvolvem atividades de turismo rural pedagógico, nos dias em que as referidas propriedades estiverem recebendo visitas de turmas escolares, isto é, durante o desenvolvimento das atividades com as crianças.

Nesse sentido, com o intuito de garantir maior veracidade e relevância à pesquisa desenvolvida, propõe-se que as entrevistas sejam gravadas e as atividades junto às turmas de alunos registradas por meio de imagens fotográficas. Os dados (gravações, fotos e entrevistas) /resultados da pesquisa serão apresentados na dissertação e poderão ser utilizados para publicações de caráter científico (artigos, revistas, livros).

Eu, _____,
 declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para colaborar com a
 pesquisa intitulada _____,
 desenvolvida por _____, coordenada/orientada por
 _____ a quem poderei contatar/consultar a qualquer
 momento que julgar necessário através do telefone nº _____ ou e-mail
 _____.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informado(a) dos objetivos do estudo e dos procedimentos metodológicos a serem utilizados e estou ciente que minha colaboração se fará por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Também declaro estar de acordo com o uso de imagens (fotos), permitindo o registro de fotos relacionadas às atividades educativas que são desenvolvidas com as turmas de estudantes da educação básica.

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar o(a) pesquisador(a) responsável ou seus orientadores.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo/pesquisa/ programa a qualquer momento sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Assinatura do(a) coordenador(a)/orientador(a) : _____

_____, ____ de _____ de _____.

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA A OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA NÃO-PARTICIPANTE REALIZADA NAS PROPRIEDADES RURAIS INTEGRANTES DO ROTEIRO ‘CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE’ E DO PROJETO ‘VIVA CIRANDA’, DE JOINVILLE/SC E QUE DESENVOLVEM ATIVIDADES DE TURISMO RURAL PEDAGÓGICO

ROTEIRO PARA A OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA NÃO-PARTICIPANTE A SER REALIZADA NAS PROPRIEDADES RURAIS INTEGRANTES DO ROTEIRO ‘CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE’ E DO PROJETO ‘CIRANDA VIVA’, DE JOINVILLE/SC E QUE DESENVOLVEM ATIVIDADES DE TURISMO RURAL PEDAGÓGICO

O roteiro encontra-se estruturado em três eixos norteadores:

Eixo 1 – Em relação às propriedades rurais que desenvolvem atividades de turismo rural pedagógico:

- Atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas;
- Recursos naturais existentes (rios, nascentes, matas ciliares, açudes, cachoeiras)
- Tipos de instalações e espaços existentes na propriedade (estábulo, galpão, ordenha, horta, pomar, galinheiro, orquidário, chiqueiro, apiário, vinícola, áreas para recreação);
- Animais existentes na propriedade (galinhas, porcos, vacas, ovelhas, cavalos, coelhos, etc);

Eixo 2 - Em relação às atividades educativas desenvolvidas em cada propriedade:

- Quais são as atividades desenvolvidas e como são desenvolvidas;
- Tipos de conhecimentos e saberes práticos evidenciados pelos agricultores durante o desenvolvimento das atividades propostas (novo item);
- Conteúdos trabalhados;
- Tempo de duração de cada atividade;
- Recursos utilizados na realização das atividades propostas;

Eixo 3 - Em relação aos agricultores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades educativas:

- A relação dos agricultores com os alunos visitantes (linguagem utilizada; capacidade para comunicar seus saberes práticos);
- A desenvoltura e o envolvimento do agricultor com as atividades desenvolvidas.

APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS AGRICULTORES RURAIS QUE ATUAM COM O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO

O roteiro encontra-se estruturado em três eixos norteadores:

Eixo 1 – Identificação

1. Sexo: () Feminino () Masculino
2. Idade: _____ anos
3. Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Separado(a) () Viúvo(a)
4. Tem filhos: () Sim () Não Se sim, quantos? _____
5. Escolaridade:
6. Profissão/Ocupação:
7. Cursos de capacitação/formação na área de turismo e/ou outras áreas:

Eixo 2 – Em relação à propriedade rural e as atividades produtivas desenvolvidas

1. Qual é a área da sua propriedade?
2. Desde quando o senhor (a) e sua família residem nesta propriedade?
3. Quantas pessoas vivem na propriedade? Quantas participam na realização das atividades voltadas para os grupos escolares?
4. Que tipo de atividades agrícolas e pecuárias são desenvolvidas na propriedade atualmente?
5. O (a) senhor (a) já teve outras atividades produtivas nesta propriedade? Quais?
6. Em relação às instalações existentes na propriedade:
 estábulo galpão ordenha horta pomar galinheiro orquidário
 chiqueiro apiário vinícula quiosque espaço para recepção
 potreiro canil trilhas áreas para recreação
7. Quais são os animais que o senhor possui nesta propriedade -

Eixo 3 – Em relação às atividades educativas propostas na propriedade

1. Em relação às atividades de turismo rural, há quanto tempo estas são desenvolvidas na propriedade?

2. E há quanto o tempo o senhor recebe grupos escolares em sua propriedade? Quando exatamente surgiu esse interesse?
3. Quais foram as primeiras atividades propostas voltadas para o público escolar? O que se buscava com essa atividade (objetivos)?
4. Houve algum tipo de planejamento na elaboração dessas atividades? Se sim, de que forma (como as atividades foram planejadas)?
5. E quanto ao Roteiro Caminhos Rurais/ Projeto Viva Ciranda, desde quando o senhor faz parte do mesmo? Como ocorreu essa inclusão no roteiro/projeto?
6. Atualmente, existe apoio técnico e/ou financeiro por parte do roteiro/projeto no desenvolvimento das atividades com caráter educativa nesta propriedade? Se sim, quais?
7. Atualmente, quais são as atividades com caráter mais educativo desenvolvidas nessa propriedade? Poderias descrever como elas são desenvolvidas e o que elas propõem em termos de aprendizado para as crianças?
8. Das atividades propostas, qual (is) costuma(m) despertar maior interesse das crianças? Por quê?
9. Quantas pessoas estão envolvidas na realização das atividades voltadas para os grupos escolares? Poderias citá-las?
10. Qual é o perfil das escolas que o senhor costuma receber em sua propriedade (escolas públicas/escolas particulares)? E qual é a faixa etária (idade/série)?
11. As atividades propostas são as mesmas para todas as turmas (independente da idade)? E quanto ao tipo de abordagem/linguagem utilizada, é feita alguma alteração ou permanece o mesmo?
12. Como é feito o contato com as escolas? Existe algum contato/interação com as professoras responsáveis pelas turmas que visitam as propriedades antes das atividades acontecerem?
13. As atividades desenvolvidas com as turmas de escolares ocorrem durante todo o ano letivo (março -dezembro) ou existe algumas épocas específicas? Quais?
14. Desde o início das atividades com os grupos escolares, que mudanças foram feitas na propriedade em termos de estrutura física?
15. Quais são os seus planos futuros em relação às atividades de caráter educativo desenvolvidas na propriedade? Existem projetos para implementar novas atividades e/ou novas estruturas e espaços? Quais?

APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PROFESSORES RESPONSÁVEIS PELAS TURMAS ENVOLVIDAS NAS ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO

Eixo 1 – Identificação

1. Idade:
2. Formação:
3. Experiência no magistério:
4. Série (s) em que leciona atualmente:

Eixo 2 – Em relação às atividades educativas propostas nas propriedades

1. Qual a sua opinião sobre as atividades desenvolvidas nesta propriedade? Podem ser caracterizadas como práticas educativas? Por quê?
2. Das atividades propostas, qual (is) despertou maior interesse das crianças? Por quê?
3. Qual é a importância desse tipo de atividade para as crianças? O que elas podem aprender aqui?
4. Quais as áreas do conhecimento que podem ser contempladas por estas atividades?
5. Qual é a relação existente entre os saberes práticos dos agricultores e os conteúdos curriculares?
6. É possível gerar uma integração entre as atividades desenvolvidas nesta propriedade com os conteúdos que estão sendo trabalhados em sua turma atualmente?
7. Como você avalia a interação do agricultor com os alunos? Justifique
8. Quais os motivos que levaram você a escolher esta propriedade como destino de visitação?

Eixo 3 – Em rela o aos recursos existentes na propriedade

1. Em sua opinião, os recursos utilizados pelos agricultores no desenvolvimento das atividades propostas são adequados às expectativas de aprendizagem dos estudantes? Justifique.
2. Os espaços existentes oferecem segurança para as crianças? Que tipos de adequa es você sugeriria que fossem feitas para melhor atender as crianças?

ANEXO A – Folder divulgativo do projeto viva ciranda,Joinville/ Santa Catarina

EXPLORE
Saiba quais as regiões o projeto abrange

1 AGRÍCOLA DA ILHA
Fazenda, laboratório musical, jardim dos sentidos.

4 CTG CHAPARRAL
Estação, passeio a cavalo, dança, lago.

2 APIÁRIO PFAU
Colmeia, visita ao apiário, mel.

5 ANGO KERSTEN
Molde de mel, cana-de-açúcar, passeio de trator.

3 SÍTIO VALE DAS NASCENTES
Nascentes, colheita de verduras, aventura, pomar.

6 FAMÍLIA SCHROEDER
Piquenique, economia, variedades, hortaliças, visita ecológica e hermanagem.

Joinville
é tudo isso e muito mais

LIGUE-SE EM JOINVILLE 0800.643.5015
turjoinville.com.br

Realização

Apoio

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Viva Ciranda
De mãos dadas pela natureza

O Projeto

Transformar o campo numa grande sala de aula ao ar livre, proporcionando uma vivência do cotidiano rural para crianças e adolescentes – este é o principal objetivo do Projeto Viva Ciranda, que acontece na área rural de Joinville, em simpáticas propriedades rurais familiares que abrangem as regiões do Pirai, Dona Francisca, Quiriri, Estrada da Ilha e Estrada Bonita.

Cada propriedade rural propõe atividades educativas e recreativas relacionadas a sua atividade agropecuária. Dentre as lições, é possível aprender sobre a produção de mel num apiário, a importância da água numa região repleta de nascentes, colher verduras orgânicas na horta, conhecer o processo do cultivo de flores, ter contato com os animais e, inclusive, tratá-los e alimentá-los.

Conheça agora quais são as propriedades que já fazem parte do Viva Ciranda.

Mais informações:
turjoinville.com.br/vivaciranda

Cas propriedades

1 AGRÍCOLA DA ILHA

As crianças percorrem um jardim repleto de flores, aprendendo sobre o plantio e a formação de novas variedades. Também visitam o lago com peixes ornamentais, o labirinto musical e o gramado dos sentidos, onde podem fazer um delicioso piquenique.

2 APIÁRIO PFAU

O apiário apresenta o incrível mundo das abelhas às crianças: elas aprendem sobre sua organização, sua importância ao meio ambiente e têm contato direto com as atividades do apicultor. A atividade pedagógica inclui a identificação das espécies de abelhas nativas (sem ferrão) da região.

3 VALE DAS NASCENTES

Em meio à Mata Atlântica, com belas paisagens, trilhas, nascentes, pomar de frutas variadas e a presença de pequenos animais, como pássaros e coelhos, as crianças aprendem sobre a importância do uso racional da água e da conservação do meio ambiente.

4 CTG CHAPARRAL

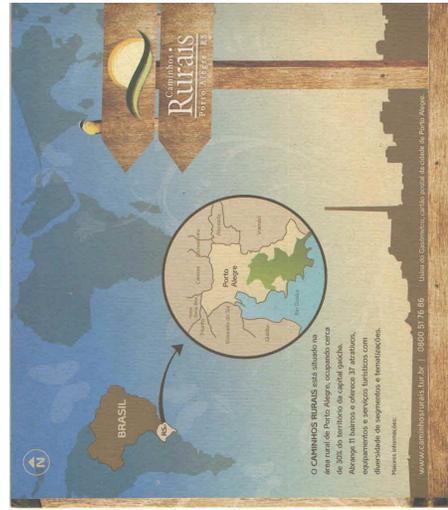
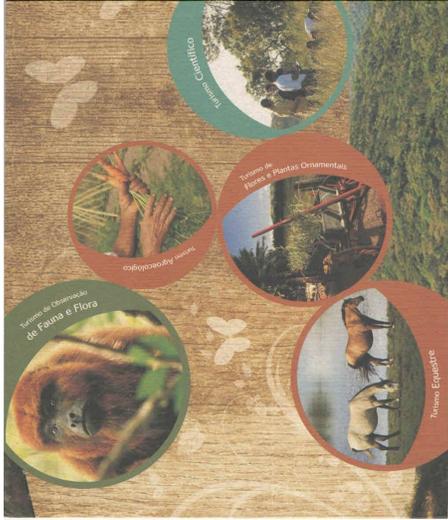
A propriedade, destinada à criação e doma do cavalo crioulo, conta com estábulo, canchas para laço, charretes e outros equipamentos. Os alunos participam do preparo da baía, alimentam os animais, assistem a uma prova de laço e fazem um passeio a cavalo.

5 ANGO KERSTEN

Os alunos conhecem o cultivo da cana-de-açúcar em um divertido passeio de trator, aprendem sobre a fabricação artesanal do melado e visitam uma área de mata preservada. Eles também conhecem o curral e um museu de objetos antigos.

6 FAMÍLIA SCHROEDER

Divididos em grupos, os alunos se revezam nos cuidados com a horta e no trato dos bichos; eles aprendem sobre o cultivo de verduras e legumes orgânicos, tiram leite de cabra e também ajudam a alimentar pequenos animais.



ANEXO C – Folder divulgativo do 1 Seminário de Turismo rural Pedagógico, realizado no município de Picada Café, em setembro de 2010



DIA 23 DE SETEMBRO/2011

Local de Realização: Polo Universitário de Picada Café

8h30min - 12h: Inscrições dos participantes.

14h - 15h: Palestra "Turismo Rural Pedagógico e Saúde: Aspectos Nutricionais".
Rozane Márcia Triches - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus de Itaqui, RS.

15h30min - 16h: Coffee Break.

16h - 17h30min: Palestra "Turismo Rural Pedagógico: teoria e prática"
Ângela Luciane Klein - Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

19h: Abertura oficial do Evento: Prof. Marcelino de Souza (PGDR/UFRGS) e Prof. Lovois Andrade Miguel (PLAGEDER/UFRGS).

19h30min - 21h: Palestra "Turismo Rural Pedagógico e Agricultura Familiar".
Prof. Ivo Elesbão - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Campus Silveira Martins.

21h - 22h30min: Palestra "Turismo Rural Pedagógico e Meio Ambiente".
Profª Beatriz Veroneze Stigliano - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Campus Sorocaba.

22h30min: Jantar de confraternização.

DIA 24 DE SETEMBRO/2011

Local de Realização: Polo Universitário de Picada Café

8h30min - 10h: Relato de Experiência "A experiência da Família Schroeder com o turismo rural pedagógico."
Sr. Acácio Schroeder, responsável pelo empreendimento, Joinville - SC.

10h - 10h30min: Intervalo (Coffee Break).

10h30min - 12h: Relato de Experiência "A experiência do Sítio Pinheiros com o Turismo Rural Pedagógico em parceria com o Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal"
Sra. Simone Pinheiro dos Santos, responsável pelo empreendimento, Brasília - DF.

12h - 13h30min: Intervalo para o almoço.

14h - 15h30min: Relato de Experiência "A experiência do Sítio Recanto das Pedras com o turismo rural pedagógico em Porto Alegre - RS".
Sra. Bernadete Alberici, responsável pelo empreendimento, Porto Alegre - RS.

15h30min - 16h: Intervalo (Coffee Break).

16h - 17h: Apresentação da proposta de turismo rural pedagógico para Picada Café: Projeto de Cooperação Escolas - Propriedades Rurais.
Sra. Silvânia Link (Secretaria da Educação do Município de Picada Café),
Sra. Carla Presser (Coordenadora do Polo de Picada Café),
Sra. Aline Kunz (Prefeitura Municipal de Picada Café e aluna do PLAGEDER),
Sr. Décio Heymann (Prefeitura Municipal de Picada Café),
Sra. Ivete Karling (aluna do PLAGEDER, Agricultora e Representante da COOPERNATURAL).

17h - 17h30min: Atividade Cultural.

18h: Ato de encerramento do evento.

ANEXO D – Cartaz de divulgação do I Seminário de Turismo Rural Pedagógico, realizado no município de Picada Café, RS

**Turismo Rural
PEDAGÓGICO**

**I Seminário de Turismo Rural Pedagógico:
As Suas Diferentes Interfaces**

Dias 23 e 24 de setembro de 2011
Polo Universitário de Picada Café
Picada Café - RS

Informações
<http://www6.ufrgs.br/plageder>
turismorural@ufrgs.br
Fone/FAX: (51) 3308 3965

Realização:

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Grupo de Pesquisa
"Migração Não Agrícola Rural"

Picada Café

PG DR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO RURAL
Mestrado e Doutorado

CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA
**PLANEJAMENTO E GESTÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

Patrocínio:

PG DR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO RURAL
Mestrado e Doutorado

FAPERGS
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E INOVAÇÃO
EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS

ANEXO E – Folder divulgativo do I Seminário de turismo Pedagógico de Base Comunitária

Viva Ciranda
De mãos dadas pelo Turismo Comunitário

Seminário de Turismo Pedagógico de Base Comunitária

Data: 10 e 11 de outubro de 2011
Local: UNIVILLE - Auditório da Reitoria
Inscrições e informações:
seminario@turjoinville.com.br / (47) 3453-2663 (Nádia)
www.turjoinville.com.br

PROGRAMAÇÃO

10/10/11 segunda-feira na UNIVILLE

13h00 Acolhimento dos participantes e inscrições
13h30 Cerimonial de Abertura
14h00 Palestra I – Inclusão e educação pelo turismo
Palestrante: Carlos Rodrigues Brandão (Doutor em Ciências Sociais e professor da UNICAMP); Moderadora: Maria Ivonete Peizer da Silva, MSc (Diretora Presidente da Fundação Turística de Joinville)
15h30 Intervalo para café
16h00 Painel I – A construção de Políticas Públicas para o Turismo Pedagógico de Base Comunitária
Convidados: Karina Salles (Coordenadora Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas - Substituta, Ministério do Turismo); Bellini Meurer e Maurício Peizer (Veredores de Joinville); Representante do Ministério da Educação.
Moderadora: Rosânia Campos, Dra. (Professora da UNIVILLE).
17h30 Entrevista Interativa I - O processo de implantação do Projeto Viva Ciranda em Joinville
Convidados: Acácio Schroeder (Agricultor); Profª Silvânia Kohn Vanderlinde (E. M. Zulma do Rosário Miranda); Vanilton Marcelino Costa (Supervisor de Ensino da Secretaria Municipal de Educação de Joinville).
Moderadora: Vanessa Venzke Falk, MSc (Gerente de Planejamento da Fund. Turística de Joinville).
19h00 Intervalo para café
19h30 Painel II – Turismo Pedagógico no Brasil: experiências e mercado
Convidados: Rafael Goelzer (Sítio Quinta da Estância - RS), Mauri Webber (Sítio do Mato - RS), Aline Moraes Cunha (Coolestur).
Moderadora: Marimés Walkowski, MSc (Acolhida na Colônia).
21h00 Encerramento dos trabalhos do dia
Atividades paralelas: Exposição de produtos coloniais, mostra de trabalhos pedagógicos e apresentações culturais.

11/10/11 terça-feira na UNIVILLE

13h30 Entrevista Interativa II – A Educação como Estratégia de Valorização dos Saberes Tradicionais e do Meio Ambiente
Convidados: Cristiano Ferretti, MSc (Professor da UFSC) e Elizabete Tamarini, Dra. (Professora da UNIVILLE).
Moderador: Naum Santana, Dr. (Professor da UNIVILLE).
15h00 Palestra II – Turismo e Educação na Geração de Conhecimento e Trabalho/Renda
Convidados: Francisco Altemberg de Souza Lima (Fundação Casa Grande - Nova Olinda - CE) e Anjo Kersten (agricultor de Joinville).
Moderadora: Thaise Guzzatti (Coord. da Fundação Turística de Joinville).
16h30 Intervalo para café
17h00 Painel III – O Impacto das Atividades do Projeto Viva Ciranda no Aprendizado e no Turismo de Base Comunitária
Convidados: Profª Tânia Maria de Jesus Fernandes (Supervisora E. M. Sylvio Snieckowski); Prof Reginaldo Silva (Supervisor E. M. Hans Dieter Schmidt); Profª Maria Fabiane Souza Israel (Supervisora E. M. Nelson Miranda Coutinho); Profª Maria Terezinha Trainotti (Supervisora E. M. Prefeito Nilson Wilson Bandei).
Moderadora: Anelise Rosa (Pedagoga da Fundação Turística de Joinville).
18h30 Oficinas Direcionadas
Oficina 1 – Atividades pedagógicas para educação ambiental: do conceito à prática - Guilherme Harnoud Evaristo (Professor de Ciências da Rede Municipal de Joinville).
Foco: Acadêmicos.
Oficina 2 – Atividades para aprender e brincar no meio rural - Juliane Magagnin Da Soller (Coolestur).
Foco: Proprietários rurais e agricultores.
Oficina 3 – O papel do Educador na Educação Informal: da teoria à prática.
Foco: Professores.
21h00 Encerramento dos trabalhos e coquetel

* PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÕES

Realização: Apoio:

ANEXO F – Folder divulgativo de propiedades rurais pedagógicas na Holanda

VISIE

Onze missie is zorgvragers en hun familie een omgeving te bieden, waarbij ze zichzelf kunnen zijn. Wij, als zorgboerderij, willen de deelnemers daarvoor de ruimte geven in de meest brede zin van het woord. Wij werken vanuit de Christelijke identiteit. Iedereen is uniek en heeft zijn of haar eigen gaven en talenten. Wij hopen dat de deelnemers op de boerderij deze talenten zullen ontdekken en nieuwe, positieve ervaringen op zullen doen met: succeservaringen, samenwerking, uitbreiden van contactmogelijkheden en zelfwaardering.

INFORMATIE OVER

'Groene' zorg op maat voor kinderen en jongeren met autisme

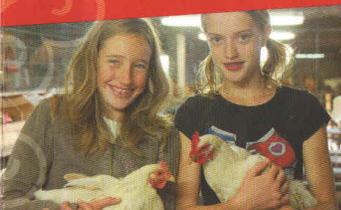


't Paradijs
ZORGBOERDERIJ

DESKUNDIGE BEGELEIDING

Op de boerderij is deskundige begeleiding aanwezig in de vorm van (een): pedagoog, autisme specialist, maatschappelijk werker, (psychiatrisch) verpleegkundigen, contextueel hulpverlener, zorgboer, creatief therapeut en activiteitenbeleid(st)ers. Ons personeel wordt ondersteund door vrijwillig(st)ers en stagiaires. De begeleiding staat klaar voor de deelnemers zowel op het gebied van praktisch werken op de boerderij als voor wat betreft persoonlijke begeleiding. Wij werken met het kwaliteitssysteem van zorgboerderijen.





AANMELDEN?

Mocht u geïnteresseerd zijn in de mogelijkheden van zorg op onze boerderij, neem dan graag contact met ons op! Voor meer informatie kunt u natuurlijk ook altijd kijken op onze website: www.zorgboerderijparadijs.nl.

Zorgboerderij 't Paradijs
Ijsbrand en Caroline Snoeij
Bielderweg 1
3772 VM Barneveld

Tel.: 0342- 401253
Tel: 06-13223688
e-mail: carolinesnoeij@zorgboerderijparadijs.nl

*Oprang en begeleiding op
zorgboerderij 't Paradijs*

KOSTEN

U kunt de zorg die wij bieden betalen d.m.v. een persoonsgebonden budget (PGB). U heeft dan een indicatie van bureau Jeugdzorg of het CIJZ nodig; wij helpen u hier graag bij. Vraag ook naar de mogelijkheden voor zorg in natura. Wij zijn lid van de AWBZ-erkende Coöperatie Boer & Zorg.

Kijk voor meer informatie op:
www.zorgboerderijparadijs.nl

't Paradijs
ZORGBOERDERIJ





WAT IS EEN ZORGBOERDERIJ?

Een zorgboerderij is een agrarisch bedrijf waar mensen met een zorg- of hulpvraag dagactiviteiten kunnen doen, zoals dieren voeren en verzorgen, helpen in de tuin en bij allerlei boerderijactiviteiten. Er wordt gekeken naar wat mensen kunnen en leuk vinden om te doen op de boerderij, ieder op zijn of haar eigen wijze. Het bedrijfsmatige karakter van de zorgboerderij levert concreet en zichtbaar resultaat op en het werken met planten en dieren werkt stimulerend en activerend.



AUTISME

Zorgboerderij 't Paradijs is gespecialiseerd in de opvang en begeleiding van kinderen met een Autism Spectrum Stoornis (ASS). Het aanbieden van boerderijgerelateerde activiteiten staat daarbij voorop: de kracht van de boerderij is de rust, de ruimte, regelmaat en een natuurlijke, gezonde omgeving. Hierdoor kunnen kinderen ervaren hoe het boerderijleven is, hoe je omgaat met dieren en met elkaar, ontdekken ze hun eigen mogelijkheden en bouwen zelfvertrouwen op. Wij benadrukken waar de kinderen goed in zijn, in plaats van hun beperking. De boerderij is daarvoor een veilige en warme plek. De kinderen krijgen de ruimte om zichzelf te zijn en te spelen zonder te 'moeten'.

WAT BIJEN WE VOOR KINDEREN EN JONGEREN MET ASS?

Weekendopvang

Onze weekendopvang is voor kinderen en jongeren met ASS van 5 tot en met 16 jaar. Hiermee zorgen we voor ontlasting van de ouders en eventuele broers en zussen. De kinderen komen 12 keer per schoolseizoen een weekend op de boerderij logeren.

Woensdagmiddagopvang

De woensdagmiddagopvang is voor kinderen in de basisschoolleeftijd met ASS. De kinderen komen één keer in de veertien dagen op de boerderij. De groepen zijn verdeeld in twee leeftijds categorieën: van 5 tot en met 8 jaar en van 9 tot en met 12 jaar.

Zaterdagopvang

Deze opvang is voor kinderen met ASS van 12 t/m 16 jaar. De kinderen vinden het leuk om boerderijklussen te doen en leren samen te werken. Ze komen één keer in de 14 dagen.

ONZE BOERDERIJ

In oktober 2006 zijn Ijsbrand en Caroline Snoeij gestart met zorgboerderij 't Paradijs. De boerderij is een biologisch gemengd bedrijf met brandrode runderen en (leg)kippen. Daarnaast is er een tuinderij met teelt van aardbeien en 30 soorten groenten. Ook zijn er paarden, geiten, varkens, konijnen en (sier)pluimvee. De boerderij ligt ten westen van Barneveld in het prachtige landgoed 'Erica-Zuid', ook wel 'De Parel van Barneveld' genoemd.







Op onze website is informatie te vinden over het programma en de (dag)indeling van onze opvang.

Deelnemers

Op Klein Essen is bewust gekozen voor een diversiteit aan deelnemers. Door deze diversiteit leert men dat iedereen bijzonderheden, mogelijkheden en onmogelijkheden heeft.

Diverse achtergronden van de deelnemers

Zij komen o.a. uit de daklozenopvang, verslavingszorg of de psychiatrie. Weer anderen hebben een lichamelijke en/of verstandelijke beperking. Ook ouderen en langdurig werklozen komen op de boerderij, evenals kinderen en jongeren van het (voortgezet) speciaal onderwijs.

Allen vinden hier een dagritme en een plezierige, zinvolle dagbesteding. Velen starten met een re-integratietraject richting maatschappij en/of werk.

Aanmelding

Aanmelding van deelnemers kan via de gemeente, een zorginstelling of rechtstreeks bij de zorgboerderij.



Zorgvisie

Op Klein Essen wordt er gewerkt vanuit de visie dat het belangrijk en waardevol is iets te betekenen voor de medemens. Klein Essen beoogt mensen, die om welke reden dan ook zijn vastgelopen in het leven, een mogelijkheid te geven te werken aan terugkeer in de maatschappij. Er wordt toekomstgericht gewerkt.

Ieder mens is welkom op zorgboerderij Klein Essen, ongeacht achtergrond. De begeleiding op Klein Essen is gericht op ieders mogelijkheden in plaats van onmogelijkheden.

Informatie

Adres:
Zorgboerderij Klein Essen
Essenerweg 156b
3774 LD Kootwijkerbroek

Tel: 0342 44 46 23
Fax: 0342 44 49 46
Mobiel: 06 25 06 77 47 (Wim Broekhuizen)
KvK: 08117973

Websites

www.klein-essen.nl
(De website van zorgboerderij Klein Essen)

www.zorgboerderijtokhok.nl
(Over de dieren en het TokHok van Esther van Kcmp)

www.ahadesign.nl
(De meubelmakerij van Agnes Havenaar)

www.metaal-klein-essen.nl
(Alles over de metaalwerkplaats van Wijnand Thomassen)



Open op alle werkdagen van 8.30 tot 15.30 uur!

Donateurs en Sponsors

Wilt u ook bijdragen aan een zinvolle en gezonde dagbesteding voor mensen die maatschappelijk wat moeilijker meekunnen? Word dan donateur van zorgboerderij Klein Essen.

Rekeningnummer 30 55 89 407
t.n.v. Stichting Vrienden van de Zorgboerderij
te Kootwijkerbroek

We zijn u zeer erkentelijk voor uw bijdrage!



ZORGBOERDERIJ

"KLEIN ESSEN"



Welkom!

Wat is Klein Essen?

Aan de rand van de Veluwe ligt onze zorgboerderij Klein Essen. Het is een zorgboerderij waar naast dieren, een biologische kippenstal, een tuin en een kas ook een houtwerkplaats en een metaalwerkplaats te vinden zijn.

Op Klein Essen komen elke werkdag gemiddeld 20 deelnemers die om wat voor reden dan ook tijdelijk of langdurig buiten het arbeidsproces vallen. Zij komen op Klein Essen voor een zinvolle dagbesteding met arbeidsmatige werkzaamheden.

Iedere deelnemer op Klein Essen werkt op zijn of haar eigen niveau, eigen tempo en met eigen verantwoordelijkheden.

In 2006 hebben we het Kwaliteitskeurmerk voor zorgboerderijen ontvangen.

Activiteiten en werkzaamheden

Zorgboerderij Klein Essen heeft een gevarieerd aanbod aan werkzaamheden. Voor ieder is er wel een passende klus.

Tijdens het werken op Klein Essen krijgt ieder binnen zijn of haar mogelijkheden zo veel mogelijk vrijheden en verantwoordelijkheden.

Een overzicht van wat er zoal te doen is op Klein Essen:

Het TokHok en de dieren



Op Klein Essen zijn kippen, geiten, schapen, ezels, hangbuikzwijnen, cavia's, konijnen en een varken. De deelnemers voeren de dieren, maken de stallen schoon en letten op het welzijn van de dieren. Ook kan er met de dieren worden geknuffeld.

Verder is er het TokHok, een biologische kippenstal waarin 4000 kippen binnen en buiten scharrelen. We rapen, sorteren en stempelen de eieren met de hand en we leveren ze aan een groothandel.



Tuin en kas

In de kleinschalige groentetuin van Klein Essen telen we op biologische wijze diverse groenten, fruit en kruiden. Ook is er een siertuin waarin verschillende soorten bloemen en planten staan. In de kas staan o.a. tomaten, peperplanten en paprika's. We winnen zaad en kweken zelf ook stekjes. De producten worden verkocht en gebruikt in de kantine.



De deelnemers helpen met het zaaien, wieden en oogsten. Ook onderhouden zij de siertuin.

Meubelmakerij en houtwerkplaats

In de houtwerkplaats is de meubelmakerij van Agnes Havenaar gevestigd, AHA design.

In opdracht ontwerpt en maakt zij meubels. De deelnemers werken mee aan deze opdrachten.



Tevens maken de deelnemers verschillende vogelhuisjes die worden verkocht op de boerderij. Zij maken gebruik van professionele machines en gereedschappen. Er wordt zoveel mogelijk gebruik gemaakt van milieuvriendelijk hout.

Metaalwerkplaats

In de metaalwerkplaats kan gewerkt worden aan het maken van kleine metalen producten. De deelnemers kunnen zich bezig houden met het tekenen en voorbereiden van producten, het leren werken met machines en het vervaardigen van producten. Zij kunnen leren knippen, vouwen, lassen, enz.



Onderhoud en boswerk

Het terrein van Klein Essen met kleinschalige natuurprojecten, stallen, opslagloodsen en omheiningen vraagt regelmatig onderhoud. Een aantal deelnemers helpt hierbij.



Ook hakken, zagen en kloven de deelnemers hout voor de houtgestookte CV. Het hout halen we zelf uit het bos in overleg met het Gelders Landschap en Staatsbosbeheer.

Kantine

Dagelijks werkt een aantal deelnemers in de kantine. Zij verzorgen de broodmaaltijd, dekken de tafels en ruimen op. Ook zorgen zij voor de schoonmaak van de kantine en het sanitair. Eens per week wordt er uitgebreider gekookt op Klein Essen. Er wordt dan bijvoorbeeld een salade, soep of pasta bereid.



Begeleiders op Klein Essen

De begeleiding van de deelnemers geschiedt door ervaren beroepskrachten. Zij worden ondersteund door vrijwilligers en stagiaires.

Iedere deelnemer krijgt één van de begeleiders toegewezen als mentor.

De mentor is het eerste aanspreekpunt van de deelnemer. Samen met de mentor stelt de deelnemer doelen op. Deze worden regelmatig geëvalueerd.

